



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - Cahl
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap
Mestrado

MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO

**SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA: EXPERIÊNCIA
DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO**

Cachoeira-BA
2022

MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO

**SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA:
EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do título de Mestra em Arqueologia e Patrimônio Cultural.
Concentração: Arqueologia
Linha: Populações, ambientes e culturas
Orientador: Carlos Alberto Etchevarne.

Cachoeira-BA

2022

R484s Ribeiro, Marcia Cristina Labanca.

Sistema Fortificado de Morro de São Paulo: experiência de gestão de restauração. / Márcia Cristina Labanca Ribeiro. Cachoeira, BA, 2022. 177f., il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Etchevarne.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2022.

1. Patrimônio Cultural - Bahia. 2. Conservação e Restauo. 3. Morro de São Paulo - Bahia I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 981.42

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO

**SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA: EXPERIÊNCIA
DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap, do Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Aprovado em 01 de junho de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE
Data: 20/09/2022 09:10:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Doutor Carlos Alberto Etchevarne
Orientador



Documento assinado digitalmente
FABIANA COMERLATO
Data: 04/10/2022 12:43:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Doutora Fabiana Comerlato
Examinadora-Membro do PPGAP-UFRB



Documento assinado digitalmente
CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA
Data: 17/04/2023 08:20:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Doutora Cláudia Alves de Oliveira
Examinadora-Membro Externo UFPE

Dedico este trabalho de pesquisa a minha amada família, especialmente ao meu pai, que se transformou em estrela.

Aos meus filhos.

Tudo por vocês e para vocês.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

De maneira incondicional agradeço a Deus, por essa conquista.

À Coordenação do Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl, do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, extensivo aos demais funcionários do Curso de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, que sempre foram solícitos às minhas indagações.

Aos Professores Doutores disponibilizados durante toda a jornada do curso. A troca de experiência foi fundamental para o meu crescimento profissional.

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos A. Etchevarne, pelo incentivo, paciência, apoio constante e valiosa contribuição na condução da pesquisa, acreditando no meu propósito. Serei eternamente grata!

Aos amigos Mozart Junior e Ricardo Nogueira pelo convite para participar desse projeto, o qual despertou o meu interesse em aprofundar as pesquisas, sobre a gestão da restauração no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Bahia.

A Liliana Leite, diretora executiva do IDES, pelo entusiasmo e apoio a minha pesquisa.

Ao arquiteto Francisco Santana pelo apoio a minha pesquisa.

Aos respondentes da pesquisa pela contribuição trazida com suas vozes e falas.

A minha irmã Mônica Labanca, presente em todos os momentos e que sem ela não teria chegado até aqui!

A Alvandyr e Mirta, amigos que a vida me deu e que se tornaram irmãos!

A amiga Carla Matos, por toda a paciência em me escutar e disposição para ajudar nas dificuldades apresentadas pela pesquisa.

E a todos àqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para a finalização desta pesquisa.

OBRIGADA!

Dentre todas as catástrofes naturais que podem recair sobre nós, a mais desastrosa é consequente ao nosso comportamento. Apenas quando conseguirmos controlar a nós mesmos, estaremos aptos a vencer.

(Dr. BANY LOWITZ)

RESUMO

Monumento de interesse histórico e de forte apelo turístico nacional e internacional, o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Bahia encontrava-se em estado de ruínas. Para realizar a tão necessária restauração foi elaborado um projeto, com aporte financeiro do BNDES e execução do Ides e demais parceiros, formalizando assim uma gestão participativa. Esta pesquisa tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa. A questão principal a ser respondida é: qual o papel das instituições e a participação dos especialistas envolvidos, para conseguir a eficácia do programa de restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo? A linha de pesquisa focou as alianças estabelecidas entre as instituições e a intervenção dos especialistas, dentro de suas competências, com as quais encontrou-se a saída estratégica para transformar um monumento deteriorado, mas valorizado pelos moradores locais, em um vetor de desenvolvimento social e econômico sustentável, para a Vila de Morro de São Paulo. A fundamentação teórica desse trabalho foi construída a partir de leituras que abrangeram diversas áreas, como: Patrimônio Arqueológico, História, Arqueologia, Museologia e Administração. Respondendo ao questionamento, compreendeu-se que a inclusão destes trouxe apoio ao processo de gestão participativa, visando a restauração do patrimônio e a preservação da cultura local, através da conscientização sobre a relevância da preservação de um patrimônio como o SFMSP.

Palavras-chave: Sistema Fortificado do Morro de São Paulo; Patrimônio Arqueológico; Preservação e Restauração; Gestão Participativa.

ABSTRACT

A monument of historical interest and strong national and international tourist appeal, the Fortified System of Morro de São Paulo, Bahia was left in ruins. In order to carry out much-needed restoration, a project was elaborated, with financial support from BNDES and execution by Ides and other partners, thus formalizing participative management. This research aims to analyze and evaluate the effectiveness of the institutions and specialists involved in the restoration of the Fortified System of Morro de São Paulo, in the period from 2016 to 2018, which would experiment with the transfer of the coordination of the execution of such a project to the hands of a private entity, thus creating participatory management. The main question to be answered is: what is the role of the institutions and the participation of the experts involved, to achieve the effectiveness of the restoration program of the Fortified System of Morro de São Paulo? The line of research focused on the alliances established among the institutions and the intervention of the specialists, within their competencies, with which a strategic exit was found to transform a deteriorated monument, but valued by residents, into a vector of sustainable social and economic development for the village of Morro de São Paulo. The theoretical basis of this work was built from readings that covered several areas, such as Archeological Heritage, History, Archeology, Museology, and Administration. In response to the questioning, it was understood that their inclusion brought support to the participative management process, aiming to restore the heritage and preserve the local culture through the awareness of the relevance of preserving a heritage such as the FSMSP.

Keywords: Fortified System of Morro de São Paulo; Archaeological Heritage; Preservation and Restoration; Participative Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lista indicativa brasileira de fortes a patrimônio mundial da Unesco.....	33
Figura 2 - Fortaleza de São José de Macapá-AP.....	34
Figura 3 - Fortaleza de São José de Macapá-AP.....	35
Figura 4 - Vista Panorâmica da Fortaleza de São José de Macapá-AP.....	35
Figura 5 - Vista do Forte dos Reis Magos, com construção em formato de estrela, Natal-RN.	37
Figura 6 - Área interna do Forte dos Reis Magos – RN.....	37
Figura 7 - Forte dos Reis Magos, Natal-RN.....	37
Figura 8 - Forte Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha – PE.	39
Figura 9 - Vista aérea do Forte Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha-PE.	39
Figura 10 - Vista panorâmica do Forte Nossa Senhora dos Remédios, após as obras de restauração..	41
Figura 11 - Vista panorâmica do Forte São João de Bertioga-SP, após as obras de restauração..	43
Figura 12 - Vista da Fortateza de Santo Amaro da Barra Grande-SP.....	44
Figura 13 – Forte de São João-SP, vista de uma das salas do museu.....	45
Figura 14 - Vista do Real Forte Príncipe da Beira-RO.	46
Figura 15 - Vista do Forte de Coimbra-MS.....	47
Figura 16 - Vista do Forte Cinco Pontas-PE.	47
Figura 17 - Vista do Forte do Brum-PE.	48
Figura 18 - Vista do Forte Orange-PE.....	49
Figura 19 - Vista do Forte de São Marcelo-BA.....	50
Figura 20 - Vista do Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat-BA.	51
Figura 21 - Vista aérea do Forte São Diogo-BA.	52
Figura 22 - Vista do Forte Santo Antônio da Barra-BA.....	53
Figura 23 - Vista aérea da Fortaleza de Santa Cruz da Barra-Baía de Guanabara.	54
Figura 24 - Vista do Forte de São João-Baía de Guanabara.....	55
Figura 25 - Vista da Fortaleza Santo Antônio de Ratonas-SC.	56
Figura 26 - Vista da Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim-SC.....	58
Figura 27 - Modelo de esquema dos macroprocessos da gestão do patrimônio arqueológico.	74
Figura 28 - Vista do Morro de São Paulo, Bahia.	76
Figura 29 - Espaço geográfico do Morro de São Paulo.....	77
Figura 30 - Mapa da Bahia, com destaque para a localização da Ilha de Tinharé.	77
Figura 31 - Região da Costa do Dendê, Bahia.	78

Figura 32 - Vista atual da Praça da Amendoeira e da Igreja Nossa Senhora da Luz, construída no séc. XVIII.	79
Figura 33 - Forte Velho do Morro de São Paulo, ou Bateria da Conceição.	80
Figura 34 - Vista do Forte da Ponta, antes do Projeto de restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo.	85
Figura 35 - Execução das obras de restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo.	85
Figura 36 - Vista da Fortaleza do Morro de São Paulo, após as obras de restauração.	86
Figura 37 - Escavação da Sala I, que se encontrava com escoras para sustentar o teto.	125
Figura 38 - Retirada da primeira camada do sedimento, em formato de tabuleiro.	126
Figura 39 - Piso calçamento em seixos, evidenciado após as escavações na Sala II.	126
Figura 40 - Unidades estratigráficas evidenciadas na Sala III.	127
Figura 41 - Níveis evidenciados nas escavações, Sala III.	127
Figura 42 - Ampliação da trincheira Setor II, área externa Corpo da Guarda.	129
Figura 43 - Escavações horizontais, evidenciando as unidades estratigráficas da Bateria da Conceição.	130
Figura 44 - Área da Praça das Armas, evidenciada horizontalmente, contemplando as unidades estratigráficas.	131
Figura 45 - Caixa ou poço de visita, evidenciado nas escavações do terraço do Setor V, onde o duto de drenagem tem início.	133
Figura 46 - Escavações para evidenciar o duto de drenagem.	133
Figura 47 - Saída do duto de drenagem na praia, Setor V.	134
Figura 48 - Cerâmica.	136
Figura 49 - Cerâmica vidrada.	136
Figura 50 - Louça.	137
Figura 51 - Faiança.	137
Figura 52 - Balas de canhão, evidenciadas juntas em forma de bilhar.	138
Figura 53 - Balins (balas pequenas de chumbo).	138
Figura 54 - Balas de canhão em diversos tamanhos.	138
Figura 55 - Botão de farda.	139
Figura 56 - Canhão e bala de canhão.	139
Figura 57 - Pregos e cravos.	139
Figura 58 - Correntes com elos.	140
Figura 59 - Peça de jogo elaborada a partir de fragmento de faiança.	140
Figura 60 - Forte da Ponta, em ruínas.	141

Figura 61 - Forte da Ponta, após a restauração.....	142
Figura 62 - Bateria da Conceição, em ruínas e após a restauração.	142
Figura 63 - Corpo da Guarda, antes da restauração.....	142
Figura 64 - Corpo da Guarda, após a restauração.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação em percentual dos mesmos questionamentos às instituições e aos especialistas.	107
Gráfico 2 - Representação em percentual das respostas dos Representantes das Instituições e dos Especialistas: Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP.	118
Gráfico 3 - Representação em percentual das respostas dos representantes das instituições: Se a restauração do SFMSP pensou no acesso, considerando a coletividade local, para a população local (inclusão no espaço), do entorno e turistas.	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia de construção dos conjuntos arquitetônicos do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.	83
Quadro 2 - Cronologia das Súmerulas de Reuniões do Comitê de Governança para a gestão do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categoria: Função e participação das instituições.....	106
Tabela 2 - Categoria: Função e participação dos especialistas.....	106
Tabela 3 - Categoria: Gestão Participativa no SFMSP, segundo as instituições.....	111
Tabela 4 - Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP, segundo as instituições.....	117
Tabela 5 - Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP, segundo os especialistas.....	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEC	Associação Comercial e Empresarial de Cairu
AME	Amigos Morro Esperança
Amosp	Associação dos Artesãos, Artistas e Moradores de Morro de São Paulo
ANA	Agência Nacional de Águas
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICR	Instituto Central de Restauração
Ides	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MMFP	Museu Militar do Forte do Brum
MPBA	Ministério Público do Estado da Bahia
MPF	Ministério Público Federal
ONGs	Organizações Não Governamentais
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secult	Secretaria de Cultura
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Setrab	Secretaria do Trabalho
Setur	Secretaria Estadual de Turismo
SFMSP	Sistema Fortificado do Morro de São Paulo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STF	Supremo Tribunal Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 PRESERVAÇÃO, RESTAURO E GESTÃO PARTICIPATIVA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	22
1.1 Patrimônio Arqueológico.....	22
1.1.1 Arqueologia Histórica.....	27
1.2 As Fortificações no Brasil	30
1.2.1 Fortaleza de São José de Macapá-AP	34
1.2.2 Fortaleza dos Reis Magos-RN	36
1.2.3 Forte de Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha-PE	39
1.2.4 Forte São João de Bertiooga-SP	42
1.2.5 Fortateza de Santo Amaro da Barra Grande-SP	43
1.2.6 Forte de São João-SP	44
1.2.7 Real Forte Príncipe da Beira-RO	45
1.2.8 Forte de Coimbra-MS	46
1.2.9 Forte Cinco Pontas-PE.....	47
1.2.10 Forte do Brum-PE.....	48
1.2.11 Forte Orange-PE	48
1.2.12 Forte de São Marcelo-BA.....	49
1.2.13 Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat-BA.....	50
1.2.14 Forte São Diogo-BA	51
1.2.15 Forte de Santo Antonio da Barra-BA	52
1.2.16 Fortaleza de Santa Cruz da Barra-Baía de Guanabara.....	53
1.2.17 Forte de São João-Baía de Guanabara	54
1.2.18 Fortaleza Santo Antônio de Ratonés-SC	55
1.2.19 Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim-SC	57
1.3 Premissas sobre a Proteção e Preservação do Patrimônio Arqueológico	58
1.3 Restauração.....	64
1.4 Gestão Participativa	71

2	UNIVERSO DO TRABALHO: SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO	76
2.1	Breve Histórico do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo	76
2.2	Cronologia de Construção dos Conjuntos Arquitetônicos do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo: Surgimento e Desenvolvimento da População do Entorno	82
2.3	Consolidação do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo como destino turístico, a partir da década de 70	89
3	A RESTAURAÇÃO DO SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, DE 2016 A 2018	94
3.1	Função e Participação das Instituições e dos Especialistas Envolvidos	95
3.2	Gestão Participativa no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo	110
3.3	Comunidade Local X Execução da Obra no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo	115
3.4	Trabalhos Arqueológicos no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo	120
3.5	Resultado da Restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Bahia	140
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
	APÊNDICES	162

INTRODUÇÃO

O tema da gestão participativa despertou o meu interesse desde que me incorporei a uma equipe de pesquisa de Arqueologia Preventiva, a Sapiens Arqueologia, contratada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), conforme Processo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nº 01502.003236/2015-02, com o objetivo de realizar o projeto de Arqueologia intitulado *Programa Arqueológico de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial*, para as Obras de Restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Estado da Bahia.

Na execução deste projeto, estive à frente dos trabalhos de Arqueologia, como Arqueóloga Coordenadora de Campo, no período de 2016 a 2018, e pude acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos realizados por outras instituições, especialistas e a participação da comunidade representada por suas associações.

Essa função e a permanência constante no campo provocou o meu interesse em aprofundar a análise das práticas arqueológicas, das técnicas restaurativas, das linhas jurídicas e até políticas dos diferentes agentes envolvidos. Refiro-me à participação das instituições e dos especialistas que contribuíram nos trabalhos de restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMSP), Bahia, no período citado. Ficou implícito, para mim, que a avaliação teria por finalidade entender os mecanismos e processos, mas, sobretudo, comprovar a eficácia da gestão participativa durante a restauração do SFMSP.

A primeira medida adotada foi renomear o forte em ruínas com uma denominação que compreendesse o conjunto de instalações defensivas, considerando toda a dinâmica histórica da construção, incluída na rede de fortificações da costa baiana. Desse modo, o sítio foi renomeado como SFMSP, observando-se, assim, o conjunto edilício como uma unidade orgânica e, portanto, dinâmica.

O segundo passo foi o de recategorizar esse conjunto arquitetônico em ruínas e alçá-lo ao *status* de monumento nacional. Assim, justificar-se-ia a restauração, que deveria se ater aos critérios teóricos e práticos que envolvem a intervenção de um monumento tombado.

Por se tratar de um monumento histórico e por ser um local de forte apelo turístico nacional e internacional, o estado de conservação geral do SFMSP causava um verdadeiro constrangimento para a Secretaria do Patrimônio da União e, por óbvias razões de afinidade histórica, ao Exército Brasileiro, principais interessados na preservação das construções militares que remetem à memória da defesa dos interesses nacionais.

Nessa percepção, os técnicos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia – IDES (2006, p. 8), nos levaram a compreensão de que muito mais do que uma simples fortaleza as obras de defesa do Morro, como foi sempre conhecido desde a antiguidade até hoje, constituem um sistema fortificado que, embora tenha a magnitude que espanta os atuais visitantes e tenha durado cerca de um século na sua fábrica (entre 1630 e 1730), nunca chegou a ser realizado totalmente, já que a cidadela que teve parte de sua muralha edificada jamais foi construída. A percepção também é de que do ponto de vista da antiga tratadística militar, é uma fortificação do tipo irregular, onde prevalece a adequação do seu traçado ao terreno e não à ortodoxia geométrica que era muito comum nos desenhos das fortificações da sua época.

Com isso buscou-se agregar todos os esforços necessários para que o restauro fosse realizado e totalmente completado. Dessa maneira, os acordos de âmbito federal empenharam esforços financeiros para que o Sistema Fortificado fosse restaurado, devolvendo para a sociedade uma parte de sua história.

Para implementar o projeto de restauro do monumento foi criado um Comitê de Governança da Fortaleza do Morro de São Paulo, envolvendo representantes da sociedade civil, *trade* turístico, além de órgãos públicos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Secretaria Estadual de Turismo (Setur), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Secretaria do Trabalho (Setrab), Prefeitura Municipal de Cairu, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), representantes da comunidade local, como: Associação Comercial e Empresarial de Cairu (ACEC), Amigos Morro Esperança (AME) e Associação dos Artesãos, Artistas e Moradores de Morro de São Paulo (Amosp), Governo do Estado da Bahia, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Marinha do Brasil, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), Ministério da Cultura (MinC), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sapiens Arqueologia, Belov Engenharia, Concreta Engenharia, Tecnomuseu, Árvore Criativa Design (LEITE, 2017, p. 2).

Essas parcerias foram firmadas com o objetivo de elaborar um Plano de Gestão Participativa que estabelecesse reflexões e deliberações em diversas áreas — como comunicação, infraestrutura e segurança —, o que fortalecia uma gestão integrada contínua do monumento, visando colocar o conjunto arquitetônico junto à dinâmica turística, econômica e cultural da região (LEITE, 2017, p. 2).

Logo, o objetivo consiste em analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada. Desse modo, o IDES, uma instituição privada, passou a ser responsável pela administração de todo o programa de restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, que é um bem tombado e pertencente à União, o que ensejou uma gestão participativa.

Este fato se contrapõe à existência de uma ideia previamente consagrada de que o patrimônio cultural de um país deve ser gerido e protegido pelo poder público, através da criação de dispositivos legais específicos e órgãos que sejam competentes para tais fins. Não obstante, os fatos históricos mostram os limites, ausências e deficiências dessas instituições para alcançar esses objetivos.

Assim, diante do estado de ruínas em que se encontrava o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo e face à proposta de gestão para a realização do restauro, apresentada pelo IDES, surge o meu interesse em pesquisar qual o papel das instituições e a participação dos especialistas envolvidos para conseguir a eficácia do programa de restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, especialmente pelo fato de uma entidade privada estar intervindo no que seria prerrogativa de um órgão público.

O SFMSP, objeto da pesquisa, está localizado no extremo norte da Ilha de Tinharé e faz parte do Município de Cairu, Bahia, distante de Salvador, em linha reta, 30 milhas náuticas, ou 56km (CORRÊA, 2006, p. 24). De acordo com dados coletados no iPatrimônio.org (2021), todo o conjunto que compõe o Sistema Fortificado foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, no ano de 1938, e se encontra inventariado pelo IPAC-BA, sob o no 32201-0.4-I002, mediante Processo de nº 155-T-1938.

Portanto, a discussão em torno da restauração é muito relevante porque visou à construção das relações sociais, laborais e institucionais, por incluir a coletividade na gestão participativa. Dessa forma, pretendeu-se fazer ouvir as pessoas da vila de Morro de São Paulo no processo da gestão participativa, sobretudo para que houvesse o envolvimento na conservação do restauro efetivado no monumento.

Assim, as reflexões dessa dissertação foram feitas através da metodologia qualitativa e quantitativa, em que as pesquisas bibliográficas e a minha *práxis* de campo, no período em que realizei o trabalho arqueológico no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, me conduziram à análise dos dados no decorrer da investigação, buscando interpretar os conceitos, através dos estudos já existentes com abordagens teóricas sobre Preservação, Restauração e Gestão

Participativa do Patrimônio Arqueológico. Isso envolveu a legislação vigente no cenário brasileiro e a questão em torno da importância que se deve dar à restauração.

Foram aplicados, ainda, questionários semiestruturados, contendo perguntas de múltipla escolha e opções para que o respondente justificasse sua resposta, caracterizando as respostas das entrevistas, que analisaram se a gestão participativa praticada no restauro do Sistema Fortificado, tendo o envolvimento das instituições, dos especialistas e da comunidade local, atingiu a eficácia proposta e se esse tipo de gestão poderá ser aplicado em novos projetos de restauro.

Abaixo segue a relação dos participantes/respondentes da pesquisa:

- a) Restaurador francês, contratado à época pelo IDES (APÊNDICE A);
- b) Órgãos públicos: IPHAN e IPAC (APÊNDICE B); e Prefeitura Municipal de Cairu (APÊNDICE C);
- c) IDES (APÊNDICE D);
- d) Representantes da comunidade local: ACEC; AME e Amosp (APÊNDICE E);
- e) Responsável técnico/Engenheiro da Concreta Engenharia e da Tecnomuseu (APÊNDICE F).

Embora outras instituições tenham participado do processo, bem como representantes da comunidade local e especialistas, a escolha dos elencados acima se justifica, tendo como critério de inclusão por estarem diretamente relacionados com o processo e envolvimento com o restauro, com a gestão pública e com a gestão participativa, além de representarem toda a comunidade local.

É preciso mencionar que os participantes que não foram escolhidos para responderem ao questionário contribuíram também, de forma valiosa, para o processo de restauro do SFMSP. Porém, suas respostas seriam baseadas nas afirmações dos respondentes escolhidos e atribuídos como critérios aceitos para responder aos questionários.

Vale salientar que toda a comunidade local, mesmo sem estar envolvida diretamente, contribuiu, de forma favorável, para o êxito do projeto de restauro do SFMSP. Como exemplo, podemos citar os professores, que orientaram seus alunos, os respectivos pais ou responsáveis sobre a relevância do restauro para a localidade e como este iria favorecer na captação de recursos financeiros e promover a sustentabilidade local, sobretudo com a implantação da gestão participativa. A comunidade local foi representada legalmente pelas associações locais ACEC, AME e Amosp, que responderam aos nossos questionamentos.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Secretaria do Trabalho (Setrab) e a Secretaria Estadual de

Turismo (Setur) foram devidamente representadas pelas falas dos representantes do IPHAN e do IPAC.

O Governo do Estado da Bahia, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Marinha do Brasil, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), Ministério da Cultura (MinC) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram devidamente representados pelo IDES.

Posteriormente à coleta de dados, e à aplicação dos questionários, os dados foram tratados/analísados, considerando, como já mencionado, a abordagem quali-quantitativa. Após a categorização das respostas, foram construídas tabelas e gráficos explicativos, analisando-se a literatura sobre a gestão participativa, para a restauração do Sistema Fortificado, os critérios que se adotam em gestões para a busca de parcerias com instituições, especialistas e comunidades que representam a localidade, a adoção do modelo de gestão, a expectativa da gestão municipal com o término da restauração e os benefícios que a localidade vislumbrou, e vislumbra, com a restauração do SFMSP.

As análises das respostas dos questionários permitiram atender ao questionamento elencado na pesquisa, bem como responder aos objetivos traçados para o SFMSP.

Assim, considerando o traçado metodológico, pesquisou-se 50% dos especialistas (o restaurador francês; e, o representante da Concreta); e no caso das Instituições obteve-se 25% para cada representante do IPAC, da Prefeitura de Cairu, do IDES e do IPHAN.

Considerando expostos os objetivos, os motivos que me levaram a dedicar-me a essa pesquisa e à metodologia utilizada, passo a explicar a forma como está estruturada essa dissertação.

No Capítulo 1, apresento aquilo que se convencionou chamar de *referencial teórico*, ou seja, a base conceitual que subsidia a interpretação, focando a Preservação, Restauração e Gestão Participativa do Patrimônio Arqueológico. Busquei, também, a legislação sobre preservação, apresentando os órgãos reguladores e protetores do patrimônio arqueológico, isto é, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Para o Capítulo 2, com o título de “Universo do Trabalho: Sistema Fortificado do Morro de São Paulo”, abordo a apresentação histórica do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, a relação de seus componentes do conjunto arquitetônico, considerando a sua cronologia de construção. Descrevo as funções do SFMSP, retrospectivamente ao período colonial. Ademais, foi possível discorrer sobre sua utilização posteriormente ao encerramento do período de defesa,

na perspectiva de surgimento e desenvolvimento da população em torno da localidade, finalizando com o enfoque sobre a consolidação do Sistema Fortificado, a partir da década de 70, como destino turístico.

No Capítulo 3, com a temática de “Restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo no período de 2016 a 2018”, discuto a função e a participação das instituições e dos especialistas envolvidos no restauro, bem como a gestão participativa no SFMSP, envolvendo o processo participativo da comunidade local, com suas impressões e opiniões sobre a execução da obra, além de tratar sobre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela equipe da Sapiens Arqueologia, incluindo os resultados da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, quando realizei uma apresentação do monumento e do destino que foi dado após o término do restauro, sem esquecer os resultados da pesquisa realizada *in loco*, buscando verificar se houve a integração da comunidade ao novo uso do monumento.

Nas Considerações Finais, foram avaliados a totalidade de dados resultantes das pesquisas realizadas, sejam os dados de Arqueologia, sejam os de restauro e de interação social, objetivando verificar se as ações da gestão participativa para o restauro do SFMSP foram eficazes e se esse modelo de gestão pode ser utilizado para a restauração de outros monumentos.

1 PRESERVAÇÃO, RESTAURO E GESTÃO PARTICIPATIVA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Este Capítulo discute os principais aspectos relacionados ao patrimônio arqueológico, considerando a abordagem em torno da proteção, preservação e restauração. Assim, desse entendimento foi possível discutir as questões em torno da gestão participativa.

1.1 Patrimônio Arqueológico

Entende-se por *patrimônio* o conjunto dos bens identificados pelo homem, a partir de suas relações com o meio ambiente e com outros homens, nas quais se encontra inclusa a própria interpretação que ele faz dessas relações (BRUNO, 2008).

Patrimônio é considerado como uma palavra antiga que tem origem, segundo os estudos de Choay (2017), na estrutura da família, levando em conta a economia e o aspecto jurídico de uma sociedade considerada estável, na qual encontram-se suas raízes não somente no espaço, mas, também, no tempo.

Complementando, a autora Choay (*op.cit.*, p. 11) salienta que é requalificada a palavra por muitos adjetivos, dos quais podem ser mencionados: “genético, natural, histórico etc., que fizeram dela um conceito nômade, que [na atualidade] segue uma trajetória diferente e retumbante”.

O patrimônio é considerado uma questão de valor e, dessa forma, a questão em torno dos patrimônios históricos, conforme descrito no estudo de Fonseca (2005), tem uma abordagem relacionada ao foco e ao conjunto de objetos que fazem parte de sua constituição, e/ou, quando estes o legitimam. Mas é importante, segundo a autora, compreender os aspectos em torno das práticas de construção desses patrimônios e, sobretudo, como estes são conduzidos quanto às suas circunstâncias específicas, considerando os atores que atribuem os valores aos determinados bens, enquanto patrimônio, justificando, portanto, sua proteção.

Fonseca (2005) e, posteriormente, Choay (2017), comungam do mesmo entendimento, quando mencionaram que a noção de valor serve de base para a reflexão em torno do processo de construção de um conceito e melhor compreensão da forma de como são, progressivamente, construídos os patrimônios.

Dentro desse contexto, a definição trazida sobre o patrimônio, por Etchevarne, Costa e Fernandes (2011, p. 18), considerando a Arqueologia, tem relação com o campo jurídico

brasileiro e sua aplicabilidade, sobretudo na proteção oficial pelos sítios e objetos arqueológicos, considerados como patrimônios históricos, quando afirmaram que:

Ao longo dos quase 300 anos seguintes, os países ocidentais desenvolveram arcabouços legislativos dos mais variados, que identificam locais e objetos arqueológicos que devem ser classificados e inventariados como de importância nacional e, por isto, dignos de ser preservados, assim como determinam as instâncias administrativas que se ocuparão da sua gestão.

Compreende-se, portanto, que não somente o patrimônio histórico, que envolve a arqueologia, mas, também, as condutas associadas se encontram presos em estratos de significados, que denotam ambiguidades e contradições, das quais estas se articulam e desarticulam em mundos e visões no próprio mundo, com o patrimônio cultural. Assim, a questão em torno do patrimônio arqueológico histórico deve nos remeter a questionamentos para que se possa constituir os elementos voltados para analisar a representação do patrimônio como bens incomensuráveis e heterogêneos, conforme afirmado por Choay (2017).

É perceptível, portanto, que, como patrimônio, tanto os sítios como os materiais arqueológicos passam a assumir o estatuto jurídico de patrimônio nacional, que é respaldado, no cenário brasileiro, pela legislação que visa a proteger o patrimônio arqueológico, considerando sua aplicabilidade, ao tempo em que busca tratar as questões legais relacionadas a essa abordagem, tendo, de forma hierárquica, a Carta Magna de 1988, que é considerada a normativa legal na proteção dos bens “arqueológicos e pré-históricos” (ETCHEVARNE; COSTA; FERNANDES, 2011); e, portanto, uma questão que envolve o valor, um patrimônio (FONSECA, 2005).

Posteriormente, considerando os aspectos mais recentes, encontra-se na legislação a aplicação da proteção do patrimônio arqueológico, as Leis Federais nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; uma cria o Estatuto dos Museus e a outra o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), respectivamente (ETCHEVARNE; COSTA; FERNANDES, 2011).

Considerando o aspecto que envolve a proteção ao patrimônio histórico, voltado para a arqueologia, de acordo com Choay (2017, p. 11):

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

Sobre essa questão, os estudos de Abreu e Chagas (2009) mostraram que, considerando o setor dos museus, houve uma revitalização com novas práticas voltadas para discursos e

colecionamento, com desenvolvimento de estudos em sintonia com a realidade vivenciada na contemporaneidade, com a preocupação em arquivar a memória, o patrimônio e museus, buscando guardar, colecionar, organizar, lembrar e/ou invocar tradições antigas.

De forma errônea, a sociedade, mediante a constante mobilização, transformação e ubiquidade de seu presente, tornou o patrimônio histórico uma palavra midiática, remetendo a uma instituição e a uma mentalidade, na qual a transferência semântica ocorrida na palavra traz uma revelação da opacidade da coisa (CHOAY, 2017).

É por conta disso que anteriormente os estudos de Abreu e Chagas (2009, p. 15), salientaram que:

É no espaço constituído a partir da relação entre memória e patrimônio que vicejam as práticas de colecionamento e as narrativas museais nacionais, regionais e locais. [...] gradualmente, as grandes narrativas nacionais e épicas deixam de exercer a primazia de outrora, quando alicerçaram as práticas discursivas dos grandes museus, para entrarem em cena novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica.

A partir daí verifica-se a relevância em torno dos registros para a formação patrimonial, que para Bruno (2008) definir é, sobretudo, expressar um ponto de vista, registrar uma análise resultante de uma experiência e propor um caminho de percepção a partir de um olhar subjetivo. Sobre essa subjetividade, na gestão do patrimônio arqueológico, Costa (2019) em seus estudos descreveu que os museus buscam, de forma objetiva, conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Complementando, Costa (2019) evidenciou, também, que a noção de “musealização” está implicada com os valores documental e informacional do objeto, valores estes operacionalizados pelos processos de seleção, gerenciamento, preservação e uso social público do patrimônio, os quais permitem a conversão do objeto/documento/informação em herança social, com a consequente apropriação sociocultural. O entendimento é de que a musealização se ocupa com a compreensão e promoção social do objeto. E, no que concerne à discussão sobre patrimônio arqueológico, afirma que corresponde a objetos e/ou espaços produzidos e/ou utilizados por diferentes populações que, uma vez convertidos em herança social, permitem tratar de questões relacionadas à memória, cultura, identidade e pertencimento, em benefício das gerações presentes e futuras.

Anteriormente, Bruno (2013) descreveu que a musealização da arqueologia faz parte de uma herança do passado, cujas características são internacionais, com particularidades

nacionais, quando se faz necessário pensar em uma arqueologia musealizada que possibilite a interpretação do pensamento desse conceito e desse processo, mudando de “museus com arqueologia” para “museus arqueológicos”, ponderando, entre outros aspectos, nas expressões patrimoniais.

Dentro desse contexto, existe a possibilidade de trabalhar com a perspectiva de musealização da arqueologia, sendo o processo de musealização a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, buscando conferir a esta um estatuto museal; ou seja, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Para tanto, é fundamental considerar-se a patrimonialização — patrimônio material deslocado para o patrimônio imaterial —, salientando a ruptura existente entre o mundo de origem dos objetos patrimoniais e o tempo presente, descritos nos estudos de Davallon (2015), a partir de uma abordagem comunicacional, evidenciando, de fato, uma continuidade entre o universo de origem dos objetos e a sociedade, na qual constituem um patrimônio não somente patrimonial, mas, também, cultural.

O objetivo primordial consiste, portanto, em manter o registro da memória dos bens patrimoniais e culturais, na sua trajetória no tempo, com a finalidade de preservá-los, considerando os bens materiais e imateriais, respectivamente. Neste último, os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação, cabendo, somente, o registro e a documentação, não sendo possível a realização de intervenção, restauração e conservação, como ocorre em bens patrimoniais (ABREU; CHAGAS, 2009).

Nessa perspectiva de desenvolvimento e transformação, nos estudos de Davallon (2015) é possível compreender que, levando-se em conta a perspectiva comunicacional da patrimonialização, que envolve a abordagem da construção de uma relação dos seres humanos do presente com os do passado, tem como pressuposto assegurar a continuidade cultural da sociedade na transmissão de saberes, considerando as representações, testemunhos, mitos, crenças, técnicas, conhecimentos técnicos, dentre outros.

O posicionamento do referido autor é de que se estará abordando questões em torno do patrimônio, tendo em consideração a musealização, o aspecto relacionado à memória coletiva, na qual ela continua a sua existência enquanto houver membros vivos do grupo que sejam capazes de transmiti-la. O apoio está diretamente na memória individual dos fatos, das práticas e dos saberes (DAVALLON, 2015). Isto é, as pessoas pensam ser as depositárias dos objetos patrimoniais/culturais, conservam sua memória e transmitem, num processo de construção

entre o presente advindo do passado, tornando-se a patrimonialização uma abordagem que envolve a transmissão de memoração e patrimônio.

Complementando, os estudos de Davallon (2015) descreveram a existência de duas condições consideradas como necessárias, voltadas para promover o comprometimento da patrimonialização: a primeira diz respeito à existência de um interesse social pelo objeto imaterial; e a segunda recai pela possibilidade de um conhecimento desse objeto e de seu mundo de origem. Estas se apoiam na memória coletiva e no patrimônio.

Assim, o patrimônio material consiste na produção do objeto e na patrimonialização que produz o saber. Os objetos patrimoniais que são conservados pelas instituições, expostos e transmitidos, não se reduzem, comumente como se pensa, tão somente à realidade material dos objetos materiais vindos do passado, mas, de forma contrária, se caracterizam como dispositivos culturais, envoltos por conjuntos significantes que têm por composição realidades heterogêneas (DAVALLON, 2015), servido para as questões que envolvem a conservação dos monumentos.

Chuva (2012) traz, como proposta para o cenário brasileiro, a possibilidade de se pensar novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural que efetivamente operem com uma noção de patrimônio cultural integradora, partindo de um processo retrospectivo, com a finalidade de entender os motivos e os sentidos da divisão das ações atuais de preservação que envolvem a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural.

Nesse contexto, Sant'Anna (2009) descreveu que, ao manter o registro da memória dos bens culturais e patrimoniais no tempo e no espaço, o conhecimento que é gerado por formas diversificadas de expressão possibilitará a identificação dos meios considerados adequados para apoiar e manter a sua continuidade. Para Choay (2017), as relações mantidas com o tempo, a memória e o saber, vão determinar uma diferença maior quanto à conservação dos monumentos e dos monumentos históricos, respectivamente.

Chuva (2012) corrobora com os autores citados acima, quando indica que a noção de patrimônio cultural parte, necessariamente, das políticas públicas de preservação cultural, sendo historicamente constituída e se transformando no tempo. Complementando, a autora descreve que nesse percurso de construção ocorrem as diferentes concepções de patrimônio que se encontram em campos de ação e que se cruzam (ou não) na trajetória histórico-política das referidas concepções, com a demarcação de questões e a constituição de temas que se tornaram clássicos em cada um desses campos, até a estabilização de nichos e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles, implicando uma política institucional que promove a distribuição desigual de recursos.

Assim, é necessário estabelecer novos paradigmas para a preservação do patrimônio arqueológico, usando como base o cenário brasileiro e tendo como implícito a inexistência de políticas de gestão e musealização. Ao considerar a abordagem política, Costa (2019) enfatiza que esta divide-se em duas dimensões: a primeira, compreendida como ética, que se preocupa com a felicidade individual; a segunda, que consiste na política, que se ocupa da felicidade coletiva.

O referido autor ressalta que a política conforma os princípios de alcance geral que possibilitam as disputas. Apresenta-se como terreno fértil de fricção dos dissensos para a construção de consensos, na qual se configura como uma função negocial. Já a questão em torno da gestão se apresenta como a operacionalização do meio, como processo controlado e ordenado, que leva à efetivação das políticas.

1.1.1 Arqueologia Histórica

Ao longo dos anos, o trabalho da Arqueologia tem possibilitado um melhor entendimento das inúmeras mudanças que ocorrerem na vida do ser humano, desde suas origens. Dessa forma, utilizam-se registros do passado para que os arqueólogos reconstruam as fases históricas, comumente chamados de vestígios arqueológicos, bem como documentos históricos, os quais podem ser escritos ou não (FUNARI, 2003).

Por ser uma área científica, a Arqueologia tem a finalidade de possibilitar a compreensão em torno do passado das sociedades humanas. Dessa forma, conforme estudos de Bastos (2011, p. 59):

A Arqueologia em si é uma disciplina em constante formação e transformação, toma emprestado tanto na rigidez do pensamento cartesiano e positivo como incorpora seguidos conceitos e definições oriundas da antropologia, filosofia, sociologia, psicologia, linguística, literatura, história, geografia, medicina, considerados como algumas áreas mais convencionais.

Assim, a Arqueologia tem relevância não somente no aspecto relacionado à cultura material, mas, também, à cultura imaterial, nas quais as descobertas arqueológicas são consideradas como responsáveis pelo primeiro plano de estudos relacionados às práticas rotineiras do cotidiano de uma sociedade, tanto no seu contexto histórico, quanto no estudo da localidade. De acordo com Berndt e Bastos (1996, p. 59), algumas reflexões devem ser feitas para que se possam construir novos postulados, que “[...] visem à recuperação de sentidos, valores, sentimentos, pensamentos e ações, vindo a descartar e superar evidências de momentos anteriores, reintegrando-as no cenário do conhecimento”.

Os estudos de Bastos (2011) mostraram que no cenário brasileiro, por exemplo, a Arqueologia traz para si outros processos que advêm de novos paradigmas, os quais compreendem novas formas de fazer, com a perspectiva de nova geração de pesquisadores e, conseqüentemente, educadores, que se conectem com a inclusão social e, sobretudo, que detenham o conhecimento considerado emancipatório, para que se espere, de verdade, uma Arqueologia pública que venha a proporcionar acesso comum a todos os cidadãos. Daí a importância da Arqueologia Histórica.

A Arqueologia Histórica é considerada uma subdisciplina da Arqueologia, consistindo em uma ciência detentora de teorias e métodos próprios (FUNARI, 2002; NAJJAR, 2005; SYMANSKI, 2009); em fase de construção e de amadurecimento no cenário brasileiro, caracteriza-se como um processo ainda desafiador em face das abordagens divergentes teórico-metodológicas de que diversos autores se valem para estudar e tratar um determinado contexto de bem patrimonial (FUNARI, 2005).

Sobre essa questão, os estudos de Herberts (2009, p. 39) salientaram que:

Inexiste uma única definição para ser atribuída à Arqueologia Histórica que, porventura, possibilite a inclusão de todas as possibilidades de investigação e, conseqüentemente, seja aceita unanimemente entre todos os arqueólogos. A própria delimitação do campo de estudo e a abrangência da Arqueologia Histórica Brasileira estão em conceituação e discussão, como todo campo de pesquisa em construção.

É possível, no entanto, atribuir ao seu contexto histórico e social um entendimento mais efetivo (FUNARI, 1996), e, dessa forma, Lima (2002, p. 7) atribui à Arqueologia Histórica a amplitude dos aspectos teórico-metodológicos voltados para a Arqueologia, salientando que: “[...] é indissociável, tendo em vista que os marcos teóricos da Arqueologia Histórica são, como não poderia deixar de ser, os marcos teóricos da Arqueologia”.

Dentro desse contexto, é possível conceituar a Arqueologia como o estudo dos grupos humanos, nos seus mais variados aspectos, considerando a sua cultura material (NAJJAR, 2005); anteriormente, os estudos de Funari (1998) mostraram uma variabilidade na área de atuação do arqueólogo que ocorre em consonância com o objeto que se pretende pesquisar, e, dessa forma, existe no Brasil uma dicotomia relacionada à problemática que referencia a Arqueologia Pré-Histórica e a Arqueologia Histórica. Assim, os estudos de Symanski (2009), baseando-se nessa divisão, propuseram a classificação da Arqueologia Histórica como uma subdisciplina da Arqueologia.

Entretanto, esta divisão, segundo estudos feitos por Gheno e Machado (2013, p. 164), mesmo consolidada, recai por um sentido tradicional em torno destas noções, no qual:

A Arqueologia Pré-Histórica seria a Arqueologia dos grupos humanos sem escrita, enquanto a Arqueologia Histórica seria a Arqueologia dos grupos humanos com escrita. Esta classificação indica uma negação da história dos grupos ágrafos, possuindo sua origem em uma antiga visão segregada do passado, conforme já mostrado nos estudos de Lightfoot (apud FUNARI, 1996) e de Thomasi (2010).

No entanto, estudos feitos por Tocchetto (2004) consideraram ineficiente a divisão atribuída às “Arqueologias”, salientando ser apenas em relação à escrita, e propôs a distinção mediante a formação do Mundo Moderno, iniciando-se conforme mostrado nos estudos feitos anteriormente por Senatore e Zarankin (2002) pela expansão europeia, a qual coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social.

Deste modo, o posicionamento de Funari (1996) é diferenciado por entender que a referida classificação busca dar conta de somente uma parte da questão, tendo em vista que as continuidades milenares podem ser tão ou mais relevantes que a crescente europeização do globo. Para Gheno e Machado (2013, p. 164) “a Arqueologia Histórica pode dar conta também dos grupos sem escrita, através da cultura material, estudando a interação entre dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos.”

Desse modo, a voz dada aos sujeitos na sociedade, considerando a cultura material, compreendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas que a Arqueologia Histórica traz, não se encontram visíveis no registro documental, embora façam parte dos processos que envolvem a formação do Mundo Moderno (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010).

Sobre essa questão, reportando-se aos estudos de Lima (2011, p. 21), seu posicionamento é de que a cultura material:

[...] produzida para desempenhar um papel ativo [nos sistemas socioculturais], é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

Nesse contexto, ao considerar a cultura material como o principal objeto de estudo da Arqueologia, o entendimento é de que através dela é possível, no cenário brasileiro, propor uma distinção entre as “Arqueologias”. Todavia, para Orser Jr. (1992) o problema evidente enfatizado é que a Arqueologia Histórica comumente se volta para o estudo de artefatos, estruturas, documentos escritos, mapas, pinturas, desenhos, fotos, histórias e testemunhos orais, nos quais estão inclusas as transformações na paisagem, decorrentes das ações dos grupos humanos.

Um exemplo de pesquisa que envolve o campo de trabalho da Arqueologia Histórica foi realizado pelos arqueólogos Carlos Etchevarne e Carlos Costa, em 2001, no Centro Histórico de Salvador, na Bahia, a partir do estudo dos materiais provenientes das escavações no espaço da Praça da Sé e de parte do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na mesma cidade.

Ao dispor na pesquisa de restos de cerâmicas de várias categorias, Etchevarne e Costa (2001) descreveram a coleta de um número significativo de vestígios, reconstituindo situações sociais do cotidiano dessa cidade, que são de suma importância para a análise arqueológica, pelas inferências socio-históricas que esses materiais puderam oferecer.

Além disso, as análises dos materiais mostraram evidências de variadas formas de reciclagem feitas a partir dos fragmentos de faianças portuguesas, por um setor da população de Salvador (ETCHEVARNE, 2003).

Para Funari (2003); Gheno; Machado (2013), as estruturas evidenciadas nos sítios arqueológicos revelam a presença humana, porém não podem ser removidas dos sítios, embora forneçam subsídios para o entendimento das evidências históricas, demonstrando as tradições transmitidas de geração em geração.

Todavia, na América, mais precisamente no cenário brasileiro, o surgimento da Arqueologia Histórica ocorreu por meio do estudo das estruturas e artefatos vinculados a monumentos, que se configuram como localidades relevantes para a construção e validação de grandes narrativas, com vínculo tradicional, conforme mostrado nos estudos feitos por Zanettini (2005). Examinando os primórdios dos processos envolvendo a modernidade, incluindo o colonialismo, o capitalismo, a globalização e o eurocentrismo, ele concluiu que grande parte adveio de diversas categorias de obras militares, de modo que é importante discutir, brevemente, o que vem a ser a Arqueologia das fortificações.

1.2 As Fortificações no Brasil

Integram o conjunto de fortificações no Brasil 19 monumentos de significativa relevância, que buscam definir as fronteiras marítimas e fluviais do país, os quais testemunharam, historicamente, a ocupação, defesa e integração do território nacional. Dentro desse contexto, espera-se que o reconhecimento venha a ser analisado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a perspectiva de que as construções defensivas existentes no cenário brasileiro entrem na rota do turismo internacional (IPHAN, 2019).

Estudos feitos pelo IPHAN (2019) mostraram que as fortificações foram implantadas no Brasil pelos europeus, originárias de um processo de ocupação territorial, diferenciando-se, particularmente, das demais potências coloniais. A base pautava-se em um esforço de implantação de forma descentralizada, compreendendo as iniciativas dos próprios moradores das diferentes capitânicas que formariam a nação, sem que houvesse maiores intervenções da metrópole.

Os estudos do IPHAN (2019) mostraram que o resultado foi a construção de centenas de fortes e fortalezas, por todo o território brasileiro, cuja função teria sido o atendimento dos mais diversos interesses da localidade, muito mais do que atender aos interesses da metrópole propriamente dita.

O termo fortificação abrange, de modo geral, diversas categorias de obras militares, dentre elas as mencionadas nos estudos de Barreto (1958 *apud* CALDAS, 1992, p. 145):

Fortaleza, que se caracteriza por uma denominação atribuída às fortificações que contêm duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes; forte, que se caracteriza por uma fortificação constituída de uma ou duas baterias, instaladas na mesma obra e, bateria, que se caracteriza por uma obra de fortificação existente no interior de um forte ou de uma fortaleza, ou isoladamente, onde são alocadas peças de artilharia.

Compreende-se, então, que fortaleza tem por definição o emprego do porte e do número de armamentos e tropas, que conforme definição de Siqueira (1997, p. 91):

É maior do que um forte e comporta mais canhões, que são instalados em locais separados dentro da edificação. Por isso, os fortes e fortins são construções fechadas, geralmente, aqueles que são erguidas às margens de rios ou no litoral, situadas em locais estratégicos.

Assim, fortificação é qualquer obra de defesa militar, seja ela um forte, uma muralha, uma trincheira ou um dique. Historicamente, considerando todo o período colonial no Brasil, o conceito atribuído aos locais que deveriam ser fortificados e às estratégias de defesa recomendadas pelas chamadas Escolas de Fortificação se alterou, conforme descrito nos estudos de Albuquerque, Lucena e Walmsley (1999, p. 15).

Os estudos de Barthel (2007, p. 22) mostraram que alguns edifícios construídos pelos luso-brasileiros antes da ocupação holandesa foram abandonados, em vez de recuperados para uso, por causa dos estragos existentes e por não se adequarem mais às modernas armas dos inimigos. O Nordeste foi palco dessa mudança construtiva.

Estudos feitos por Funari (2013) mostraram que, como estratégia, as áreas selecionadas pelas diferentes populações brasileiras consistiam em promover a defesa de suas localidades tradicionais, objetivando conquistar novas fronteiras, o que se pode observar ao considerar a

Arqueologia da paisagem, a partir da identificação de inúmeras transformações estruturais ocorridas junto ao relevo.

Os autores acima ressaltam que a proteção também poderia ter sido feita mediante intervenções, a partir de cortes e escavações, bem como construções, incluindo aterros de dimensões e estilos variados, possibilitando o posicionamento de inúmeros e diversificados grupos e/ou indivíduos, com aporte de materiais e equipamentos que se fizessem necessários.

Não diferente, os estudos feitos anteriormente por Parellada (2006) mostraram que a utilização de elementos da paisagem na Arqueologia das fortificações, a exemplo da declividade do terreno, da proximidade da linha da costa ou das margens de rios, além dos afloramentos rochosos, compõem os sistemas defensivos fortificados. Percebe-se claramente as escolhas de pontos onde se pudessem posicionar as trincheiras, poços, muralhas, baterias e fortalezas, cuja finalidade consistia não somente em proteger as cidades de ataques, mas, também, possibilitar as missões religiosas, colônias militares e indígenas. A ressignificação do ambiente possibilitava a defesa, o que permitia, de forma visível, reforçar a segurança para evitar ou diminuir a probabilidade de um possível ataque e/ou invasão de grupos inimigos.

Compreende-se que as fortificações se associam às necessidades defensivas, de ocupação territorial, de segurança e de enfrentamento às instabilidades (BARTHOLO *apud* BARTHOLO; MATTOS; SANTOS JÚNIOR, 2019). Mas foi a partir das relações identitárias com as fortificações que se estabeleceram as comunidades, regiões e Nações. Os sítios fortificados, mesmo após perderem a sua funcionalidade bélica, são capazes de manter o vínculo com as comunidades do seu entorno, as quais mantêm na memória o sentimento de pertencimento (ZAOUAL, *apud* BARTHOLO; MATTOS; SANTOS JÚNIOR, 2019).

No Brasil, estudos feitos pelo IPHAN (2014, p. 4) mostraram que as fortificações brasileiras se espalharam pelo território devido às possíveis ameaças de inimigos, sendo erguidas em localidades estratégicas político-militares de conquista, expansão e domínio do território, além de servirem como apoio às ações de proteção ao comércio, às atividades extrativistas e às ações contra os ataques indígenas.

Com o objetivo de proteger as cidades e os centros do poder político, econômico e administrativo dos inimigos externos, que eram considerados concorrentes da colonização no Novo Mundo, como por exemplo os espanhóis, os franceses e os holandeses, até aproximadamente o ano de 1700, as fortificações brasileiras eram instaladas próximas à linha litorânea. Porém, a partir de 1750, verifica-se ao sul do Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia a instalação de fortificações. Essa expansão deve-se à política que pretendia

estender os domínios da colonização, conquistar os territórios a oeste e defender a Colônia das ameaças dos inimigos (IPHAN 2014, p.5).

Ainda conforme o IPHAN (2014, p. 5), as fortificações possuem características construtivas específicas que a singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes emprestam uma linguagem plástica, o que permite considerá-las obras de arte. As fortificações são lugares de outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades.

No II Seminário Internacional das Fortificações Brasileiras (2019), realizado no Rio de Janeiro, o IPHAN informou que diversos projetos culturais se empenham em captar recursos para contribuir com a preservação das fortificações, buscando nos modelos de gestão valorizar o aspecto turístico e cultural, com a finalidade de viabilizar o uso sustentável e possibilitar a preservação do bem.

Desse modo, visando à preservação do conjunto de fortificações, 19 fortes e fortalezas de 10 estados brasileiros compõem a candidatura a Patrimônio Mundial, da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2018), conforme descrição da Figura 1.

Figura 1 - Lista indicativa brasileira de fortes a patrimônio mundial da Unesco.



Fonte: Oliveira (2019), a partir de fotos coletadas na UNESCO (2018) e no site fortalezas.org., acesso em 2021.

Considerando a Figura 1, os fortes são: Real Forte Príncipe da Beira (RO) e Forte de Coimbra (MS), que delimitavam os marcos da fronteira oeste do território brasileiro; a Fortaleza de São José de Macapá (AP), como marco das definições da fronteira norte; as fortificações do Ratonés e de Anhatomirim, da Ilha de Santa Catarina, que marcam a divisa sul; o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), no extremo leste; as fortificações de Pernambuco — Forte São Tiago das Cinco Pontas, Forte São João do Brum, Forte Santa Cruz de Itamaracá (Forte Orange) —, marcando as lutas contra a Companhia das Índias Ocidentais; os fortes da Baía de Todos os Santos — Forte de São Marcelo, Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, Forte de Santa Maria, Forte de São Diogo e Forte de Santo Antônio da Barra —; e da Baía da Guanabara — Fortaleza de Santa Cruz da Barra e Fortaleza de São João —, definindo as defesas das duas capitais do Brasil Colônia; e as fortificações da Barra de Santos-SP, incluindo os Fortes do Canal de Bertioga (SP), de Santo Amaro da Barra Grande (SP) e de São João (SP), assinalando a defesa do porto que escoou a maior parte da riqueza produzida no Brasil (OLIVEIRA, 2019).

1.2.1 Fortaleza de São José de Macapá-AP

A Fortaleza de São José de Macapá é um dos monumentos militares do século XVIII existentes no território brasileiro (Figuras 2, 3 e 4). Este monumento localiza-se à esquerda do Rio Amazonas. Desde o período da sua inauguração, ocorrida em 1782, a Fortaleza alternou momentos de ocupação com outros de total abandono. Nem sempre suas ocupações foram adequadas, assim como as reformas também não foram regulares (MAGALHÃES, 2006).

Figura 2 - Fortaleza de São José de Macapá-AP.



Fonte: Google_wikipedia.org., acesso em 2021.

Figura 3 - Fortaleza de São José de Macapá-AP.



Fonte: br.pinterest.com, acesso em 2021.

Figura 4 - Vista Panorâmica da Fortaleza de São José de Macapá-AP.



Fonte: tripadvisor.com.br, acesso em 2022.

Conforme Sousa (1885), a Fortaleza de São José de Macapá foi construída a partir do formato de um quadrado com baluartes pentagonais nas extremidades, edificada em um terreno com elevação de aproximadamente 20 pés acima do nível da água.

Com a modificação dos conceitos nas estratégias de defesa, dos armamentos e a expansão da cidade de Macapá, no final do século XIX algumas estruturas externas de defesa da Fortaleza se encontravam encobertas ou destruídas (ALBUQUERQUE, 2008).

Estudos feitos por Albuquerque (2008) mostraram que em 1946 foram iniciadas obras de recuperação do monumento, para a instalação na localidade do Comando da Guarda Territorial, responsável pelo policiamento público. Mesmo não sendo executado por um técnico em restauração, esse trabalho tentou aproximar-se da construção inicial, fazendo com que o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) reconhecesse a relevância histórica e arquitetônica desse bem, realizando o Tombamento em 22/03/1950, sob o Processo nº 423/T/50, inscrição nº 269, no livro de Tombo Histórico do atual IPHAN (MAGALHÃES, 2006).

A partir de 1979, conforme Magalhães (2006), o IPHAN retoma seus cuidados com o monumento, iniciando a elaboração de um projeto de restauração patrocinado pelo Governo do Território do Amapá, época em que foi feita a recuperação de toda a iconografia atualmente disponível na fortaleza.

De acordo com Albuquerque (2008), a partir da pesquisa arqueológica pôde-se evidenciar um conjunto de obras de defesa que já não se conhecia no século XX. O resgate destas obras externas de defesa propiciou a retomada da real dimensão da fortaleza e permitiu um novo entendimento da complexidade militar do monumento.

1.2.2 Fortaleza dos Reis Magos-RN

Ainda citando Albuquerque (2020), pode-se exemplificar a restauração de outras fortalezas, como o Forte dos Reis Magos (Figuras 5, 6 e 7), localizado na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, ao lado direito da barra do Rio Potengi. A cidade teve sua origem desde a construção do monumento, datado de 25 de dezembro de 1599. Essa fortificação, em conjunto com a Igreja de Santo Antônio, a Catedral, o Museu de Sobradinho e o Palácio do Governo, se configura como um complexo urbanístico significativo em termos artísticos e histórico-culturais na cidade.

Segundo o IPHAN, o forte não estava sendo usado como uma unidade de defesa, e por isso, em 1904, o Exército tornou o Forte dos Reis Magos inativo, voltando a ser usado apenas na época da 1ª Guerra Mundial.

Depois de um acentuado processo de deterioração, no ano de 1949 o IPHAN tombou o monumento, restaurando-o no período entre 1953 à 1958. Em 2013 o IPHAN efetuou pesquisa

arqueológica e histórica elaborando o projeto de restauro da edificação, com o intuito de preservar o bem cultural, possibilitando que a sociedade se aproprie desse bem (IPHAN).

Figura 5 - Vista do Forte dos Reis Magos, com construção em formato de estrela, Natal-RN.



Fonte: <http://viagensfamiliamorettipadulla.blogspot.com>, acesso em 2022,

Figura 6 - Área interna do Forte dos Reis Magos – RN.



Fonte: Débora Silva (<https://apartamento702.com.br/conheca-mais-sobre-o-forte-dos-reis-magos/>), acesso em 2022.

Figura 7 - Forte dos Reis Magos, Natal-RN.



Fonte: Albuquerque (2020, p. 134).

Considerando a Figura 7, observa-se que o forte foi construído sobre os arrecifes, na entrada da barra do Rio Potengi. A partir de seu traçado verifica-se elevadas muralhas, quase verticais, que refletem uma época de transição no desenho das fortificações e permitem a observação das diretrizes de seu traçado na execução do forte, dentre as quais algumas relacionadas à questão defensiva, propriamente dita, e outras voltadas à questão da logística, sendo essas diretrizes fundamentais para a escolha da localização da fortaleza (ALBUQUERQUE, 2020).

Por meio das pesquisas arqueológicas foi possível compreender as diversas alterações ocorridas nas estruturas do forte, desde a sua construção, em 1599, até os dias atuais. Nesse contexto, de acordo com Albuquerque (2020, p. 136):

O planejamento da pesquisa arqueológica se deu através de fontes textuais e iconográficas da documentação estudada, escavações profundas e intervenções realizadas nas paredes e moradias. As intervenções geoarqueológicas foram iniciadas com as escavações e continuaram como ferramenta de interpretação e conclusão final (tradução livre).

Assim, percebe-se que analisar apenas os materiais de construção não se configura como o método ideal para a identificação da cronologia de construção, pois é comum a reutilização desses materiais ao longo dos séculos, principalmente nos períodos em que eles eram mais difíceis de serem encontrados. Para Albuquerque (2020, p. 137), a presença de tijolos holandeses (pequenos tijolos amarelos) pode representar a chave para distinguir edifícios holandeses e portugueses, porém duas razões parecem questionar a utilização deste critério para tal fim, a saber:

- experiência anterior em sítios arqueológicos históricos em Pernambuco levou à observação de tijolos importados da Holanda, usados como piso (como na sala contígua ao Mikvê da Sinagoga Kahal Zur Israel, em Recife) ou, ainda, em estruturas de salas de pó (como na Fortaleza Orange, em Itamaracá), certamente associados à impermeabilização;
- ainda com base nas escavações arqueológicas realizadas, foram construídas paredes depois que os holandeses foram expulsos, com pequenos tijolos amarelos holandeses, usados em meio a outros tijolos com características diferentes. Eram edifícios onde os materiais mais antigos foram reaproveitados.

A partir dos aspectos mencionados acima, verifica-se que os elementos recuperados pela Arqueologia proporcionaram uma restauração com base científica, revelando uma parte significativa da história não registrada deste monumento, tão intimamente relacionado com a expansão para o Norte do território do Brasil de hoje (ALBUQUERQUE, 2020).

1.2.3 Forte de Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha-PE

Dando continuidade aos estudos arqueológicos em fortalezas, apresenta-se o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco (Figuras 8 e 9), como exemplo. A construção dessa fortaleza ocorreu em 1737, sobre as ruínas do antigo reduto holandês. A Ilha de Fernando de Noronha é um Patrimônio Natural da Humanidade, tombado pela UNESCO, em 2001 (ALBUQUERQUE, 2017, p. 42).

Figura 8 - Forte Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha – PE.



Fonte: Albuquerque (2017, p. 43).

Figura 9 - Vista aérea do Forte Nossa Senhora dos Remédios, de Fernando de Noronha-PE.



Fonte: Rezende Jr. YouTube, acesso em 2022.

Conforme descrição de Albuquerque (2017, p. 34), o Forte Nossa Senhora dos Remédios se localiza no Arquipélago de Fernando de Noronha, em pleno Oceano Atlântico. Por isso, desde o início da colonização brasileira, devido a sua posição geográfica, em alto mar, que favorecia a ocupação, esse Arquipélago foi vinculado ao subsistema de defesa, composto

por diversas unidades de fortificações, como: o Forte de São Pedro do Boldró, Forte Nossa Senhora da Conceição, entre outros.

Mas, na perspectiva militar, o Arquipélago de Fernando de Noronha se estabeleceu como um dos mais complexos sistemas defensivos conhecidos no Brasil, do séc. XVIII. Não se tratava de fortificações isoladas, mas sim de um verdadeiro sistema de defesa, sendo afirmado por Albuquerque (2017, p. 39) que:

A equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE se encontra desenvolvendo um trabalho de reconhecimento da área, inclusive estudando a cobertura balística de todas as canhoneiras dispostas nas muralhas das fortificações. Ressalte-se o caso de algumas canhoneiras da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, que foram dispostas voltadas diretamente para a Vila, de modo a garantir reação, no caso de uma ocupação inimiga da sede. O projeto defensivo de Fernando de Noronha, elaborado por Diogo da Sylveira Vellozo, não priorizava apenas os pontos vulneráveis a defender.

Considerando a afirmativa acima do autor, percebe-se que a logística desempenhou uma função significativa no funcionamento correto do sistema defensivo, tendo em vista a interligação dos fortes por um sistema viário, com construção de pedras que, mesmo estando bastante danificado, ainda pode ser visto atualmente.

Diante do que foi exposto acima, desde 2010, com o apoio da Superintendência do IPHAN-PE, foram realizados trabalhos emergenciais, como a consolidação das muralhas e de algumas paredes internas do Forte de Nossa Senhora dos Remédios, pois a ação do tempo tem sido implacável em todo o monumento (ALBUQUERQUE, 2017, p. 44).

Logo, com o intuito de requalificar e resgatar a identidade cultural da população de Fernando de Noronha, e com a intervenção do IPHAN, de janeiro/2018 a outubro/2019, foram realizadas obras de restauro no Forte Nossa Senhora dos Remédios, tendo como objetivo adequar as condições de uso e apropriação enquanto bem cultural de relevância. Os serviços englobaram a recomposição de muralhas, paredes, instalações elétricas, hidráulicas e acessibilidade, entre outras (PIMENTEL, 2018) (Figura 10).

Figura 10 - Vista panorâmica do Forte Nossa Senhora dos Remédios, após as obras de restauração.



Fonte: Álvaro Avelar-Diário de Pernambuco, acesso em 2022.

Não se pode negar que em todo o território brasileiro as fortificações são consideradas ícones de patrimônio que promovem o turismo e o desenvolvimento econômico e social, como declara Santos Júnior (2013), em detrimento da sua relevância histórica, quando necessário se faz conhecer, para preservar, restaurando, trazendo para a população e a sociedade a importância do papel desenvolvido pela arqueologia.

Há muitas discussões e articulações acerca do planejamento e providências para delinear soluções a médio e longo prazo, com vista a resgatar o valor cultural das fortificações do Brasil junto à sociedade. A abordagem de predominância histórica é vasta, permitindo a legitimação do valor cultural, a partir da educação pública que conduza os laços de identidade entre sociedade e fortificações (SANTOS JÚNIOR, 2013).

De acordo com o referido autor, o ponto de partida consiste, primeiramente, em entender os fortes e as fortalezas sob dois primas: o primeiro, envolver o seu espaço e intercâmbio de expressões e referências culturais para além de temas relacionados ao bélico-militar; o segundo, buscar uma inserção de cunho educacional, alterando as relações dos atores (gestores, educadores, pesquisadores, restauradores, museólogos, outros), com as fortificações, pautados, assim, em uma gestão mais efetiva.

Conforme Piquet (2021), o consórcio formado pelas empresas Pentágono Empreendimentos, Dix Empreendimentos e Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) apresentou ao IPHAN o projeto de uso do imóvel, com o plano museológico para o espaço, a proposta arquitetônica e a previsão de ações culturais, onde a fortaleza, passe a ter lojas, café e restaurante, entre outros serviços.

Contudo, esses serviços vêm sendo implantados gradativamente, com a participação da comunidade local, do setor de turismo da ilha, do IPHAN e do governo do Estado, objetivando

fomentar as atividades culturais e de formação de jovens da localidade, além de oferecer espaços de entretenimento e contemplação para todos os públicos (PIQUET, 2021).

O Forte dos Remédios deve tornar-se um museu a céu aberto, onde os visitantes conheçam a história do forte e da ilha, interajam utilizando a tecnologia digital, configurando-se como uma experiência diferenciada com foco na cultura, no social e na preservação ambiental (PIQUET, 2021).

Para Zanirato e Tomazzoni (2014), apesar dos impactos e das ameaças ao patrimônio natural, Fernando de Noronha é exemplo único de planejamento, gestão e desenvolvimento de destino de ecoturismo no Brasil. Os diferenciais na gestão e no desenvolvimento do turismo local certamente contribuíram para que o Arquipélago fosse reconhecido como patrimônio da humanidade pela UNESCO, sobretudo, em detrimento às várias ações de organizações públicas, privadas e não governamentais que merecem destaque, entre as quais a iniciativa de controle do ingresso de turismo.

Ainda conforme os autores acima, uma série de iniciativas positivas configuram-se como pontos fortes para a gestão do destino ecoturístico. Como exemplo podem ser citadas as atuações das equipes do ICMBio; do Projeto Tamar; e do Projeto Golfinho Rotador, que são relevantes para a sustentabilidade ambiental e cultural, com base na conservação da biodiversidade marinha e vegetal de Fernando de Noronha. Em diversos aspectos, a gestão do Arquipélago como destino turístico é modelo de pioneirismo, empreendedorismo e inovação no Brasil.

1.2.4 Forte São João de Bertioga-SP

O Forte de São João de Bertioga ou Forte de São Tiago, é uma fortificação portuguesa, edificada no ano de 1560, no Brasil Colônia. São João é padroeiro da vila que se encontra anexa a Bertioga (BARRETO, 1958, p. 260). O forte está localizado na barra de Bertioga, defronte à ilha de Santo Amaro, no litoral do estado brasileiro de São Paulo. A construção do forte nessa localidade visou proteger o acesso ao canal do “Rio Bertioga” (GARRIDO, 1940, p.132).

Muitas foram as reformas ocorridas ao longo do tempo na fortificação, principalmente, no século XVIII, sendo a última realizada no ano de 2001, resultando na atual edificação, que funciona como equipamento cultural, e desde o ano de 2014 vem sendo rodeada pelo Parque dos Tupiniquins. Seu tombamento pelo IPHAN, como patrimônio histórico nacional, ocorreu

no ano de 1940 e se encontra na Lista Indicativa de monumentos que concorrem ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (TEIXEIRA, 2011, p. 65).

Figura 11 - Vista panorâmica do Forte São João de Bertioga-SP, após as obras de restauração.



Fonte: Bertioga.sp.gov.br, acesso em 2022.

1.2.5 Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande-SP

A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande possui algumas denominações como Fortaleza de São Miguel, Fortaleza da Praia Grande e Fortaleza da Barra Grande. Encontra-se a sudeste na Ilha de Santo Amaro, separando a Praia do Góis da Praia de Santa Cruz dos Navegantes, no canal que dá acesso ao porto da atual cidade de Santos, município de Guarujá, litoral do estado brasileiro de São Paulo (BARRETO, 1958, p. 263).

Conforme Mori (2003), a fortaleza foi erguida a partir de 1584, durante o domínio Espanhol sobre Portugal, com o intuito de defender o Porto de Santos e exaltar a presença do rei Felipe II da Espanha no Atlântico Sul. Apesar de ter tido diversas modificações ao longo do tempo, as muralhas da Fortaleza permaneceram acompanhando, ou seja, se adequando à topografia do local. Essa Fortaleza foi tombada pelo IPHAN em 1964.

Figura 12 - Vista da Fortateza de Santo Amaro da Barra Grande-SP.



Fonte: Wikipédia, acesso em 2022.

1.2.6 Forte de São João-SP

O Forte de São João foi a primeira construção fortificada sob o domínio lusitano em nosso país, no ano de 1532 e tombado pelo IPHAN em 1965. Esse forte se tornou museu com salas ambientalizadas, onde pode-se observar cenas cotidianas dos indígenas, peças de artilharia, réplicas das armaduras portuguesas, entre outros móveis e pinturas (NAKAMUTA, 2005), proporcionando uma viagem no tempo para a época do descobrimento do Brasil. O Forte de São João é candidato a Patrimônio da Humanidade pela Unesco (PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA, 2018).

Além de conhecer a fortificação, os visitantes podem conferir uma exposição moderna e interativa, que reúne máquinas cenográficas, recortes e textos antigos da cidade, jogos de pescaria sobre a cultura caiçara e de batalha naval (PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA, 2018). Também, fazem parte da exposição artefatos de diferentes povos indígenas locais e pinturas a óleo (LITORALHOJE, 2022).

Figura 13 – Forte de São João-SP, vista de uma das salas do museu.



Fonte: Revista Nove, acesso em 2022.

1.2.7 Real Forte Príncipe da Beira-RO

O Real Forte Príncipe da Beira foi construído pela coroa portuguesa, a partir de 1775, e inaugurado em 1783, para defender o país da ofensiva dos espanhóis. Está localizado no estado de Rondônia, no atual município de Costa Marques, à margem direita do rio Guaporé (BARBOSA; NUNES, 1985, p. 66). Esse forte se impôs por sua estrutura e posição estratégica, e é considerada a maior edificação militar portuguesa construída fora da Europa, no Brasil Colonial, fruto da política pombalina de limites com a coroa espanhola na América do Sul, definida pelos tratados firmados entre as duas coroas entre 1750 e 1777 (GARRIDO, 1940, p. 12-13).

O rei de Portugal, D. João V (1706-1750), ordenou a construção de um forte para consolidar o domínio territorial, ao mesmo tempo em que assegurava a exploração do ouro na vastidão da pouco conhecida região amazônica (OLIVEIRA, 1968, p. 756).

Figura 14 - Vista do Real Forte Príncipe da Beira-RO.



Fonte: JH Notícias, acesso em 2022.

1.2.8 Forte de Coimbra-MS

O Forte de Coimbra possui algumas denominações como: Forte de Nova Coimbra, Forte Novo de Coimbra e Forte Portocarrero. Está situado no atual distrito de Forte Coimbra, município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, à margem direita do Rio Paraguai, impondo-se sobre o Estreito de São Francisco Xavier, (FERRAZ, 1930, p. 22).

Sua fundação ocorreu no ano de 1775 pelo Capitão Mathias Ribeiro da Costa, que havia sido incumbido pelo Governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Pereira de Mello e Cáceres, da missão de instalar uma fortificação no curso médio do Rio Paraguai. Tal instalação objetivava garantir à Coroa Portuguesa a posse das terras a oeste desse rio (GARRIDO, 1940, p. 163).

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, o Forte de Coimbra foi reocupado e reconstruído. No ano de 1907, foi iniciada a construção das atuais instalações do quartelamento e, a partir de 1908, o Forte foi desocupado. Em 1950, a guarnição ganhou a denominação de 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia de Costa e Forte Coimbra (MOURA, 1975, p. 33). Na atualidade, o Forte de Coimbra é tombado pelo IPHAN e fica na tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

Figura 15 - Vista do Forte de Coimbra-MS.



Fonte: Exército Brasileiro, acesso em 2022.

1.2.9 Forte Cinco Pontas-PE

O Forte de São Tiago das Cinco Pontas é um monumento bastante expressivo do patrimônio colonial brasileiro. Construído em 1630, durante a ocupação holandesa nas áreas em que hoje estão localizadas as cidades de Recife e Olinda, e foi tombado como patrimônio nacional, pelo IPHAN, em 1938. Inicialmente foi edificado em forma pentagonal. Por esse motivo ficou conhecido como Forte Cinco Pontas. Atualmente, no espaço funciona o Museu da Cidade do Recife, que tem em seu acervo fotografias, mapas e fragmentos arqueológicos que representam a história da evolução urbana do Recife do século XVII aos dias atuais (NEOENERGIA, 2022).

Figura 16 - Vista do Forte Cinco Pontas-PE.



Fonte: Danilo Borges, acesso em 2022.

1.2.10 Forte do Brum-PE

O Forte do Brum, ou Forte de São João Batista do Brum, encontra-se situado no Estado de Pernambuco, na cidade do Recife, Brasil. Sua construção inicial foi portuguesa, em 1629, para reforçar a entrada da barra do Porto do Recife contra invasões. Quando ocuparam o Forte, em 1630, os holandeses deram continuidade à construção (ALBUQUERQUE, 2007, p. 43), pois se preocupavam com a defesa do porto tanto quanto os portugueses (BARLÉU, 1974, p. 214).

A importância estratégica deste forte ultrapassou a dominação holandesa e, em 1950, foi tombado pelo IPHAN. Após a restauração, o forte foi ocupado pelas forças do Brasil, tendo sofrido reformas em diferentes ocasiões. No ano de 1987, com o intuito de homenagear os soldados nordestinos, foi inaugurado o Museu Militar do Forte do Brum (MMFB), com exposições de obras que mostram a atuação desses soldados na história militar (ROCHA, s/d; s/n).

Figura 17 - Vista do Forte do Brum-PE.



Fonte: Wix.com, acesso em 2022.

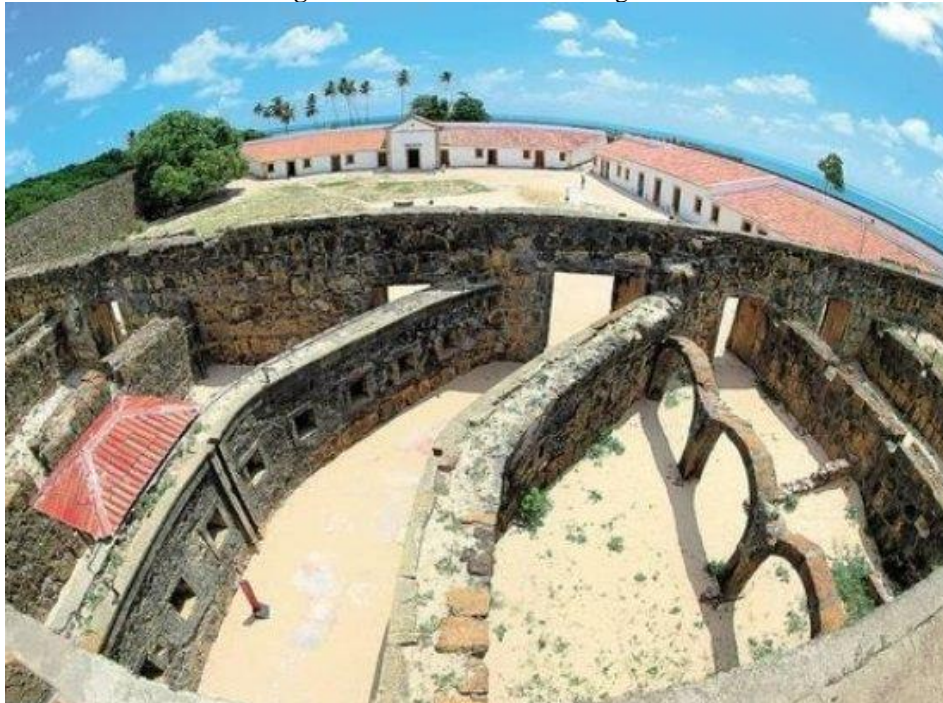
1.2.11 Forte Orange-PE

O Forte Orange, também denominado de Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, está instalado ao sul da Ilha de Itamaracá, litoral de Pernambuco, distante aproximadamente 50 km da capital Recife, na entrada da barra do Canal de Santa Cruz, próximo à rota das embarcações

que se destinam aos portos de Igarassu e Vila da Conceição. Os holandeses construíram esse Forte em 1631, configurando-se no maior forte em alvenaria de pedra bruta do Nordeste do país. Além da beleza de sua natureza, Itamaracá abriga importantes marcos da história pernambucana, a exemplo do Forte Orange (IPHAN, 2020).

Esse Forte se tornou o principal ponto de defesa e de controle econômico do “Brasil Holandês”. Após a expulsão dos holandeses mediante as Batalhas dos Guararapes (1648-49) e a capitulação de Campina de Taborda, em 1654, o Forte de Orange foi dominado e utilizado por forças luso-brasileiras (FERNANDES, 2020, p. 1).

Figura 18 - Vista do Forte Orange-PE.



Fonte: TripAdvisor, acesso em 2022.

1.2.12 Forte de São Marcelo-BA

O Forte de São Marcelo, ou Forte do Mar, que também já foi denominado Forte de Nossa Senhora do Pópulo, situa-se em Salvador, capital do Estado da Bahia, defronte ao centro histórico da cidade. Construído a uma distância aproximada de 300 metros da costa, sobre um pequeno banco de arrecifes, destaca-se por se encontrar dentro das águas e ser o único de planta circular no país, inspirado no Castelo de Santo Ângelo (Itália) e na Torre do Bugio (Portugal) (MOTA, 2014, s/p).

Esse Forte foi construído nos primeiros anos do século XVII, no estilo renascentista, tendo como objetivo defender a Cidade de Salvador de inimigos e já passou por diversas obras de restauração ao longo de sua existência. Desde o ano de 1938 está sob a responsabilidade do IPHAN (GARRIDO, 1940, p. 89).

Possui uma área total construída de 2.500 metros quadrados e sua planta circular visava melhor resistir às correntes e às marés, permitindo o tiro em qualquer direção na defesa da cidade e do Porto de Salvador, cruzando fogos com o Fortim de São Fernando (que deu lugar ao prédio da Associação Comercial em 1818) e ao Forte de São Paulo da Gamboa (BARRETO, 1958, p. 174).

Figura 19 - Vista do Forte de São Marcelo-BA.



Fonte: Uiler Costa - Salvador da Bahia, acesso em 2022.

1.2.13 Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat-BA

O Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat é um dos equipamentos militares mais bem preservados da história do nosso país. Construído pelos portugueses no século XVI, representa um exemplo da arquitetura de transição, por ter características medievais e de artilharia moderna (DIAS; GUIMARÃES, 2022). Está edificado na Ponta de Humaitá, Cidade de Salvador, Bahia, Brasil, sendo tombado pelo IPHAN desde 1957 (BARRETO, 1958, p. 181).

A construção foi reformada diversas vezes, mas mantém a planta original até os dias atuais, com seis torreões, de onde se avistavam os inimigos, e o poço d'água que abastecia os soldados (OLIVEIRA, 2004, p. 74). É gerido pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro e desde 1993 abriga o Museu da Armaria, onde os visitantes podem observar diversas armas de fogo, inclusive canhões (BARRETO, 1958).

Figura 20 - Vista do Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat-BA.



Fonte: TV Brasil - EBC, acesso em 2022.

1.2.14 Forte São Diogo-BA

Encontra-se instalado no alto de uma rocha, na extremidade da enseada do Porto da Barra, em Salvador, capital da Bahia. O Forte de São Diogo foi construído no Governo Geral de D. Diogo de Meneses Siqueira (1609-1613), tendo como função, em conjunto com os fortes de Santo Antônio e de Santa Maria, impedir os ataques inimigos vindos do lado sul da cidade (SANTOS, 2012, p. 64).

O Forte São Diogo possui planta irregular do tipo italiano, contendo casa de comando com dois pavimentos, quartel da tropa, casa da palamenta, entre outras. Reformado algumas vezes ao longo dos anos, atualmente está sob a responsabilidade do Exército Brasileiro e foi transformado em Centro Cultural, com programação regular de eventos. O local associa história, lazer, cultura e gastronomia. O visitante ainda pode conhecer o Espaço Carybé das Artes e apreciar o clima baiano no Bistrô Mirante do Forte São Diogo (TEIXEIRA, 2005, p. 66).

Figura 21 - Vista aérea do Forte São Diogo-BA.



Fonte: Wikipédia, acesso em 2022.

1.2.15 Forte de Santo Antonio da Barra-BA

O Forte de Santo Antônio da Barra ou Farol da Barra está situado na Ponta do Padrão, no atual Largo do Farol da Barra, em Salvador, Bahia, Brasil. De acordo com a Marinha do Brasil, é a primeira edificação militar do país, construída no século XVI, para proteger a Baía de Todos os Santos, e o seu farol é o mais antigo das Américas e se destinava a orientar as embarcações que ali entravam, missão que é cumprida até hoje (CCSM, 2019).

No decorrer dos anos ocorreram diversas alterações no Farol da Barra, porém ele permanece funcionando sem interrupção até os dias de hoje, garantindo sinalização náutica aos navegantes na Baía de Todos os Santos. A gestão do Forte é de responsabilidade da Marinha do Brasil (CCSM, 2019).

O espaço abriga o Museu Náutico da Bahia, único do gênero no Estado. O museu disponibiliza visitas monitoradas e mantém em seu acervo peças de arqueologia submarina, réplicas de embarcações, equipamentos para navegação, cartas náuticas e outros documentos, além de uma mostra permanente relativa à geografia, história, antropologia e cultura da Baía de Todos os Santos (MUSEU NAUTICO DA BAHIA, 2022).

Figura 22 - Vista do Forte Santo Antônio da Barra-BA.



Fonte: TV Brasil - EBC, acesso em 2022.

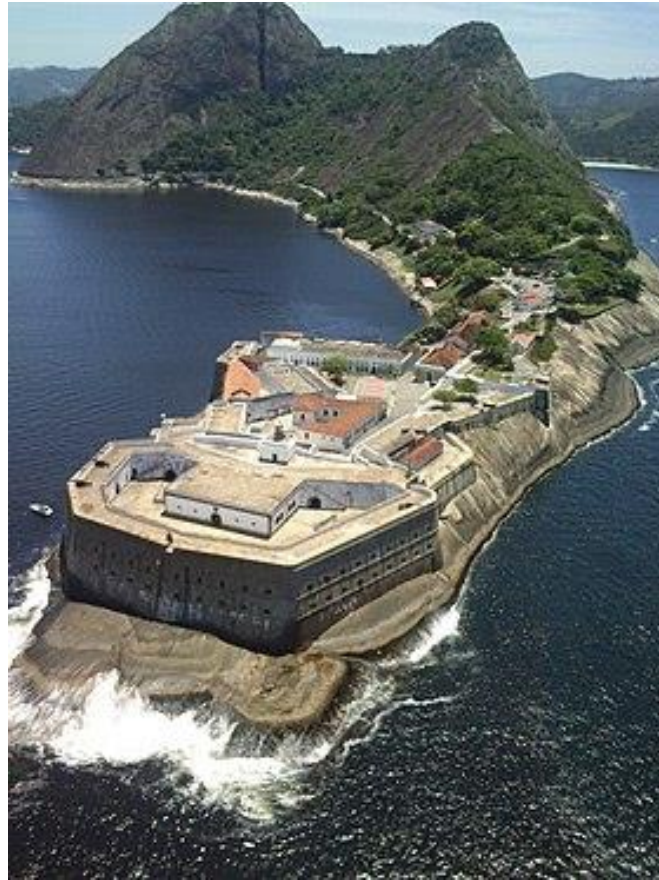
1.2.16 Fortaleza de Santa Cruz da Barra-Baía de Guanabara

A Fortaleza de Santa Cruz da Barra, instalada no município de Niterói, lado oriental/nascente da Barra da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, foi, no período da Colônia e do Império, fundamental para a defesa da cidade, do porto e da Barra da Baía de Guanabara (CASTRO, 2009, p. 160).

Sua história começa em 1555, quando Nicolas de Villegagnon iniciou sua construção. Dois anos depois, Mem de Sá tomou o poder e a ampliou, assim como também o Vice-Rei Conde de Cunha, que a reformou e ampliou seu poder de fogo, para que pudesse proteger o embarque do ouro vindo de Minas Gerais (GARRIDO, 1940, p. 106).

Essa Fortaleza permanece guarnecida com quarenta e duas peças de artilharia, de diversos períodos até os dias de hoje, e disponibiliza aos turistas visitas guiadas, de hora em hora, com duração de cerca de 45 minutos. Atualmente é a sede da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (PEIXOTO, 1932, p. 7-8).

Figura 23 - Vista aérea da Fortaleza de Santa Cruz da Barra-Baía de Guanabara.



Fonte: Wikipédia, acesso em 2022.

1.2.17 Forte de São João-Baía de Guanabara

O Forte São João, também denominado como Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro ou Fortaleza de São João, encontra-se fixada no lado ocidental/poente da Barra da Baía de Guanabara, no Bairro da Urca, Rio de Janeiro. Nos dias de hoje, no local funciona o Centro de Capacitação Física do Exército/Fortaleza de São João, unidade do Exército Brasileiro subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (BRASIL, 2012).

A visita ao Forte São João ocorre nos fins de semana, por meio de agendamento antecipado. Além da caminhada rodeada de mata e belas vistas do mar, é possível ver também o local exato da fundação da cidade por Estácio de Sá, numa praia entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar. Esta fortaleza formava uma linha defensiva juntamente com a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte da Laje, que também tinham a missão de proteger a Baía de Guanabara contra a entrada de invasores (GARRIDO, 1940, p. 120).

Figura 24 - Vista do Forte de São João-Baía de Guanabara.



Fonte: Depositphotos, acesso em 2022.

1.2.18 Fortaleza Santo Antônio de Ratonés-SC

A Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés foi edificada na Ilha Ratonés Grande, na baía norte da Ilha de Santa Catarina. É a terceira fortificação do vértice que compõe o sistema defensivo da ilha, e sua construção teve início em 1740, com o objetivo de apoiar as lutas contra os espanhóis, na parte sul do continente americano (IPHAN, 2014). Seus edifícios foram construídos em um único platô virado para o mar e circundados por uma muralha de pedra, que resguarda seu significativo conjunto arquitetônico (TEIXEIRA, 2010, p. 52).

Conforme informado pela UFSC (2018), essa fortaleza se encontrava em ruínas e no ano de 1938 foi tombada pelo SPHAN, atual IPHAN. Na década de 90 (1990-1991), a partir do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na História Brasileira, os edifícios da fortaleza foram restaurados, ficando o gerenciamento sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 2015, junto com a Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim, passou a compor a lista indicativa a patrimônio mundial na categorização monumentos seriados (IPHAN, 2014). Atualmente a Fortificação, segundo dados da UFSC (2018), recebe cerca de 12.345 visitantes anualmente.

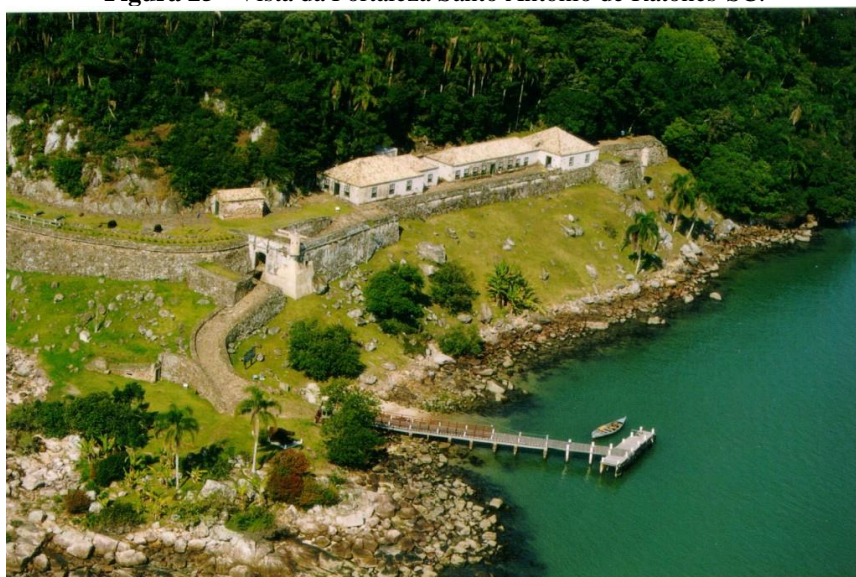
O ingresso à Fortaleza de Ratonés é feito apenas por via marítima e, com o apoio da UFSC, que disponibiliza no espaço visitas guiadas, no qual o mantenedor de bens patrimoniais - que no caso da Fortaleza de Ratonés é o governo federal -, busca promover atividades que motivem a sociedade em geral, priorizando os estudantes, os trabalhadores, as donas de casa, oportunizando que todos conheçam a história da sua cidade e do país, através do acesso aos monumentos históricos (SILVA, 2015).

A Fortaleza de Ratonés é um verdadeiro museu a céu aberto e sua gestão busca ensinar ao público que a construção do monumento não aconteceu de forma rápida e que ele tinha a função de salvaguardar a soberania portuguesa no ultramar. Trabalharam em sua edificação tanto o açoriano e o madeirense, como o negro e o índio. Pessoas morreram ao longo da sua construção, relações sociais foram feitas e desfeitas ao longo desse processo (LIMA; GUSSO; OLIVEIRA, 2019).

O papel do gestor apresenta vários desafios, como por exemplo quanto à gestão, à restauração e à preservação, principalmente se tratando de um patrimônio público e conhecido mundialmente. No caso da Fortaleza de Ratonés, há um impasse entre a universidade, que tem uma visão de gestão patrimonial e o IPHAN, que pensa em uma gestão empresarial. Porém, as duas Instituições trabalham no sentido de chegarem a um consenso sobre o que fazer nas fortalezas (LIMA; GUSSO; OLIVEIRA, 2019).

O principal financiador para que projetos aplicados nas fortalezas se concretizem ainda continua sendo quase que exclusivamente o governo federal. No início do restauro das fortalezas o governo federal, através do Banco do Brasil, financiou a recuperação física do sistema defensivo patrimonial de Santa Catarina. Na atualidade, os arquitetos responsáveis pelos projetos de manutenção e restauração esperam que os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiem seus trabalhos. No cenário brasileiro, percebe-se a ausência de uma cultura madura para se buscar fontes alternativas de financiamento, como a iniciativa privada (LIMA; GUSSO; OLIVEIRA, 2019).

Figura 25 - Vista da Fortaleza Santo Antônio de Ratonés-SC.



Fonte: UFSC, acesso em 2022.

1.2.19 Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim-SC

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é a maior em estrutura edificada e está localizada no vértice principal do sistema defensivo da ilha. Erguida em 1739, por Silva Pais, não foi usada apenas como aquartelamento, também abrigou a sede do primeiro governo da capitania de Santa Catarina (1739-1744), servindo de hospital de convalescença durante a Guerra do Paraguai e de palco de execuções durante a Revolução Federalista, além de ter sido usada como prisão na Revolução Constitucionalista. A fortificação ainda seria ocupada militarmente durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945 (TEIXEIRA, 2010, p. 54).

A Universidade Federal de Santa Catarina firmou, no ano de 1979, um acordo com o Ministério da Marinha e o IPHAN, responsabilizando-se pela tutela da Fortaleza, e, em 1984, a fortificação foi aberta à visitação pública, no entanto seu processo de restauro só se finalizou em 1989, após a criação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na História Brasileira UFSC (2018).

Segundo a UFSC (2018), nos dias atuais a fortificação é a mais visitada, recebendo um público anual de 101.578 visitantes, pois além de simbolizar um legado do patrimônio cultural militar tem sua importância destacada entre as fortificações da costa brasileira em razão de suas funções entre os séculos XVII e XIX. Em 2015, o IPHAN a escolheu para entrar na lista indicativa a patrimônio mundial da Unesco, em um conjunto de 19 fortificações do território brasileiro (LIMA; GUSSO; OLIVEIRA, 2019).

Conforme Teixeira (2010, p. 55), apenas a Fortaleza de Anhatomirim possui concessão privada para funcionar uma pequena lanchonete dentro de seu espaço. Não há nas outras fortalezas serviços semelhantes a estes, que podem fornecer ao turista uma comodidade na hora da visitação. A gestão de todas as outras fortalezas poderia pensar em algo parecido, como cafeteria, uma pequena loja que vendesse lembranças da fortaleza, entre outros, oferecendo aos visitantes atrativos que permitissem sua permanência por mais tempo no local.

Figura 26 - Vista da Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim-SC.



Fonte: UFSC, acesso em 2022.

1.3 Premissas sobre a Proteção e Preservação do Patrimônio Arqueológico

Considerando que as culturas material e imaterial fazem parte do patrimônio cultural de todo país, entende-se que patrimônio histórico-cultural e arqueológico é todo bem móvel, imóvel ou natural, com a finalidade precípua de marcar significativamente cada sociedade (MENDONÇA DE SOUZA; SOUZA, 1983).

Recentemente, de acordo com os estudos de Ghetti e Oliveira (2019, p. 319):

É de grande relevância a preservação do patrimônio cultural porque, no futuro, possibilitará que cada povo conserve sua própria identidade; todavia, necessário se faz considerar que tanto as edificações quanto seus remanescentes são patrimônio cultural que têm função de valor histórico e arqueológico, devendo o bem ser preservado.

Dessa forma, a preservação de bens culturais, como o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, deve estar vinculada diretamente à conservação e a restauração desses bens.

Vale salientar que a definição de restauro surgiu a partir de finais do século XVIII, quando se considerou uma organização sistemática das ideias, consolidando-se como campo interdisciplinar autônomo, a partir do século XX. Nesse cenário, em qualquer que seja o processo de restauro de um bem arqueológico, é importante ter em conta a existência de orientações e princípios teóricos que buscam respaldar esse campo, que tem por base teórica aproximadamente dois séculos de produções associadas a experiências e práticas relevantes, impactando na memória de uma sociedade (GHETTI; OLIVEIRA, 2019).

Ainda e de acordo com os autores citados, o Brasil firmou alguns documentos, no âmbito internacional, que fazem referência à necessidade de promover a proteção e preservação dos bens remanescentes do passado.

Entre os documentos é possível mencionar as Cartas Patrimoniais e, dentre estas, a Carta de Atenas – Conferência da Sociedade das Nações, 1931, a qual evidencia a noção de monumento e seu entorno e o abandono das reconstituições integrais dos monumentos, preconizando que, anterior a qualquer intervenção que seja realizada, deve-se proceder a uma análise criteriosa das patologias, isto é, um diagnóstico do estado de conservação. Destaca-se, também, uma atenção especial no trato das ruínas, que devem ser objeto de uma conservação extremamente escrupulosa, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (“anastilose”), sempre que o caso permita, sendo que a utilização de materiais novos, necessários a este trabalho, deverá ser sempre reconhecível e visível (GHETTI; OLIVEIRA, 2019).

A 9ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Nova Delhi, em 1956, definiu os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas e destacou que, quando se revelar impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, depois de realizado um estudo minucioso e amplamente documentado, é aconselhável cobri-las novamente. A partir da Recomendação de Nova Delhi, define-se o patrimônio arqueológico como herança comum a toda a humanidade.

A Carta de Paris, da Conferência Geral da UNESCO, 12ª Sessão, de 1962, alerta sobre medidas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios, ações que devem ter caráter preventivo e corretivo, visando protegê-los dos perigos que os ameaçam, devendo ser estudados e identificados; define também que ações educativas devem ser adotadas dentro e fora das escolas, com a finalidade de despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios (GHETTI; OLIVEIRA, 2019).

A Carta de Veneza, elaborada pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e adotada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (Icomos), destaca, em seu art. 2º, a interdisciplinaridade da conservação; no art. 16º, a integração dos trabalhos de conservação, restauração e de escavação; e, no art. 10º, estabelece que a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego das técnicas modernas disponíveis de conservação e construção, com eficácia comprovada por dados científicos e pela experiência, quando as técnicas tradicionais não se mostrarem adequadas (GHETTI; OLIVEIRA, 2019).

A Conferência Geral da UNESCO, na sua Recomendação sobre a Conservação de Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas – 15ª Sessão, 1968, considera e declara que é dever dos governos assegurar a proteção e a preservação da herança cultural dos povos — destacando o aspecto do financiamento para as medidas de proteção e afirmando que as medidas a serem adotadas devem assegurar a proteção *in situ* dos bens culturais importantes. No Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971), foi dada especial atenção à criação de legislação complementar no sentido de uma proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e suas ambiências, destacando-se o papel do IPHAN na orientação de políticas preservacionistas.

Todavia, ao considerar genericamente a cultura brasileira como patrimônio, tem-se no bojo dessas discussões a busca da manutenção da memória que se dá através de variados esforços no sentido de preservar a cultura material e imaterial, plural, herdada de nosso passado (BASTOS, 2004).

Dentro desse contexto, a criação do SPHAN, atual IPHAN, como já mencionado, busca, dentre outras atuações, formular legislações voltadas aos bens patrimoniais móveis e imóveis; a fundação de museus e casas históricas; e a formação de profissionais que se dedicam à pesquisa, à veiculação e à conservação de bens patrimoniais móveis e imóveis.

Sobre a questão em torno da legislação, no Estado da Bahia, o IPAC, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Cultura (Secult), foi criado com a finalidade de atuação integrada para salvaguardar o patrimônio cultural, tendo por incumbência a orientação, capacitação e estimulação dos municípios para que participem ativamente das responsabilidades voltadas para a preservação, mediante a descentralização da gestão dos bens patrimoniais (IPAC, 2011).

Segundo o IPAC (2011, p. 5), a Lei Municipal de proteção ao patrimônio cultural se configura como:

[...] um dos instrumentos mais eficazes para garantir a manutenção dos elementos que compõem a identidade de seu povo. Além do que, um bem quando é reconhecido como de valor para a sua população tem maiores oportunidades de receber recursos através de instrumentos de fomento e financiamento para a sua manutenção.

Sobre essa questão, considerando o que dispõe o art. 216, da Constituição Federal de 1988, tem-se que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais

se incluem: Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Assim, a finalidade precípua de esclarecer eventuais dúvidas relacionadas à competência do Município, no que concerne à legislação da temática patrimonial, é evidente a fixação de tutela sobre os bens culturais na seara municipal, conforme sinalizado pelo IPAC (2011).

De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) e em conformidade com o que dispõe o art. 23, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o posicionamento firmado torna pacífico o entendimento de que existe competência comum entre os entes federativos para proteger os documentos, as obras e outros bens, seja de natureza material ou imaterial, de valor histórico, artístico e cultural (BRASIL, 1988).

Não diferente, o art. 24, da Carta Magna, traz previsão legal quanto à competência legislativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para proteger o patrimônio cultural, tornando-se inexistente a controvérsia a respeito da competência do Município para legislar sobre a proteção do patrimônio, conforme mostrado nos estudos de Silva (2015, p. 43):

[...] os municípios, como se vê no caput do art. 24, não estão contemplados nas regras de competência concorrente. Mas eles, a rigor, não estão fora inteiramente desse contexto, porque é prevista competência para a proteção da cultura. Ora, tendo em vista isso e mais as normas de distribuição de competência a eles no art. 30, pode-se afirmar que lhes restam área de competência concorrente. A eles cabem legislar suplementarmente à legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I), vale dizer, naquilo em que se dá a eles possibilidade de atuar; esse aspecto está consignado no mesmo art. 30, inciso IX, onde se lhes dá a competência para promover a fiscalização do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Pelo exposto, é possível compreender sobre o reconhecimento e a existência de um patrimônio cultural local, entendido como patrimônio cultural municipal, no qual existe a possibilidade de que seja outorgada a competência legislativa a tais entes voltados para a normatização da matéria, tendo em vista a competência atribuída aos Municípios de legislação relacionada aos assuntos de interesse local, com o suporte do inciso I, do art. 30, da Carta Política, que suplementa a legislação federal (Dec. Lei nº 25/37) e estadual (Lei nº 8.895/2003 e 10.039/2006), no que cabe (SILVA, 2015).

Dessa forma, verifica-se a inexistência de empecilhos, tendo em vista que o Município, ao aprovar uma legislação municipal de preservação do patrimônio cultural, estará complementando a legislação federal e a legislação estadual existentes, integrando os entes federados na preservação do patrimônio cultural (IPAC, 2011).

O município, como ente da federação brasileira, detém o poder de salvaguardar o meio ambiente, diante do qual seus municípios interagem, com destaque, conforme enunciou o IPAC (2011, p. 8):

[...] proteção do patrimônio cultural pelo poder local e a sua importância para a implantação da democracia constitucional é marcada pela possibilidade maior, por parte do Município, de preservar a identidade cultural do povo e alcançar o seu sentimento.

Conforme o disposto no já mencionado art. 216, da Constituição Federal de 1988, o município tem a capacidade precípua de materialização, de forma eficiente, do que o referido artigo lhe atribui, enquanto poder público, cabendo a este buscar a colaboração da comunidade, bem como promover, eficazmente, a proteção ao patrimônio cultural.

Considerando a proteção do patrimônio cultural, o IPAC (2011, p. 9) apresentou em seus estudos que a importância dessa proteção está, dentre outros aspectos, na educação patrimonial, na qual esta:

É considerada como um processo de trabalho que se centra no patrimônio cultural como fonte de sabedoria e conhecimento. Existe, no entanto, a necessidade de que todos tenham consciência da importância da preservação da memória, para que possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres em relação ao patrimônio cultural.

Isso posto, a educação patrimonial deve promover, de forma constante, o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio, tornando-se responsável por ele, a partir da integração à sua memória, enquanto cidadãos (IPAC, 2011).

Nesse cenário, o município detém a responsabilidade e o compromisso de promover, de forma eficaz, a atividade de educação patrimonial, garantindo que esse direito seja exercido plenamente pelos interessados, tendo no IPAC o meio para que seja promovida a adequada orientação e no IPHAN um dos órgãos reguladores e protetores do patrimônio arqueológico, cuja competência é comum aos entes da Federação (BASTOS *apud* OLIVEIRA, 2004).

No que tange à proteção e à gestão do patrimônio arqueológico, que é um bem finito, a Carta de Lausanne, de 1990, enuncia os princípios aplicáveis em diversos setores da gestão do patrimônio arqueológico, que consiste na proteção do patrimônio material, cuja metodologia fornece conhecimentos primários que englobam todos os vestígios que têm relação direta com a existência humana e que, por sua vez, é de interesse a todos os lugares, considerando-se, sobretudo, indícios de atividades humanas, independentemente de quais sejam elas, estruturais ou não, e vestígios abandonados de todo tipo, seja na superfície, no subsolo ou sob as águas, incluindo, também, o material que se encontrar a eles associados (IPHAN, 1990).

Dentro desse contexto, e ainda considerando a Carta de Lausanne (IPHAN, 1990, p. 1), tem-se que:

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos, e outros cientistas, estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto.

Consequentemente, a proteção relacionada ao patrimônio arqueológico não se constitui de forma única, em detrimento de aplicação de técnicas arqueológicas, mas, sim, pautadas, também, na legislação vigente, objetivando a preservação do patrimônio, dos quais constam os sítios arqueológicos (IPHAN, 1990).

Nesse cenário, a definição e proteção dos sítios arqueológicos encontram-se respaldados na Lei nº 3.924/61, porque são considerados bem patrimoniais da União (BRASIL, 1961). Dessa forma, a caracterização em torno do patrimônio arqueológico, mencionado nos estudos de Mendonça de Souza e Souza (1983, p. 5), expõe:

[...] como o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. O Patrimônio Arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamentos funerários), mas também e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal.

Pelo exposto, o patrimônio arqueológico possui uma base de dados finita e, diferentemente de outros sistemas, não comporta restauração, de modo que sua capacidade de suporte de alterações é extremamente limitada. Daí a importância de se refletir sobre os apontamentos voltados para a identificação e minimização dos impactos cumulativos, os quais se constituem preocupação constante em obras e empreendimentos de potencial dano à matriz arqueológica, conforme mostrado nos estudos de Bastos (2004).

Nessa perspectiva, os estudos do IPAC (2011, p. 20) enfatizam que cabe ao município, considerado detentor do patrimônio arqueológico, dentre diversificadas outras obrigações, atentar para:

- Promover a salvaguarda dos sítios arqueológicos;
- Contribuir para a formulação da política de preservação do patrimônio cultural;
- Propor normas e procedimentos e desenvolver metodologias, refletindo a pluralidade e diversidade cultural brasileira, divulgando a existência do seu patrimônio cultural;
- Estabelecer um constante diálogo com os entes da administração federal e estadual, uma vez que se trata de responsabilidade de todos estes, de natureza irrenunciável e cumulável.

Em vista disso, cabe aos municípios analisar e executar as orientações do IPAC e do IPHAN, objetivando, em consonância com o que determina a legislação vigente, o fornecimento de subsídios sobre os principais institutos de salvaguarda de bens de valor cultural.

Ressalta-se que o IPAC, na qualidade de autarquia estadual, legal e regimentalmente investida da função institucional de promover a tutela do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia, pela especialização e habilidade técnica que detém, coloca-se à disposição dos entes municipais deste Estado, no sentido de orientar a respeito de questões de mérito que envolvem a educação patrimonial, além de outros aspectos relacionados, por exemplo, com o tombamento, o auxílio jurídico na elaboração de legislação complementar, bem como o desenvolvimento de atividades outras voltadas à defesa do Patrimônio Cultural (IPAC, 2011).

1.3 Restauração

Desde a antiguidade são registradas ações de preservação direcionadas aos bens culturais, em especial aos edificados. A partir dessas ações, foram elaboradas teorias que, com o surgimento de novas tecnologias e a percepção da restauração pela sociedade, se tornaram complexas, adquirindo novos critérios e metodologias direcionadas às edificações arquitetônicas ou bens imóveis (OLIVEIRA; RAMOS; GHETTI, 2017, p. 31).

Dessa maneira, percebe-se que o passado se encontra inserido nas atuais teorias e práticas de restauro, o que significa que teóricos e críticos de restauro têm sua modernidade independente da época de sua atuação. Logo, o entendimento do que é moderno em determinado período prevê que algo passa a ser considerado antigo. Por isso, o técnico contemporâneo precisa levar em consideração os teóricos e os críticos do passado, mas devem atuar segundo o olhar de seu próprio contexto de ação (ALOISE, 2015, p. 5).

Para o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879), restauração é uma palavra e um assunto modernos. Ao debater a questão referente ao conceito de restauração, ele afirma que restaurar não significa o ato de conservar, reparar ou refazer a obra, mas restituí-la a “um estado de inteireza que pode jamais ter existido em um dado momento” (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 29).

Dentre alguns exemplos citados por Viollet-le-Duc, incluindo as próprias intervenções, está o caso asiático, em que se relegava o templo deteriorado às ações dos séculos e se construía um outro templo ao seu lado, e o do Império Romano, no qual não se restaurava, se reconstruía

(VIOLETT-LE-DUC, 2006, p. 8). Assim, conforme Viollet-le-Duc (2006, p.8), pretende-se que o restaurador analise a prática passada, filtrando-a segundo seu tempo, mas sempre levando em consideração o contexto de sua conformação.

Na opinião de Oliveira (2009), ao realizar uma restauração Viollet-le-Duc não reconstruía hipoteticamente o estado de origem da edificação, mas analisava a lógica da concepção do projeto, reconstituindo o que teria sido feito se, na época da construção, existissem as práticas de seu tempo. Consequentemente, muitas vezes o resultado final da intervenção proporcionava uma obra completamente diferente da original.

Por outro lado, o poeta, pintor e crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900), contemporâneo de Viollet-le-Duc, não apoiava a intervenção em monumentos do passado, pois as mesmas descaracterizam a obra e tiram sua originalidade. Conforme Ruskin, a história e o estado atual do monumento devem ser preservados e as interferências devem apenas conservar o estado em que a obra se encontra, pois a restauração contribui para a alteração das informações e da história, algumas vezes atendendo aos propósitos do restaurador. (OLIVEIRA, 2008).

Assim, Ruskin (2008) entende que o restauro é uma "necessidade destrutiva"; mas, na medida em que preservássemos nossos edifícios não seria necessário proceder à restauração. Para ele o restauro de uma edificação nada mais é que uma imitação da arquitetura passada que carrega em si uma réplica e, conseqüentemente, um falso histórico, pois a nova faceta passa a pertencer a uma nova época e não a passada.

De acordo com Oliveira (2008), para Ruskin a preservação da arquitetura do passado, como manifestação de arte e cultura, faz com que possamos entender a relação entre os estilos arquitetônicos e as técnicas construtivas, como o resultado do trabalho de determinada cultura, utilizando-se da história dessas construções como o veículo de comunicação dos processos de desenvolvimento cultural.

Citando o autor acima, manter vivo o testemunho cultural do passado, no cotidiano da cidade, possibilita que os indivíduos identifiquem nos espaços urbanos, e nos monumentos históricos, marcos referenciais de identidade e memória.

Nesse contexto, o arquiteto italiano Camillo Boito (1836-1914) se posicionou de forma moderada em relação às teorias existentes e descritas acima. Ele elaborou as teorias conhecidas como restauro “científico” ou “filológico”, que representaram um meio-termo entre as teorias sobre restauração do francês Viollet-le-Duc e do inglês John Ruskin (CAMARA; PAIVA; SILVA, 2020).

Assim, nos extremos, onde se situam as teorias de Viollet-le-Duc e John Ruskin, Boito representa o teórico “intermediário”, por defender a pesquisa extensiva e documentação, como

Viollet-le-Duc, e também por recomendar que a restauração somente se realizasse em casos excepcionais, sendo necessário que a intervenção fosse perceptível com relação ao original (CAMARA; PAIVA; SILVA, 2020).

Do ponto de vista dos autores abordados acima, para Boito a ação do tempo não poderia ser desprezada, devendo ser valorizado o aspecto em que se encontra o monumento. Além disso, defendia a conservação como essencial para evitar a restauração, inclinando-se a uma teoria mais ruskiniana.

Para Aloise (2015, p. 8), Boito não formou uma teoria propriamente dita:

Mas entre refutar, apoiar e complementar certos pontos defendidos pelos citados teóricos do século XIX foi capaz de elaborar uma série de critérios de intervenção acerca da conservação e restauração de monumentos históricos, atentando principalmente para o valor documental destes.

Portanto, Boito foi um teórico moderado e sua influência, no que hoje entendemos e estudamos como restauro, é inegável, pois o respeito às diversas fases do bem, indicadas por ele, são hoje determinantes nas intervenções de restauro arquitetônico (CUNHA, 2018).

Diferente dos teóricos abordados até o momento, o historiador de arte da Áustria no século XIX Alois Riegl (1858-1905), que foi um dos membros mais consagrados da Escola de História da Arte de Viena, aborda o monumento considerando seus valores e sua evolução histórica, refletindo sobre a lógica que envolve mais o valor outorgado ao monumento do que o monumento em si, e trata o valor, não como uma eterna categoria, mas, sim, como evento histórico (ALOISE, 2015, p.8).

Quanto à evolução histórica, Riegl (2014, p. 11 e 12) revela que:

É na ideia de evolução que se localiza o valor histórico do monumento, sendo definido como "uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de se manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)". Elo "indispensável da corrente evolutiva da história da arte".

Na perspectiva do valor histórico, para Riegl (2014, p. 15) o monumento testemunha uma época, um período do desenvolvimento humano que pertence ao passado. E por ser portador de uma dimensão documental, o monumento deve ser o mais fiel possível ao aspecto original que lhe foi dado no momento da criação.

A abordagem de Riegl inicia uma nova prática para fundamentar as escolhas de preservação e restauro, onde o restaurador não tem a competência de hierarquizar ou separar os valores atribuídos ao monumento, mas apenas de evitar o conflito entre estes valores. Isto é, dentre os valores histórico, artístico, de antiguidade, de uso, de novidade e suas combinações,

o que prevalecer em dado momento histórico do monumento norteará sua preservação (ALOISE, 2015, p. 9).

Desse modo, Riegl antecipa as propostas do restauro crítico, formuladas no segundo pós-guerra por profissionais como Roberto Pane, Renato Bonelli, entre outros e transformadas em reflexão teórica por Cesare Brandi. (RIEGL, 2014, p. 21).

Na Teoria da Restauração, consideramos o posicionamento de Cesare Brandi (1906-1988), cujas etapas foram fundamentais para estabelecer o restauro como campo disciplinar, por meio da unidade metodológica e conceitual, associando-o ao pensamento crítico e às ciências (KÜHL, 2007).

É larga a genealogia pelas quais essas tentativas contam, mas nunca anteriormente ocorreu uma formulação teórica que fosse considerada perfeitamente articulada com sua aplicação prática e, conseqüentemente, viesse a atingir tal consistência. Sobre essa questão, reportando-se aos estudos de Carbonara (1997, p. 231-233), em meados do século XX, uma ampla releitura dos códigos encontrava-se em vigor, na qual:

Buscavam fundamentar o chamado ‘restauro filológico’ ou ‘científico’, enfatizando os aspectos documentais da obra, conseqüentemente, dos problemas suscitados pelas destruições advindas da Segunda Guerra Mundial, vindo a evidenciar os reduzidos meios teóricos, até então agregados, para se compreender a realidade figurativa que existia nos monumentos.

De acordo com Kühl (2007), não se levou em consideração as contribuições da estética no referido período, e, conseqüentemente, as formulações teóricas do restauro não respondiam com meios conceituais suficientes para abordar obras devastadas.

Nesse contexto, os princípios do restauro “científico” não perderam a validade e, assim, passaram a ter papel fundamental no respeito pelo monumento, ao considerar suas complexas estratificações. No entanto, mostraram-se incapazes de ir além da realidade documental da obra.

Complementando, Kühl (2007, p. 199) afirma que:

Em meados do século 20, por proposições de variados autores, passa-se a encarar o restauro como ato histórico-crítico, o qual deve respeitar as várias fases por que passou a obra e preserva as marcas da própria translação da obra no tempo. Ademais, assume-se que qualquer ação sobre a obra intervém inexoravelmente em sua realidade figurativa, e a restauração assume para si a tarefa de prefigurar e controlar, justificar e fundamentar essas alterações, respeitando seus aspectos documentais, materiais e formais.

Certas críticas paralelas convergiram em alguns temas, mas necessitavam de aprofundamentos recíprocos, sobretudo no que diz respeito aos autores filiados ao chamado “restauro crítico”, pois, para esses autores, a restauração deveria ser compreendida como um

processo histórico-crítico, devendo, inclusive, partir de uma análise pormenorizada da obra e não de categorias genéricas predeterminadas. Por exemplo, Bonelli e Pane traçam suas posições considerando as análises das transformações pelas quais passou a restauração ao longo do tempo, em um processo de reformulação e articulação das correntes do pensamento sobre estética e outras proposições da época (KÜHL, 2007).

Mas, a fundamentação trazida por Brandi (2004), em seus enunciados considerados essenciais, era voltada para a estética e para a história e enfatizava mais os valores formais que as formulações do restauro filológico, sem, contudo, desrespeitar os aspectos históricos e as várias fases do monumento histórico.

Para Cesare Brandi, a obra de arte deve estar vinculada ao tempo histórico e o documento histórico instituído de uma configuração. Dessa maneira, Brandi utilizou da dialética como forma de equacionar a relação entre o estético e o histórico. Contestando alguns movimentos associados ao positivismo, para os quais a obra tinha um caráter fundamental de registros históricos, mas sendo divergente e ultrapassando as correntes estéticas neoidealistas, que trabalhavam com temas de figuratividade (KÜHL, 2007).

Conforme Kühl (2007, p.200), o objetivo de Brandi era desvincular o restauro do empirismo e associá-lo às ciências, para isso trabalhou os vínculos entre história e crítica de arte, estética e teoria e prática do restauro. A direção do ICR - Instituto Central de Restauração (de 1939 até 1960) foi pautada na definição da restauração como crítica filológica, para a qual deve-se iniciar o restauro pelo que resta de uma obra de arte. A organização do ICR estruturou-se a partir desses parâmetros:

A organização do Instituto, sendo baseada no conceito de restauração como crítica filológica, segundo o qual se recomenda restaurar inicialmente aquilo que resta de uma obra de arte, a direção do Instituto foi confiada não a um restaurador, mas a um historiador da arte, secundado por um comitê técnico, composto de arqueólogos, de historiadores da arte e de críticos da arte (BRANDI, 1956, p. 42-44).

O referido autor descreve os vários serviços e laboratórios do instituto, que envolve profissionais de várias formações, passando a evidenciar o caráter multidisciplinar e nunca individual e arbitrário da restauração.

Esquemáticamente, de acordo com Kühl (2007, p. 200), o ICR perpassava pelos seguintes aspectos:

[...] vastos laboratórios de restauração com gabinetes especiais e ateliês para trabalho com madeira, estuque, douração etc.; laboratório fotográfico com arquivos de todos os negativos; laboratório de radiografia; laboratórios de química e física; sala de exposição, também para experiências museográficas; arquivos: reunir, para futuros pesquisadores, todos os elementos técnicos e gráficos das obras restauradas; biblioteca

especializada em história da arte e biblioteca de física e química; uma escola de restauração ligada ao instituto, com curso de quatro anos.

Observa-se ser uma estrutura sem precedentes na Itália e em outros lugares. E, por conta disso, Basile (*apud* KÜHL, 2007, p. 200), em sua conferência, ressaltou o entendimento do ICR por parte de Brandi, como:

[...] lugar de inovação experimental, em que os resultados obtidos deveriam ser postos à disposição de todos. Brandi concedeu, com efeito, grande ênfase à difusão dos resultados por numerosas atividades – voltadas tanto a um público amplo quanto a profissionais da área –, tais como exposições, elaboração de catálogos, publicação de artigos em periódicos científicos (entre eles o Boletim do Instituto Central de Restauração, que Brandi dirigiu de 1950 a 1960), participação em conferências, artigos para jornais, serviços para rádio e televisão etc.

Para Kühl (2007), as referidas atividades eram compreendidas por Brandi como essencialidade para com o dever cívico, evidenciando o reconhecimento da fragilidade das obras de arte e dos monumentos, ao criar condições para uma correta recepção dos trabalhos executados. Portanto, a aceitação dos resultados não poderia depender de outra coisa que não fosse sua intrínseca qualidade, pois segundo Kühl (2007, p. 200):

Os êxitos das realizações do instituto provinham dessa inter-relação entre investigação científica, atividade operacional e didática. Graças a essas ações articuladas, que funcionavam em um processo de contínua retroalimentação, e à inegável e extrema capacidade intelectual de Brandi, foi possível a ele propor um novo método, ainda hoje empregado, para a solução de um problema recorrente e complexo do restauro, a reintegração das lacunas.

A metodologia partiu da descrição da restauração, iniciada em 1944, dos afrescos da Capela Mazzatosta, na Igreja S. Maria della Verità, em Viterbo, que se encontravam danificados devido aos bombardeios da Segunda Guerra Mundial (com resultado de graves danos e muitos diminutos pedaços que se desprenderam e caíram sobre o solo – cerca de 20.000 fragmentos, muitos dos quais não passavam de 0,5 cm²) (KÜHL, 2007).

Brandi (1956, p. 47) afirmou que a recomposição dos afrescos apresentava-se “antes de mais nada” como problema metodológico, e não técnico, por causa dos elementos de hipótese crítica que entravam em jogo, toda vez que se devia tratar as lacunas no fundo das pinturas.

Ressalta-se que posteriormente à separação, classificação e remontagem dos fragmentos em seu lugar de origem, as lacunas eram de tal ordem que a imagem não se recompunha. Dessa maneira, tornou-se necessário a reconstrução de forma contínua dos fragmentos, mas, ao mesmo tempo, em hipótese alguma a intervenção não poderia confundir-se com o original, induzindo o observador ao engano.

Com a publicação da teoria da restauração, em Roma, no ano de 1963, pelas Edizioni di Storia e Letteratura, percebeu-se que Brandi reuniu textos editados anteriormente e temas que abordara em suas aulas no ICR (KÜHL, 2007). Mas, anteriormente, Brandi (2004, p. 26), apresentou o conceito de restauração, fazendo a distinção entre restauração de produtos industriais, que “era voltada a recuperar a funcionalidade, e aquela de obras de arte”, levando em consideração, como já mencionado, os aspectos estéticos e históricos, objetivando conservar a autenticidade material da obra e de restabelecer sua unidade potencial.

Percebe-se que a teoria brandiana pode ser aplicada a outros tipos de manifestação cultural, inclusive a objetos recentes e industrializados que passaram a ser considerados bens culturais (KÜHL, 2007).

De posse do entendimento de que o monumento consiste em uma obra ou construção, destinada a transmitir para as gerações futuras — a posteridade — a memória histórica de uma determinada obra, considerada como notável, há que se destacar a importância do restauro de monumentos históricos, os quais sofrem desgaste, não somente pela exposição ao sol e à chuva, mas, também, devido à poluição urbana (SILVA, 2014).

Portanto, considerando o que foi determinado no projeto de restauro elaborado pelo IDES (2017, p. 63), este desenvolveu-se levando em conta que a Fortaleza pertence a uma unidade territorial tida como indivisível. Dentro desse contexto, a premissa consistia em integrar o conjunto arquitetônico em consonância com a dinâmica turístico-cultural da região, buscando recuperar/adaptar na perspectiva de seu uso compatível a partir dos critérios de integração, autenticidade, reversibilidade e qualidade.

Nessa concepção, é possível compreender que o projeto de restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo foi fundamentado em consonância com as recomendações da 19ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Nairóbi, no ano de 1976, que salienta:

[...] a proteção e a restauração devem ser acompanhadas por atividades de revitalização. Seria essencial a manutenção apropriada de funções existentes, em particular, ‘negócios e ofícios’, e estabelecer novos, os quais, se forem viáveis, a longo prazo, devem ser compatíveis com o contexto social e econômico da cidade [...] (IDES, 2017, p. 63).

Segundo o IDES (2017), o projeto de restauração do monumento e a intervenção de maneira geral contemplou o que dispõe a referida recomendação.

Assim, nesse contexto, o programa de restauro realizado no SFMSP tem congruência com o pensamento de Brandi (2004), quando sua defesa é de que o objeto que for restaurado não volte ao momento de sua criação, mas, sim, que carregue as marcas relacionadas ao seu tempo, com respeito à temporalidade e em consonância com a adequação original.

1.4 Gestão Participativa

O termo gestão, ou gerenciamento, provém de uma palavra francesa de origem latina, com vistas a promover a participação. Estudos feitos por Bobbio (1987 *apud* LEAL FILHO, 2007, p. 94), mostraram que:

As primeiras iniciativas de participação das pessoas em processos decisórios foram desenvolvidas pelos gregos, ainda na Antiguidade, apontando que no uso contemporâneo o conceito de participação denota um conjunto de regras ou procedimentos para a tomada de decisões coletivas, criando oportunidades para o envolvimento mais amplo possível dos interessados, especialmente daqueles diretamente ligados às questões objeto dos processos decisórios.

Compõe-se o processo de participação de diferentes atores, como, por exemplo, sindicatos, mídia, fornecedores, agentes políticos, organizações não governamentais (ONG's), comunidades, associações, empresas, dentre outros. Contudo, existe algo em comum entre esses atores, ou seja, todos são compostos por pessoas. Porém, nem todas as pessoas que compõem o processo participativo exercem plenamente a participação, pois boa parte dessas opta por omitir-se no momento de decidir sobre o destino comum e, sobretudo, o da organização e do seu próprio (LEAL FILHO, 2007).

Sobre essa questão, segundo Demo (1993 *apud* TENÓRIO, 2007, p. 115) a participação envolve questões técnicas, pois que:

Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios.

No entendimento de Baylão, Schettino e Cherrine (2014, p. 6) o ato de participar consiste em “revelar a necessidade de compartilhamento para o alcance de metas e objetivos que seriam muito mais difíceis de serem alcançados se buscados individualmente”. Logo, tem-se a ideia de que os indivíduos devem se apropriar do direito de construir democraticamente seu próprio destino.

Acrescentando, os referidos autores enfatizam que:

O fato é que ao criarmos ambientes participativos estamos induzindo o convívio de diferentes realidades em busca de objetivos comuns. Porém, não podemos jamais desconsiderar o fato de que dentro de cada ambiente estarão participando pessoas com mais ou menos informações, e esse desequilíbrio pode afetar negativamente o processo decisório e logicamente a decisão tomada, uma vez que aquelas que detêm mais informações podem influenciar, induzir ou persuadir as que detêm menos informações (*op. cit.*).

Assim, o saber do processo participativo está nas discussões e nas tomadas de decisões, a partir da capacidade da pessoa de pensar e experimentar, produzindo o conhecimento na medida de sua participação, confrontando com outros saberes, como prática social, conforme descrito anteriormente por Tenório e Rozemberg (2007).

Diferentemente do que foi evidenciado anteriormente por Tenório (2007), usando como base três premissas — a consciência sobre os atos; a seguridade; e a voluntariedade —, Baylão, Schettino e Cherrine (2014), ao citarem Bordenave, enfatizam a existência de dois processos de participação: o micro — envolvendo grupos considerados primários; e o macro — que envolve o exercício da participação, extremamente necessários na sociedade presente.

Nesse contexto é possível inferir a existência de três formas de promover a participação: a primeira é a participação de fato, com ocorrência no seio familiar; a segunda consiste na participação espontânea ou voluntária, que faz parte de grupos de interesse; e a terceira refere-se à participação imposta, que incide na participação obrigatória (TENÓRIO, 2007).

Portanto, na contemporaneidade é possível vislumbrar que a participação compreende um universo diferenciado de manifestações empíricas, incorrendo, conseqüentemente, em dificuldades de sua sistematização junto às democracias contemporâneas e, dessa forma, é imperioso evidenciar o envolvimento participativo dos atores sociais, sobretudo na gestão, porque, conforme Leal Filho (2007, p. 96):

[...] a participação permite às pessoas maior oportunidade de ter voz dentro da organização social, possibilitando, também, a exposição de seus pontos de vista sobre diversos assuntos, sejam de interesse próprio ou da própria organização e ainda da sociedade.

Entende-se, assim, que a percepção de oportunizar a participação dos atores sociais é mais relevante do que a própria participação, porque permitirá a estes uma visão e compreensão do todo no âmbito interno e externo, no que diz respeito ao alcance dos objetivos em prol da sociedade.

Entretanto, as questões de gestão participativa têm relação direta com as questões culturais existentes nas civilizações ortodoxas de gestão, que não contemplam, em suas concepções, a abertura e/ou a possibilidade de canais participativos que envolvam diálogos nos diferentes níveis sociais (BAYLÃO; SCHETTINO; CHERRINE, 2014).

Conforme mencionado nos estudos de Leal Filho (2007), o fato acima torna lento o processo decisório, tendo em vista que muitos não têm a consciência de como trabalhar em equipe, em razão de terem enraizado uma corrente oriunda de incentivos voltados para o individualismo e a competitividade, deixando de lado o propósito de voltar-se para a sociedade.

Outra questão impeditiva da gestão participativa na sociedade, para a coletividade, se encontra na falta de capacidade técnica e domínio das temáticas que envolvem uma complexidade elevada, reprimindo a participação dos atores sociais, que em grande parte não são capacitados para estabelecerem debates nivelados referentes ao conhecimento técnico (BAYLÃO; SCHETTINO; CHERRINE, 2014).

Em vista disso, e de acordo com a Agência Nacional de Águas – ANA (2021), deve-se mencionar que a gestão participativa não pode ser compreendida como um processo novo e/ou moderno; ao contrário, diversos povos antigos e variadas comunidades tradicionais, no dia a dia, praticam a gestão participativa, sendo possível citar grupos, aldeias e cidades pequenas que compartilham seus conhecimentos, incidindo na tomada de decisões conjuntas, em prol da coletividade, possibilitando a participação de todos.

No cenário brasileiro, é possível vislumbrar o desenvolvimento de um ambiente político social, considerado como propício às práticas de gestão participativa, daqueles que estão relacionados com o processo de redemocratização, ocorrido na década de 1980 do século XX, quando se tem a promulgação da Constituição Brasileira, de 1988, cuja previsão da gestão participativa está assentada em mecanismos de participação popular na gestão pública, regulados mediante leis específicas (BRASIL, 1988).

O pressuposto da gestão participativa junto ao objeto deste estudo, o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, se dá a partir de processos evolutivos, em que os atores sociais têm voz nas propostas de melhorias e aperfeiçoamentos, através da participação continuada da sociedade, com a perspectiva de construir uma cultura política de negociação, para representar a diversidade, propondo a transparência das ações e possibilitando o acesso às informações consideradas relevantes para a tomada de decisões que, de forma direta e/ou indireta, afetam a sociedade local.

Dessa forma, compreende-se que a gestão participativa, dentre outros aspectos, tem relação direta com um conjunto de princípios e processos, que visam à defesa e permissão do envolvimento regular e significativo dos atores sociais, na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução (SANTOS *et al.*, 2002).

O controle é importante para atenuar os possíveis problemas oriundos de uma área em que o turismo, como por exemplo, o do Morro de São Paulo, que é conhecido mundialmente, e muitos são os impactos gerados pelo seu desenvolvimento, que corroborando com Santos *et al.* (2002), Pardi (2006) salienta ser a preservação do patrimônio arqueológico de fundamental

importância, sobretudo quando a comunidade local se envolve no processo de tomada de decisão e tem acesso à informação.

Nesse sentido, é de responsabilidade do Estado assegurar a efetivação dos macros processos que envolvem os procedimentos necessários para que o IPHAN alcance seus propósitos, referente ao atendimento das suas atribuições legais, outorgadas à instituição, pela Constituição e pela Legislação Complementar, que objetivam promover o desenvolvimento de uma política voltada para a ação ativa e reativa, em resposta às demandas da sociedade local, constituindo em atividades de identificação, documentação, proteção e promoção desses bens (PARDI, 2006, p. 315) (Figura 27).

Figura 27 - Modelo de esquema dos macroprocessos da gestão do patrimônio arqueológico.



Fonte: Pardi (2006, p. 315).

Ainda sobre à missão do IPHAN, Pardi (2006, p. 315) salienta que:

A missão do Iphan na área é preservar a herança dos antepassados, gerir o uso atual desse tipo de bens e legá-los de forma qualitativa e quantitativamente expressiva às gerações futuras, que têm direito a construir e a reconstruir suas raízes conforme seus

próprios questionamentos e com apoio do avanço tecnológico do momento. Entretanto, é necessária uma política forte e ativa para proteger de forma orientada e consciente esse patrimônio, para não se correr o risco de os futuros arqueólogos possuírem apenas arquivos e sítios eletrônicos para escavar.

Assim, entende-se que preservar tem um significado amplo, porém, no contexto aqui abordado, preservar significa pesquisar, abrir sítios e áreas para o turismo, a educação e lazer do cidadão, de forma responsável, fazendo uso de práticas orientadas capazes de serem aperfeiçoadas, sem incorrer na sua destruição física, sendo a gestão um recurso atenuante dos impactos gerados pelo desenvolvimento do turismo, pois como apontou Pardi (2006, p. 311): “[...] o uso descontrolado e massivo dos sítios arqueológicos acarreta efeitos nocivos. Para ser aceitável deve-se observar regras e o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural”.

Portanto, gerir o patrimônio arqueológico exige dos gestores envolvidos a análise profunda e constante das ações implementadas a curto, médio e longo prazos, considerando-se a todo momento a possibilidade dos planejamentos e trajetórias sofrerem alterações, com o objetivo de contornar os iminentes obstáculos que possam surgir (PARDI, 2006).

Pardi (2006, p. 322), afirma que:

A questão do uso turístico de sítios arqueológicos, também chamado de socialização de sítio, tem amadurecido, mas a falta de modelos viáveis é um problema recorrente e observado em diversas regiões; já foi discutida na Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB e em encontros científicos no Sul, Nordeste e Norte, levando à elaboração de um documento que revela aspectos básicos da questão.

Verifica-se que a preservação dos sítios arqueológicos, através do turismo é possível, está acontecendo e vem causando impactos consideráveis ao patrimônio, mas, nem sempre o retorno esperado pelo cidadão e pelo mercado ocorre, pois o Estado brasileiro não realiza os investimentos necessários à criação de estruturas, à regulamentação e os programas de fomento. Esses investimentos viabilizariam parcerias com o empresariado e com a sociedade civil, a partir da implantação do modelo da gestão participativa, que possibilita a inserção da comunidade local na tomada de decisões, garantindo a preservação do bem (PARDI, 2006, p. 331-332).

2 UNIVERSO DO TRABALHO: SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO

Antes de iniciar a descrição dos trabalhos de restauração e de intervenção arqueológica no SFMSP, faz-se necessário delinear um histórico sucinto desse monumento, bem como discorrer, brevemente, sobre a cronologia da construção de suas unidades arquitetônicas, mencionando como se deu sua utilização, posteriormente ao encerramento do período de defesa, fazendo surgir o desenvolvimento do povoado no seu entorno.

2.1 Breve Histórico do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo

Historicamente, os estudos de Vinhas (2007, p. 70) mostraram que o território nos limites de terras pertencentes à Capitania de São Jorge dos Ilhéus, de propriedade de Jorge de Figueiredo, Morro de São Paulo (Figura 28), teve estabelecido como primeiro ponto de desembarque da esquadra portuguesa comandada por Francisco Romero, cuja premissa consistia na colonização do espaço geográfico brasileiro de Morro de São Paulo (Figura 29).

Figura 28 - Vista do Morro de São Paulo, Bahia.



Fonte: FG FindGlocal, acesso em 2021; Folha Uol, 2018.

Figura 29 - Espaço geográfico do Morro de São Paulo.



Fonte: Google Maps, acesso em 2021.

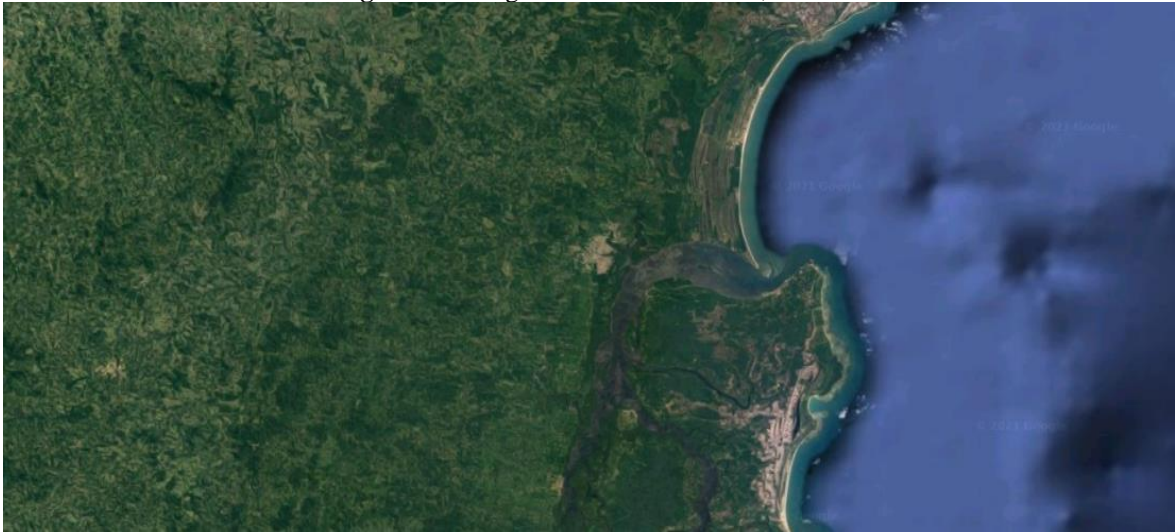
O navegador português Martin Afonso de Souza, ao desembarcar, em 1531, na ilha conhecida hoje como Morro de São Paulo, lhe deu o nome de *Tynharéa*, talvez usando a toponímia indígena. A Ilha de Tinharé encontra-se ao norte do arquipélago da Baía de Camamu, Baixo Sul da Bahia, no Município de Cairu, região conhecida como Tabuleiro Valenciano, ou ainda Costa do Dendê. Por causa da sua localização geográfica estratégica, foi palco de diversos ataques de esquadras francesas e holandesas, verdadeira zona franca de corsários e piratarias durante o período colonial (BUENO, 1999, p. 43).

Figura 30 - Mapa da Bahia, com destaque para a localização da Ilha de Tinharé.



Fonte: Guia de Turismo e Viagem de Salvador, Bahia e Nordeste, acesso em 2021.

Figura 31 - Região da Costa do Dendê, Bahia.



Fonte: Google Maps, acesso em 2021.

O litoral baiano começou a ser colonizado quando o rei de Portugal, D. João III, doou a representantes da iniciativa privada, com alto poder aquisitivo, grandes extensões de terra, que foram denominadas de Capitânicas Hereditárias. Sendo a Capitânia de Ilhéus, que integra a atualmente chamada Costa do Dendê, onde fica o arquipélago de Tinharé, uma das três Capitânicas em que o território baiano foi dividido, em 1534 (BUENO, 1999, p. 43).

No ano de 1535, o tenente Francisco Romero parte de Lisboa para a Ilha de Tinharé, com o objetivo de instalar nela a sede da Capitânia. A partir daí, o Morro de São Paulo começa a ser mencionado nos documentos históricos, porém, ao perceber que as terras de Tinharé não eram adequadas para o cultivo da cana-de-açúcar, Francisco Romero desistiu de instituir a sede da Capitania em Morro de São Paulo, e decidiu descer pelo litoral até encontrar o cenário apropriado para fundação da Vila de São Jorge dos Ilhéus (VINHAS, 2007, p. 71).

Conforme Virgens (2010, p. 36), os portugueses elegeram o nome Morro de São Paulo para a vila, devido estar situada em uma elevação e sua fundação ter sido em 25 de janeiro, dia consagrado a São Paulo.

Portanto, a história de Cairu se origina a partir da povoação do Morro de São Paulo, que desde o início teve função militar. Os Relatórios do Plano Diretor Municipal destacam esse importante papel na defesa e a aquisição de características de “núcleo urbano militar”, pois que a fortaleza é um marco importante na paisagem do Morro de São Paulo, um testemunho vivo da arquitetura militar da época e da história política da Bahia (VINHAS, 2007, p. 36-37).

No que concerne à arquitetura militar, de acordo com Mário Mendonça de Oliveira (2001): “A fortificação é uma construção funcionalista por natureza. Sua tipologia se transformou conforme o desenvolvimento tecnológico da artilharia e das inovações da

estratégia militar de ataque e defesa”. As fortificações, que sempre se caracterizaram como “construções funcionalistas” por excelência, hoje esvaziadas de suas funções militares, buscam se adaptar a novos programas sociais. São documentos da história e da arte que as gerações futuras têm o direito de conhecer e se reconhecer.

Complementa Mário Mendonça de Oliveira (2001, p. 94): “Foi no século XVIII que a carreira de engenheiro militar começou a se destacar como uma instituição profissional especial no quadro da organização militar”.

Porém, para Moutinho (2002, p. 27) e Vinhas (2007, p. 73), Portugal estabeleceu sua presença no território brasileiro, tanto territorialmente quanto no âmbito ideológico da religiosidade, ao erguer, no início do século XVI, no ponto mais elevado do Morro de São Paulo, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, considerada protetora da localidade.

No entanto, essa igreja desapareceu, não sendo encontrado nenhum registro histórico sobre o porquê da sua desapareição. Sabe-se apenas que no século XVIII construiu-se uma segunda Igreja na entrada da vila, consagrada a Nossa Senhora da Luz, igreja essa que permanece até os dias atuais (VINHAS, 2007, P.73).

Figura 32 - Vista atual da Praça da Amendoeira e da Igreja Nossa Senhora da Luz, construída no séc. XVIII.



Fonte: Monumentos Morro de São Paulo, Bahia – Brasil, acesso em 2021.

O pequeno povoado do Morro de São Paulo apresentou um certo desenvolvimento durante o século XVI. Porém, no século seguinte, a região estava num franco processo de abandono, por causa de corsários, contrabandistas e navios inimigos que atacavam ou se instalavam provisoriamente no local (VINHAS, 2007, p. 74). Devido à importância estratégica

do Morro de São Paulo, Diogo Luís de Oliveira, governador-geral do Brasil, resolveu fortificar a vila, com o intuito de afastar as esquadras inimigas de seu território, além de proteger e controlar a chamada “barra falsa da Baía de Todos os Santos”, garantindo a logística do envio de suprimentos para Salvador (OLIVEIRA, 2017, p. 29).

Assim, para Campos (1980, p. 104), por volta de 1630 iniciou-se a construção da Fortaleza de Tapirandu, em Morro de São Paulo, composta inicialmente pelo Forte Velho ou Bateria da Conceição, tendo sua primeira guarnição fixa no ano de 1664:

A tão falada fortaleza que lhe coroa a lombada começou-se a construir em 1631, no tempo do governador Diogo Luiz de Oliveira, que temia a ocupação e fortificação do sítio pelos corsários, flamengos ou franceses, que assustadoramente infeccionavam os nossos mares [...]. Pelo que, dirigindo-se em pessoa à Ilha de Tinharé, no ano de 30, e certificando-se da magnífica posição estratégica do morro, convocou os oficiais das câmaras das vilas de Camamu, Cairu e Boipeba, mostrando-lhes o perigo que corriam as respectivas populações no caso dos inimigos se apoderarem daquele porto. Indispensável era, para a segurança de todos, elevar-se ali uma fortaleza e guarnecê-la.

Figura 33 - Forte Velho do Morro de São Paulo, ou Bateria da Conceição.



Fonte: Wikiwand, acesso em 2021.

Contudo, para Oliveira (2017, p. 41), a urbanização do Morro de São Paulo se deu a partir das casas dos soldados da sua guarnição, pois sendo um destacamento local os soldados nunca estiveram aquartelados, moravam nas casas, cujo arruamento corresponde, atualmente, à via principal do núcleo urbano.

Por todo o século XVIII, a Fortaleza de Tapirandu passou por diversas ampliações, sendo realizada a construção do Forte da Ponta (1728 a 1732) e da cortina de muralhas (1739 a

1759) feita em pedra, a fim de resguardar a localidade ao longo do canal, passando a constituir um dos mais importantes sistemas defensivos da Bahia e, conseqüentemente, do Brasil Colonial (IPAC, 1988).

Nos séculos XVII e XVIII a economia da região de Cairu, Boipeba e Tinharé registrou um crescimento devido ao cultivo do açúcar, da produção de farinha de mandioca e da fabricação de materiais de construção, que se destinavam ao abastecimento da cidade de Salvador. Sendo essa região a principal produtora de farinha, ficando responsável pelo envio de parte da sua produção para abastecer as tropas portuguesas que se encontravam assentadas na capital baiana, conforme descrito no Plano de Manejo da Área Proteção Ambiental (APA) das Ilhas de Boipeba, Tinharé e Boipeba (1988, p. 79):

A Ilha de Tinharé, juntamente com Cairu e Boipeba, durante os séculos XVII e XVIII, concentrava a maior produção de farinha de mandioca que abastecia Salvador, sendo em 1673, proibido pelo governador Afonso Furtado a exploração de cana nas Ilhas para não prejudicar a produção de farinha. Foi necessário fortificar o canal de Tinharé para não prejudicar o abastecimento de Salvador, por onde a produção regional era escoada.

Todavia, os estudos de Moutinho (2002, p. 28) mostraram que no século XIX o Morro de São Paulo passou por uma intensa crise ocasionada por outros polos que, também, produziam farinha, impactando, seriamente, a economia local, quando a população se voltou para a pesca, como forma de prover a sobrevivência.

Ainda assim, conforme descrição de Moutinho (2002, p. 30), devido ao Morro de São Paulo ser um ponto de defesa do litoral brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial e até os dias atuais, o exército brasileiro está constantemente presente na localidade:

Com uma fortaleza que serviu de proteção a uma das portas de entrada do Recôncavo baiano ao longo dos séculos, Morro de São Paulo ressurgiu na Segunda Guerra como local estratégico de guarnição da costa brasileira. Ali foi instalado um posto de radiotelegrafia, enviado um contingente fixo da Marinha, além do movimento de navios naquelas águas terem se tornado algo rotineiro.

Contudo, a Segunda Guerra Mundial impactou negativamente na economia da Vila do Morro de São Paulo, pois, com medo de possíveis ataques às embarcações brasileiras, a prática da pesca nas águas que banham a Ilha de Tinharé foi interrompida pelos moradores, desabastecendo as cidades de Valença e Salvador, com quem a população local negociava o pescado, comprometendo inclusive a própria subsistência. Como alternativa, a população iniciou a fabricação da cal, incorporando-a à economia local (VINHAS, 2007, p. 76-77).

Na opinião de Vinhas (2007, p. 77), ao término da guerra, o Morro de São Paulo, aos poucos, retoma as atividades pesqueiras, voltando a ser a base da economia local, até metade

da década de 1970. A partir dessa década, surge na vila um tímido fluxo turístico, com a vinda de veranistas que viviam em locais próximos ao Morro de São Paulo.

Esse fato impulsionou o desenvolvimento da vila, que duas décadas depois se consagrou como um dos principais destinos turísticos da Bahia, o que requereu um melhor planejamento, estrutura e estratégia de gestão do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, sobretudo por se tratar de um conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico (VINHAS, 2007, p. 77).

2.2 Cronologia de Construção dos Conjuntos Arquitetônicos do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo: Surgimento e Desenvolvimento da População do Entorno

Considerando que o Morro de São Paulo se localiza no extremo norte da Ilha de Tinharé, e tem por formação três ilhas maiores e 23 menores, além de incontáveis ilhotas, cerca-se o arquipélago de Tinharé, no sul da Bahia, pelo oceano e do outro por um estuário, formado pelo Rio dos Patos e o canal de Taperoá. Essa é uma das três ilhas que compõem o município de Cairu (Tinharé, Boipeba e Cairu), conforme descrito nos estudos de Gonçalves (2004, p. 20).

É preciso ressaltar que há mais de duas décadas o patrimônio histórico, ou seja, a Fortaleza do Morro de São Paulo se encontrava em péssimas condições de conservação, necessitando de reparos urgentes e de placas de sinalização, para que sua preservação possibilitasse às gerações futuras o uso do bem comum, além de permitir que o turista tenha acesso aos dados relevantes desse monumento histórico, tão significativo para o país (GONÇALVES, 2004, p. 32).

Em breve relato, Gonçalves (2004, p. 32-34), discorre sobre a cronologia das principais construções do conjunto arquitetônico que formam o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, composto pela própria Fortaleza do Morro de São Paulo, o Portaló, a Fonte Grande, a Igreja Nossa Senhora da Luz e o Sobrado da Praça, levantadas pelo IPAC (1988), de acordo com o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural, Monumentos e Sítios do Litoral Sul, realizado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia e amplamente discutidos nos estudos de Vinhas (2007). O Quadro 1 apresenta uma adaptação da argumentação de Gonçalves (2004, p. 32-34) sobre as principais cronologias de construção dos conjuntos arquitetônicos do referido SFMSP.

Quadro 1 - Cronologia de construção dos conjuntos arquitetônicos do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.

Construções dos Conjuntos Arquitetônicos	Descrições
Fortaleza do Morro de São Paulo	Também chamada de Fortaleza ou Presídio do Morro de São Paulo. É um sistema formado por uma cortina/muralha (construção iniciada em 1739) poligonal, com 678 m de extensão, ordenada em SW-NE, ao longo do canal de Tinharé. Na extremidade SW, está situado o Portaló, que é a entrada do Sistema Fortificado. Próximo ao Portaló, verifica-se uma construção abobadada, que servia de corpo da guarda, armazém de armamentos, tulha de farinha e cômodos dos oficiais. Cerca de 157 m adiante, tendo ao meio uma guarita, encontra-se o Forte Velho, ou Bateria da Conceição (construído a partir de 1630). Possui uma flecha com quatro troneiras e uma guarita. A meia encosta localiza-se a Bateria de Santo Antônio. Seguindo a cortina/muralha, numa extensão de 263 m, chega-se ao Forte da Ponta (construído entre 1728 e 1732).
Portaló	Em 1535, a entrada possuía imensas portas de madeiras, que eram fechadas à noite. Sua construção levou 100 anos para ser concluída.
Fonte Grande	Construída em 1746, por André de Mello, vice-rei do Brasil, visando à garantia do suprimento de água dos soldados do forte e dos moradores da Vila. A descoberta do manancial de água subterrânea se deu na construção da Igreja Nossa Senhora da Luz. Na atualidade, é tombada pelo Patrimônio Histórico.
Igreja Nossa Senhora da Luz	Situada na entrada da vila, possui nave, capela-mor, sacristia e torre em lados opostos. O corpo central é recoberto por telhado de duas águas e a sacristia por meia água. A torre tem terminação piramidal, revestida de azulejos, com faces côncavas, à maneira de telhado oriental. A Igreja foi construída no séc. XVIII, tendo suas obras finalizadas em 1845.
Sobrado da Praça	Localizado na Praça Aureliano de Lima, sua construção data de meados do século XIX. Na edificação percebe-se a imponência das linhas arquitetônicas volumétricas. Na atualidade, é utilizado como pousada.

Fonte: Adaptado a partir do texto de Gonçalves (2005, p. 32-34).

Segundo Vinhas (2007, p. 85), a importância de se executar o inventário está em permitir uma análise geral do bem, o que permite reunir informações importantes referentes aos aspectos históricos, constitutivos, estado de preservação, e, conseqüentemente, a como foram feitas as intervenções ocorridas ao longo do tempo, direcionando, dessa forma, e, também, orientando para possibilidades de restauração e preservação do legado cultural, mediante ações metódicas consideradas adequadas a intervenção positiva junto ao patrimônio histórico cultural.

Dessa forma, a intenção do IPAC ao elaborar o inventário sobre os bens patrimoniais do Morro de São Paulo, à época, foi que este possibilitasse uma base para elaboração de estratégias de intervenção nesses bens, para fossem preservados e inseridos no desenvolvimento

turístico, vindo a garantir a sobrevivência da localidade, tanto no tempo, quanto no espaço (VINHAS, 2007, p. 85).

Nesse contexto, de acordo com Bogéa (*apud* IDES, 2017, p. 8), a cronologia histórica para a construção das alianças, visando ao fortalecimento do patrimônio cultural em torno da Fortaleza do Morro de São Paulo, perpassa pelo entendimento deste monumento:

Um dos mais extensos e simbólicos sistemas defensivos erguidos no Brasil, ainda durante o Brasil colônia. São 600 m de muralhas e ruínas de construção original, que passaram por um intenso trabalho de recuperação, restauração e revitalização de todo o complexo, preparando-o para receber um espaço de exposição, anfiteatro, área de eventos e uma cafeteria, e assim dar boas-vindas aos turistas, acolhendo-os com infraestrutura e condições necessárias para conhecer e valorizar esse rico patrimônio cultural brasileiro.

Portanto, mais que promover o desenvolvimento sustentável, buscou-se preservar os bens considerados como representativos e que promovem a identidade e a memória da nação, os quais buscam valorizar, promover e preservar o passado, considerando o legado para as gerações futuras (BOGÉA *apud* IDES, 2017, p. 8).

Nesse contexto, entende-se que a intervenção realizada no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo se caracteriza não somente pelo que o IPHAN promoveu para a restauração do monumento, mas, também, através do seu apoio, incentivo e execução de ações para fomentar o desenvolvimento da localidade, como um todo, considerando o patrimônio cultural, a qualidade de vida das pessoas, estimulando o turismo, gerando emprego e renda, onde as intervenções realizadas obedeceram uma ordem cronológica (*Ibidem*).

Historicamente, essa ordem cronológica, segundo o IDES (2006, p. 3) ocorreu mediante o seguinte histórico:

- em 1997: o IDES, com o apoio da Fundação Odebrecht, iniciou os esforços e estudos;
- em 2004: assinatura do termo de Parceria com a Secretaria de Cultura;
- em 2006: o IDES apresenta ao MINC o Projeto de Restauração e Preservação da Fortaleza do Morro de São Paulo;
- em 2007: aprovação da Etapa 1 do Projeto pelo MinC;
- em 2009: o IDES e o BNDES celebram o contrato de colaboração;
- em 2010: iniciam-se as obras, com a supervisão constante do IPHAN;
- em 2011: promoveu-se a exposição Etno-Olhar e conclusão da Etapa 1 do projeto;
- em 2012: início da pesquisa arqueológica no espaço da Fortaleza;
- em 2013/2014: início da elaboração de projetos executivos para a Etapa 2 do projeto.

A representação gráfica dessa ordem cronológica pode ser expressada pela Figura 34, com o antes; durante, Figura 35; e o depois, Figura 36, do Projeto.

Figura 34 - Vista do Forte da Ponta, antes do Projeto de restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo.



Fonte: HPIP, acesso em 2021.

Figura 35 - Execução das obras de restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo.



Fonte: IDES (2006, p. 3).

Figura 36 - Vista da Fortaleza do Morro de São Paulo, após as obras de restauração.



Fonte: Francisco Santana (2018).

Assim, o IPHAN busca refletir sobre as possíveis alternativas de restituir à comunidade local a função social do patrimônio e sua reintegração, através da promoção e valorização do território na questão que envolve o desenvolvimento em torno da Fortaleza do Morro de São Paulo, sobretudo quanto às questões que envolvem o desenvolvimento das cadeias produtivas locais e o bem-estar das pessoas (BOGÉA *apud* IDES, 2017, p. 9).

No que concerne à utilização do SFMSP após o encerramento do período de defesa, observou-se que a recuperação da muralha da Fortaleza significou uma vivência intensa a todos os envolvidos; e, dentro desse contexto, o término das obras de restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo, segundo estudos feitos por Peixoto Júnior (*apud* IDES, 2017, p. 20), mostram que:

[...] representa o êxito de uma ampla parceria que reuniu a Secretaria de Turismo da Bahia, a Prefeitura de Cairu, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (IDES), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e os empresários locais. Mas, não somente. A importante valorização da edificação, datada do século XVII, simboliza, sobretudo, uma vitória da comunidade.

Observa-se que, posteriormente ao encerramento do período de defesa, a principal contribuição foi para com o incremento do turismo histórico-cultural na Bahia, baseado no princípio da sustentabilidade, considerado este caminho como o mais apropriado e seguro para a comunidade local. E, sobre essa questão, Peixoto Júnior (*apud* IDES, 2017, p. 20) pontua que:

É um novo paradigma de trabalho que envolve o todo e todos, substituído o antigo, quando a relação entre a atividade turística e os locais de recepção tinha natureza predatória, sem nenhuma consideração aos impactos ambientais, sociais e culturais da atividade.

No novo modelo, a preservação do patrimônio da Ilha de Tinharé, em todas as vertentes, promoveu a melhoria constante junto aos serviços culturais e turísticos da localidade. A recuperação da cortina de muralhas da Fortaleza, um dos símbolos do período colonial brasileiro, se volta ao usufruto da comunidade e seus visitantes, com a proteção dos representantes públicos, do setor privado e da comunidade local, que estão empenhados em manter a preservação do SFMSP, considerado um dos mais relevantes da história do Brasil (PEIXOTO JÚNIOR *apud* IDES, 2017, p. 20).

Face ao exposto, o diferencial de todo o trabalho executado, para o êxito da restauração do SFMSP, foi o estabelecimento da escuta ativa e a recíproca para resolução dos desafios, a partir da pluralidade de opiniões. A troca de saberes populares e técnico-científicos ressignificou o potencial da Fortaleza, colaborando com a autoestima dos moradores da ilha, que, anteriormente, conviviam com um monumento considerado marginalizado (IDES, 2017, p. 195).

A Fortaleza do Morro de São Paulo constituiu-se o mais extenso sistema defensivo da Bahia e, provavelmente, do Brasil (GONÇALVES, 2004, p. 21). No entanto, para Vinhas (2007, p. 71):

A chegada da esquadra portuguesa foi considerada o ponto inicial de povoamento da região, fato relatado por diversos viajantes que por aqui passaram entre os séculos XVI e XIX. O pressuposto consistia em tomar posse das terras da Capitania e, conseqüentemente, povoar o território. Assim, na Ilha de Tinharé, o desembarque de Francisco Romero possibilitou a fundação da Vila de Morro de São Paulo, quando considerou ponto estratégico para que a sede administrativa da Capitania fosse estabelecida.

O povoamento e desenvolvimento da população no entorno do SFMSP ocorreu, conforme descrição de Sousa (*apud* SALES, 1996, p. 19), devido à privilegiada localização geográfica em que se encontrava, no nordeste da ilha, o que, conseqüentemente, permitia o fácil acesso de embarcações dirigidas à capitania da Bahia, erguendo nesta localidade a vila:

Faz esta Ilha de Tinharé da banda do sul um morro escavado, que se diz de São Paulo, a cuja abrigada ancoram naus de todo o porte, quem quiser entrar desta para dentro pode ir bem chegando ao morro, e achará fundo de cinco e seis braços. Nesta Ilha de Tinharé junto do Morro esteve a primeira povoação da Capitania dos Ilhéus.

Dessa forma, começou o domínio e o povoamento das terras que compreendiam a Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Conforme descrito por Silva (2003, p. 104) e mencionado

acima, em razão de sua posição estratégica e geográfica o Morro de São Paulo se consolidou como ponto de atracagem para embarcações, advindas de diversas partes do território brasileiro e do mundo, sendo base para apoiar as esquadras que aportavam no Brasil pelos seguintes motivos:

Nenhum dos acidentes topográficos do litoral baiano, depois da Baía de Todos os Santos, possui tão larga nomeada nas páginas da nossa história local, nem foi tão conhecido na costa brasileira como o Morro de São Paulo. Não houve embarcação de pirata ou corsário, nau de comércio, de exploração ou da Índia, frota de comboio, armada amiga ou inimiga que navegasse as águas territoriais da Bahia, sem por ele deixar de se balizar. Nunca expedição inimiga veio atacar a cidade do Salvador que não fosse antes cruzar nas águas da Ilha de Tinharé.

A povoação no Morro de São Paulo desenvolveu-se a partir da Fortaleza. Em 1859, quando D. Pedro II esteve no local, o povoado possuía aproximadamente 300 famílias residentes (GONÇALVES, 2004, p. 21).

No Censo de 1950, a população restringia-se a 168 habitantes; no ano de 2002, a população era de 2.201 habitantes; no ano de 2007 o número passou para 5.245 habitantes (VIRGENS, 2010); no ano de 2021, a população ultrapassou 18 mil habitantes (IBGE, 2022).

O extrativismo é desenvolvido por boa parte da população nativa como meio de vida. A extração da piaçava é tarefa realizada pelos homens e o seu beneficiamento nos catadores, e galpões de beneficiamento é tarefa das mulheres (GONÇALVES, 2004). A atividade pesqueira desenvolvida no verão ainda tem uma importância significativa para a população nativa, que vem alternando essa atividade com os serviços de turismo.

A pesca ficou dividida, entretanto, entre os que viviam exclusivamente dessa atividade e os que a utilizavam como renda complementar a atividade de subsistência. Entre os pescadores profissionais, aconteceu uma evolução no exercício da atividade e, dos pequenos barcos a vela que saíam apenas nas proximidades da costa, atualmente as operações são realizadas com barcos motorizados de tamanhos que variam entre 08 e 12 metros, sendo praticada a pesca de linha de fundo, com rede e com arrastões (GONÇALVES, 2004).

Já os habitantes das ilhas possuem na pesca apenas uma alternativa de renda, utilizam, até hoje, a canoa, as pequenas redes de espera, a pesca de linha, as grosseiras e a pesca de mergulho. Esse tipo de pescador investiu pouco ou quase nada em equipamentos e as técnicas de captura praticamente não se modificaram durante o tempo.

A atividade pesqueira diferencia-se também entre os habitantes da costa atlântica e da contra costa estuarina, tanto pelos métodos de captura, como pelo produto pescado. Na costa atlântica, o peixe destaca-se entre as espécies capturadas e na contra costa ocorre uma maior

frequência pelos crustáceos, camarão, caranguejo, siri, aratu e guaiamu, sururu, ostra e lambreta, chumbinho e papa-fungo (GONÇALVES, 2004).

O setor de serviços emprega um grande número de habitantes de Morro de São Paulo. Esses trabalhadores são contratados sem vínculo formal com empresas ou serviços específicos. Compõe esse segmento que é responsável pelo sustento de numerosas famílias. Podem ser assim relacionados os pedreiros, arrumadores e carregadores, guias turísticos, pequenos comerciantes, empreiteiros etc. (GONÇALVES, 2004). Essa oferta de serviços tende a aumentar nos meses de verão, em função do aumento no fluxo de turistas, acarretando um certo descontrole sobre a qualidade de vida da população mais carente, envolvida diretamente nesta atividade, provocando a ocupação desordenada das áreas periféricas do local.

Para Gonçalves (2004, p. 63), a Fortaleza do Morro de São Paulo está localizada no sítio em que se encontra o núcleo da antiga povoação, que compreende a rua principal, a praça do sobrado e a igreja, que formam um conjunto de monumentos históricos de grande relevância e valor cultural, associado a uma linda paisagem natural, tornando-se necessário a delimitação de uma zona de proteção deste sítio histórico, orientando o crescimento urbano do povoado, para evitar a ocupação indevida deste sítio, como já vem ocorrendo. Além disso, devem ser desenvolvidos, no povoado, estudos de ordenamento do uso e da ocupação do solo.

2.3 Consolidação do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo como destino turístico, a partir da década de 70

O Morro de São Paulo está situado na Costa do Dendê, região do Baixo Sul da Bahia, e desempenha grande atração como polo turístico em todos os nichos, trazendo turistas e investidores para o Brasil, tanto do cenário brasileiro quanto do exterior (GONÇALVES, 2004, p. 13). Na atualidade, verificamos que de vila de pescadores, o Morro de São Paulo se afirmou como destino turístico e é considerado, no cenário baiano, o terceiro polo de atração no Estado da Bahia. O local possui requintes adequados ao turismo internacional, pois é cercado da vegetação permanentemente verde, de águas cristalinas e calmas, de recifes de corais e fauna multicolorida (especialmente aves). Gonçalves (2004, p. 13) afirma:

Os encantos de Morro de São Paulo são muitos e atraem cada vez mais turistas. Os visitantes encontram na região a possibilidade de apreciar e usufruir de belas praias, desfrutar do pôr-do-sol em locais de belas e privilegiadas paisagens, fazer passeios a cavalo, de charrete, tomar banho de mar, mergulhar em águas cristalinas e, ainda, ‘curtir’ os luaus à beira-mar e as festas noturnas, que duram até o amanhecer, nas praias.

Neste cenário, considera-se o turismo como um potencial e, conseqüentemente, uma excelente oportunidade para o encontro entre os povos. Porém, não se promove a compreensão e os relacionamentos humanos, mas, sim, busca-se o favorecimento das relações que se pautam nos aspectos econômicos, permitindo somente os contatos precários, o patrocínio do lucro, provocando a dependência, de forma excessiva, da atividade por parte da população das destinações (RUSCHMANN, 2009, p. 7).

Essa transformação ocorrida no Morro de São Paulo aconteceu, em parte, pelo governo municipal, que implementou a lei de incentivo ao desenvolvimento do setor hoteleiro, na década de 1950, possibilitando a isenção de impostos para a construção de hotéis, ocasião em que foi apresentado um Plano de Desenvolvimento de Turismo, passando a cidade de Salvador a ser considerada a primeira cidade do Brasil a executar uma política oficial de desenvolvimento turístico (VINHAS, 2007, p. 77-78).

Assim, na medida em que o Estado da Bahia assumiu a função de promover o desenvolvimento econômico, considerando fomentar e inserir o turismo na esfera econômica, foi formada a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), possibilitando ao turismo ocupar espaço nos projetos de desenvolvimento econômico baiano, pois segundo Queiroz (2002, p. 53):

Com o novo planejamento instituído pela CPE, o turismo ampliou o seu raio de inserção na esfera governamental, passando, pela primeira vez, a ser incorporado às estratégias do Governo do Estado, que, em 1958, o inclui entre os capítulos do Programa de Recuperação Econômica da Bahia.

Criou-se, na década de 1960, a Bahiaturisa, órgão de economia mista, descentralizado, com fins de promover a exploração e incentivar o crescimento do setor hoteleiro em todo o Estado da Bahia. Em seguida, na década de 1970, apresentou-se o Plano de Turismo do Recôncavo, considerado como instrumento de planejamento turístico, marcando a orientação das ações governamentais, para promover o desenvolvimento econômico e social, na Bahia, a partir do turismo (BAHIATURSA, 1998, p. 9).

Mas, de acordo com Vinhas (2007, p. 78-79), o modo como se desenvolveu o turismo baiano, a partir da ação efetiva do governo estadual, perpassa por três momentos distintos:

O primeiro, no início da década de 70, quando a Bahia buscou se firmar no mercado nacional, o segundo, em meados da mesma década, quando houve um investimento maior no mercado doméstico e empreendimento de ações que começaram a atingir o mercado internacional, e o terceiro momento, na década de 90, que afirmou, definitivamente, o nome da Bahia no cenário turístico nacional e internacional.

Em 1990, a partir de um novo processo de desenvolvimento turístico na Bahia, surge o terceiro momento, tido como o segundo *boom*, que fomentou a atividade no Estado, cuja

estratégia consistiu em criar novas motivações para a visitação, expandindo a oferta turística baiana, com a inserção de novos destinos, concentrados principalmente no Nordeste. Para isso, foram adotadas diretrizes pelo governo baiano, delineadas, segundo Vinhas (2007, p. 80):

No Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA) 1991-2005, que elaborou uma geografia turística para o estado, dividindo-o em zonas, com base no programa Caminhos do Brasil, desenvolvido pela Bahiatursa, que já havia zoneado o território do estado para fins turísticos, com o objetivo de descentralizar o desenvolvimento da atividade para além da capital Salvador.

Contemplou-se, nessa divisão, quatro regiões, sendo estas, conforme Vinhas (2007, p. 80):

Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Descobrimento e Chapada Diamantina. Para cada zona, foi definido um centro turístico que seria a base central do desenvolvimento da região. A ideia era eleger espaços com potencialidade para o empreendimento da atividade, contendo atrativos e infraestrutura adequados, e que pudessem trazer consigo o desenvolvimento para outros espaços da região.

Assim, redefiniu-se a divisão geográfica para o fomento do turismo. E, no ano de 1993, a divisão geográfica para o incentivo ao turismo foi refeita, incluindo a Costa do Dendê, a Costa do Cacau e a Costa das Baleias, permitindo a entrada do Morro de São Paulo, de forma definitiva, nas políticas de ação do governo estadual para o empreendimento turístico, incluindo as estratégias adotadas para a captação de turistas. Apesar disso, para Vinhas (2007, p. 82):

A afirmação de Morro de São Paulo como polo turístico se deu, essencialmente, pela exuberância natural a partir do desenvolvimento do turismo ligado aos aspectos naturais, como sol e praia, revelando que o desenvolvimento turístico na localidade sempre esteve ligado à natureza local.

Portanto, independentemente de seu trajeto histórico e da relevância exercida pela vila na história baiana e brasileira e de todo o patrimônio histórico-cultural ainda existente em seu território, o turismo desenvolvido em Morro de São Paulo está diretamente ligado aos atrativos naturais. Vinhas (2007, p. 83) afirma:

Possuindo elementos culturais de grande relevância, a inserção do turismo histórico-cultural no povoado revela-se como um diferencial capaz de otimizar a atividade turística e torna-se um segmento turístico bastante promissor, que agrega vantagem competitiva ao destino.

Desse modo, verifica-se que a preservação do patrimônio histórico tem sido, na atualidade, um fator fundamental para a salvaguarda da memória e a consolidação das identidades locais, evidenciado no cotidiano dos habitantes, como algo considerado comum à paisagem da localidade, quando se tem uma marca da trajetória histórica do passado, refletida no presente, testemunhando as transformações e evoluções ocorridas. Porém, a falta de conhecimento dos bens patrimoniais pode acarretar sua extinção no tempo e no espaço, o que,

por consequência, pode vir a fragilizar o processo de constituição e fortalecimento de uma identidade e das relações dos indivíduos com a localidade (VINHAS, 2007, p. 110-111).

Deve-se salientar que, como destino turístico, a composição dos recursos considerados como atrativos, para que venham a desempenhar um papel de grande relevância, perpassa por questões que envolvem a competitividade, a diversidade e os atrativos, os quais se tornam o diferencial capaz de agregar valor ao destino, que devem estar pautados no planejamento turístico.

No caso específico de uma localidade de preservação de patrimônio cultural, como o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, deve-se levar em consideração as questões que envolvem o processo de restauração e revitalização de todo o patrimônio cultural, como afirmado por Bogéa (*apud* IDES, 2017, p. 8).

Sobre essa questão, Vinhas (2007, p. 127) afirma que:

A inserção dos bens históricos arquitetônicos no desenvolvimento do turismo perpassa por ações sustentadas nos aparatos físico, técnico e social, por representarem aspectos que dizem respeito a uma cultura específica, os quais possibilitem aos turistas um acesso real a esses atrativos através de infraestrutura adequada que contemple, dentre outros fatores, informação, condições de preservação, interação com a comunidade local, apoio do poder público, aspectos fundamentais na configuração de um atrativo turístico.

É preciso mencionar que, com a consolidação do SFMSP como destino turístico, evidenciou-se uma melhoria na oferta dos equipamentos turísticos e na prestação de serviços diretamente ligados a esse segmento. Para isso, os organismos privados realizaram investimentos em capacitação de pessoas, para dar suporte aos empreendimentos; na formação de guias e na qualificação das pessoas envolvidas diretamente com a atividade, além de envolver a comunidade local no processo do desenvolvimento turístico.

O envolvimento da comunidade local sensibilizou os turistas para a relevância de se preservar o patrimônio histórico, incluindo os critérios adotados para o uso desse patrimônio como lugar de memória, espaço de cultura e atrativo turístico, garantindo a sobrevivência dos bens patrimoniais, bem como a utilização desse segmento do turismo a longo prazo, junto às gerações futuras, sempre alicerçadas em ações concretas visando à sustentabilidade dos bens do patrimônio histórico arquitetônico.

Pelo exposto, para Bogéa (2017, p. 9), a Costa do Dendê, onde o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo está localizado, pertence a uma zona turística conhecida por suas riquezas naturais e por seu patrimônio imaterial.

Dessa forma, o modelo de gestão participativa oferece condições, estrutura e conhecimento sobre o patrimônio edificado, para que este possa integrar o conjunto arquitetônico protegido pelo IPHAN, tombado desde 1938, à dinâmica turística da região, consolidando-o como um atrativo histórico-cultural, um símbolo da nossa identidade, valorizado por bens que ajudam a contar a história local e, com ela, a história do Brasil.

3 A RESTAURAÇÃO DO SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, DE 2016 A 2018

A discussão em torno da restauração perpassa pela compreensão da intervenção com função de reativar a eficiência de um produto feito pelo homem, configurando-se, como seu primeiro corolário, a afirmativa de que só se restaura o que é obra de arte e, dessa forma, somente é vista como tal a partir do seu reconhecimento como uma, conforme afirmado por Brandi (2008), pois seu pensamento nos mostra que no momento da restauração é possível condicionar e limitar a ação restauradora, devendo considerar o ponto de vista da instância histórica.

Brandi (2008, p. 47-48) define ainda como princípios para intervenção restauradora mais dois aspectos fundamentais:

1º a integração deverá ser sempre facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir [...]; e, 2º que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras [...].

Nesse contexto, Brandi (2008) se mantém em conformidade com o que já havia sido posto — desde o século XIX — por Boito (2002) ou Giovannoni (2013), quando enfatiza a regra da reversibilidade e distinguibilidade das intervenções contemporâneas nos monumentos do passado, datando a restauração como fato histórico indissociável do presente histórico que o produziu.

Assim, percebe-se que a marca reflexiva de Brandi (2008) passa pelo rigor de princípios em torno de sua teoria, ficando claro que a restauração é um ato crítico-cultural do presente e, dentro desse contexto, se condiciona pelos valores do presente; estes valores não devem ser menosprezados ou deixar de lado a responsabilidade que o ato do restauro traz em si, tanto para sua própria geração quanto para as seguintes. A primeira etapa deve ser a reflexão sobre a restauração e o que pode ser feito para sua ocorrência, por parte dos governantes, no que se refere aos investimentos que se façam necessários para a restauração.

Considerando esse cenário, e por se tratar de um significativo atrativo histórico-cultural, os esforços para a realização da restauração do monumento do SFMSP tiveram o apoio através da liberação de recursos pelo BNDES, o qual requereu um cuidadoso plano de uso — dividindo a obra em duas etapas (primeiro com a parte emergencial —, a estruturação da muralha e, posteriormente, a restauração das edificações, como o Portaló, o Corpo da Guarda, o Forte da Ponta e o caminho ao longo da muralha), sobretudo, com a instalação de uma exposição

permanente dos objetos encontrados durante todo o período do restauro, quais sejam: balas de canhões, artefatos arqueológicos e cinco canhões, que ajudaram a contar a história da localidade (BAHIATURSA, 2017, s/p).

Mas a observação feita nos estudos de Froner (1995) demonstraram que as verbas destinadas às intervenções algumas vezes são insuficientes, em outras ocasiões chegam atrasadas e em outras tantas vezes são perdidas no processo da burocracia, além disso nem sempre são bem empregadas, agravando a situação dos edifícios e dos acervos, os quais vêm sendo destruídos, pela falta de cuidados elementares.

Contudo, uma década depois, os estudos de Harvey (2005) evidenciaram que o contexto atual não é decorrente da política contemporânea, mas da evolução de uma série de fatores convergentes. De alguma forma, esse também era o posicionamento de Froner (1995), quando constata dois aspectos fundamentais: por um lado, a destruição de nossos acervos, que torna evidente a decadência da atividade pública no gerenciamento do patrimônio, e por outro, a falta de preparo dos gestores para ingressar no mundo de novas tecnologias, inaugurado pela era da informatização e pela especialização das áreas de conhecimento que envolvem a cultura material.

Logo, observa-se que é nesse novo universo que surge a ideia de “governança”, podendo ser definida, *a priori*, como o conjunto de mecanismos de liderança organizacional e de estratégias de controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão patrimonial, visando à condução das políticas públicas e à redução de erros e inoperância, através da participação da sociedade civil (ETCHEVARNE; RIBEIRO, 2021, p. 5).

À época do processo de restauração do SFMSP, o alinhamento estratégico voltou-se para a parceria de instituições como o IPHAN, o IPAC e o IDES, os especialistas envolvidos, os representantes da comunidade local e o Governo do Estado da Bahia, bem como a Prefeitura de Cairu, visando um trabalho de valorização de um equipamento de relevante interesse turístico, histórico, arqueológico e arquitetônico, conforme mencionado pelo então secretário de Turismo da Bahia, José Alves (IDES, 2017, p.20). Nesse período foi possível identificar e analisar, *in loco*, as questões, que se apresentam a seguir.

3.1 Função e Participação das Instituições e dos Especialistas Envolvidos

Considerando que o projeto de restauração e readequação do SFMSP baseou-se nas premissas de valor e significado histórico-cultural do monumento, o processo de restauração

procurou integrar o conjunto arquitetônico à dinâmica turística da região. Para isso foram realizadas diversas reuniões, a partir de junho de 2016, voltadas para alinhar a formação do Comitê de Governança, criado pela Portaria nº 33, de 01 de setembro de 2016, conforme mostra a cronologia do Quadro 2.

A Portaria nº 33/2016 designou os membros, em conformidade com o cumprimento à Cláusula Segunda do Protocolo de Intenções firmado em 23/07/2015, entre SETUR, Prefeitura de Cairu e IDES, cujo objetivo consiste em:

Art. 2º O Comitê de Governança terá por objetivo fundamental zelar pelo Monumento, bem como a implementação e fiscalização das ações que promovam o seu adequado funcionamento, manutenção e sustentabilidade (BAHIA, 2016, *grifos nossos*).

A composição do Grupo de Trabalho (GT) contou com as seguintes entidades: Secretária de Turismo do Estado da Bahia, IPAC, Prefeitura de Cairu, IDES, ACEC e Associações locais (AME/AMOSP). Ressalta-se que não se obteve informações das reuniões do Comitê de Governança, relacionadas ao período de fevereiro a 19/06/2017 (Súmulas de 16 a 23), bem como das reuniões finais até a entrega da obra.

Quadro 2 - Cronologia das Súmulas de Reuniões do Comitê de Governança para a gestão do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.

Súmulas de Reuniões Comitê de Governança	Objetivo
Reunião de Alinhamento para Formação do Comitê de Governança 09/06/2016	Definir estratégias e cronograma de trabalho para alinhamento, implantação e monitoramento do Comitê Gestor do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
Estatuto e Regimento Interno; Plano de Trabalho/2016 21/06/2016	Definir modelo de funcionamento do Comitê Gestor do SFMSP, bem como sua representatividade e instrumentos jurídicos.
I. Informes Gerais/Monitoramento e relato do status dos compromissos assumidos; II. Ajustes e Validação da Matriz de Responsabilidades e Plano de Uso do Monumento; III. Definição das pessoas/cronograma de trabalho dos Grupos 04/07/2016	Validação da Matriz de Responsabilidade e Plano de Uso do SFMSP visando dar continuidade ao Plano de Trabalho do Comitê Gestor.
I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos Resultados dos grupos de Trabalho: GT Educação Patrimonial e Comunidade - Apresentação do Plano de Trabalho/Cronograma de ações; e, o GT Modelos Exemplares - Apresentação do Plano de Trabalho/Cronograma de ações. 19/07/2016	Apresentação dos resultados dos Grupos de trabalhos objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho do Comitê Gestor e alinhamento conceitual junto aos órgãos federais e estaduais responsáveis pela preservação e valorização do Patrimônio (IPHAN, SPU, IPAC).

<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos resultados previstos no Plano de trabalho dos grupos: GT Educação Patrimonial e Comunidade – Status das ações (lista de peças/guardiãs etc.); GT Modelos Exemplares – Status das ações (o que foi incorporado nas pesquisas). III. Articulação/Mobilização para a agenda do IPAC ao Baixo Sul (Dados, pessoas e informações relevantes) 02/08/2016</p>	<p>Apresentação das demandas específicas relativas ao Plano de Negócios – Sebrae, alinhamento referente à agenda com o IPAC na próxima semana. Os grupos de trabalho apresentarão o <i>status</i> dos resultados previstos no Plano de Trabalho.</p>
<p>SEBRAE, Plano de Uso do Monumento (tratativas junto a SPU e IPHAN); e, Pesquisa sobre Potenciais Investidores 16/08/2016</p>	<p>Apresentação do Plano de manutenção do monumento, resultados da visita de campo do IPAC e <i>status</i> da consultoria para o Plano de Negócios – SEBRAE. Os grupos de trabalho apresentarão o <i>status</i> dos resultados previstos no Plano de Trabalho.</p>
<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos resultados previstos no Plano de trabalho dos grupos: GT Educação Patrimonial e Comunidade – Status das ações (lista de peças/guardiãs, etc.); e, GT Modelos Exemplares – Status das ações (material sistematizado e o que foi incorporado nas pesquisas). 30/08/2016</p>	<p>Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento SFMSP e <i>status</i> da consultoria para o Plano de Negócios – SEBRAE. Os grupos de trabalho apresentarão o <i>status</i> dos resultados previstos no Plano de Trabalho.</p>
<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos resultados previstos no Plano de trabalho dos grupos: GT Educação Patrimonial e Comunidade – Status das ações (lista de peças/guardiãs, etc.); e, GT Modelos Exemplares – Status das ações (material sistematizado e o que foi incorporado nas pesquisas). 13/09/2016</p>	<p>Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.</p>
<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos resultados do trabalho de campo da equipe Técnica. 11/10/2016</p>	<p>Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo e Apresentação da equipe de consultoria do SEBRAE para o Plano de Negócio.</p>
<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação dos resultados do trabalho de campo da equipe técnica. 25/10/2016</p>	<p>Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.</p>
<p>I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Oficina SEBRAE Planejamento estratégico modelo Business Canvas. 10/11/2016</p>	<p>Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento SFMSP.</p>

I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Oficina SEBRAE apresentação do Planejamento Canvas e complementação. 22/11/2016	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Oficina SEBRAE devolutiva do Plano de Negócios. 20/12/2016	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Oficina Plano de Ação 2017 SEBRAE (contribuições finais ao Plano de Negócio); III. Apresentação da minuta do Calendário de Eventos 17/01/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
I. Informes Gerais/Monitoramento dos compromissos; II. Apresentação do Plano Museológico IPAC/IDES; III. Apresentação da minuta do Calendário de Eventos; IV. Construção do Plano de Trabalho – Planilha de ações/prazos/responsáveis 31/01/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
Obs.: Não foram fornecidas informações sobre as Súmulas de nº 16 a 23, compreendidas entre o período de fevereiro a 19/06/2017	
I. Abertura/Informes Gerais; II. Apresentação sintética do Plano de Negócio e Plano Museológico SEBRAE/IPAC/IDES; III. Construção do Plano de Trabalho – Planilha de ações/prazos/responsáveis 20/06/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
I. Abertura/Informes Gerais; II. Apresentação da Minuta do Plano Museológico pelo IPAC; III. Apresentação da SETUR do Termo de Referência (Proposta para Operacionalização); IV. Apresentação dos resultados dos GTs 04/07/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.
I. Abertura/Informes Gerais; II. Apresentação dos avanços encaminhados pela SETUR; III. Apresentação do status da obra /Programação de entrega pelo IDES. 18/07/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento SFMSP.
I. Abertura/Informes Gerais; II. Apresentação do status, no campo burocrático, obtidos pela SETUR; III. Apresentação do status da obra /Programação de entrega pelo IDES. 018/08/2017	Monitoramento das ações em curso para ativação do equipamento Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.

Fonte: Súmulas das Reuniões realizadas pelo Comitê de Governança do SFMSP (2016-2017).

A partir da análise das súmulas das reuniões do Comitê de Governança, observou-se a busca pela efetivação das metas e ações traçadas. Assim, segue abaixo a síntese de alguns dos resultados e avanços obtidos pelo Comitê.

Reunião de Alinhamento para Formação do Comitê de Governança, 09/06/2016. Descreveu-se, contextualmente, a possibilidade de consolidação de uma gestão sustentável do monumento da Fortaleza do Morro de São Paulo, através de ações sistemáticas junto às Alianças estabelecidas entre o Poder Público, o Setor Privado e a Sociedade Civil Organizada; reuniram-se os atores acima com o objetivo de discutir, definir e alinhar uma estratégia para consolidar o Comitê Gestor, com **instrumentos jurídicos apropriados** para a atuação frente ao desafio de auto sustentabilidade do monumento histórico referido.

Reunião 21/06/2016. Definição de uma agenda de trabalho até o mês de setembro/2016, objetivando a construção de um plano de gestão para o monumento da Fortaleza do Morro de São Paulo. Discutiu-se sobre os projetos em torno da FMSP, o turismo cultural — como turismo de qualidade e a integração das zonas turísticas.

Reunião 04/07/2016. Reforço da definição de uma agenda de trabalho até o mês de setembro/2016, tendo como objetivo a construção de um plano de gestão para o monumento da Fortaleza do Morro de São Paulo. Considerou-se necessária uma atuação mais constante junto à comunidade para o esclarecimento de pontos importantes do projeto. Para a definição dos Grupos de Trabalho (GT), estes foram divididos em: GT Educação Patrimonial e Comunidade, visando à conscientização do projeto pela comunidade local e do entorno e catalogação das peças patrimoniais; e, GT Modelos Exemplares de Gestão, voltado para pesquisa/estudo de modelos de gestão de monumentos históricos.

Reunião 19/07/2016. Foi definida a divisão de tarefas, com a formação de dois grupos de trabalho: GT Educação Patrimonial e Comunidade e GT Modelos Exemplares de Gestão. Os grupos realizaram trabalhos de pesquisa e de campo para definição do modelo a ser implantado na Fortaleza do Morro de São Paulo. Dentre os temas discutidos foram pontuadas prioridades, como: oficialização da demanda junto ao SEBRAE e urgência na contratação de consultoria para o Plano de Negócio da Fortaleza do Morro de São Paulo; identificação de fonte de recurso para construção de sanitário público/quiosque condutores; Plano de Manutenção do Monumento (custeio geral especificando limpeza, iluminação, manutenção predial e de equipamentos); Plano de Uso do Monumento (tratativas junto à SPU e ao IPHAN); e pesquisa sobre potenciais investidores.

Reunião 02/08/2016. Determinou-se a elaboração da agenda do IPAC, em alinhamento com os parceiros e comunidades locais, para a organização da recepção e da logística dos

trabalhos a serem realizados. Os GTs ficaram de dar retorno referente ao acompanhamento do plano de trabalho apresentado, cabendo ao:

- GT Educação Patrimonial e Comunidade: trazer as listas de escolas, com os nomes dos professores e diretores, assim como a lista dos grupos de guias e condutores e das associações de agentes comunitários e culturais. Realizar sensibilização, a partir de palestra introdutória sobre a relevância do monumento e, conseqüentemente, a necessidade da restauração. Convidar os grupos relacionados acima para participarem das reuniões da comunidade com o IPAC; além de convocar a Associação de Moradores Nossa Senhora da Luz, a Associação do Zimbo; SISTUR; AMOSP; AME, dentre outras associações. O grupo deverá levar dois representantes de cada categoria — agentes de cultura e formadores de opinião; organização de uma lista relacionando as peças pertencentes à Fortaleza, que se encontram espalhadas pelas residências e pontos comerciais da Vila do Morro de São Paulo. Na lista devem constar a identificação das peças, o responsável pela peça e o local onde a peça se encontra. Essa ação foi essencial para saber como os responsáveis pelas peças seriam abordados numa campanha de doação das peças para que estas fossem repatriadas à Fortaleza.
- GT Modelos Exemplares: após pesquisa foi identificada a dificuldade de se encontrar registros de viabilidade econômica para monumentos/patrimônio históricos; é necessário identificar o modelo de gestão que estamos em busca (Fundação, Associação, Empresa Privada etc.); abordado os Fundos Patrimoniais que podem contribuir com a pesquisa. Sugeriu-se a criação de um CNPJ específico para o SFMSP, mesmo que tenha à frente um processo de gestão com uma diretoria específica, onde se possa estruturar um fundo, que possua uma gestão eficaz e com planejamento a curto, médio e longo prazos. Relatou-se que estava havendo um fórum de pesquisa com a participação de instituições renomadas para consolidação desses estudos e dos projetos de lei; o grupo deverá solicitar à Sr.^a Ana Coelho, membro do IPAC, um retorno referente ao material de pesquisa; verificar com o SEBRAE a possibilidade de Missão Técnica/Visita a modelos exemplares, como Forte dos Reis Magos-RN, Castelo Garcia Dávila – Praia do Forte.

Reunião 16/08/2016. No período de 08 à 12/08/2016, o IPAC realizou visitas de campo aos municípios de Cairu, Ituberá, Camamu e Maraú, identificando possíveis demandas no âmbito do Patrimônio Material e Imaterial.

Reunião 30/08/2016. Foram estabelecidas para os GTs as seguintes metas:

- GT Educação Patrimonial: nessa reunião foi pontuado a necessidade do cumprimento dos prazos/tarefas estabelecidos; da identificação das pendências: do encaminhamento da planilha constando escolas/quantitativo de alunos/professores referência; da lista com as manifestações culturais e calendário de eventos culturais do município; da lista com produtores culturais e artesãos; da lista com o levantamento das peças/guardiãs do acervo; e da lista com associações existentes – Associação do Zimbo; SISTUR; AMOSP; AME, grupo de guias e condutores.
- GT Modelos Exemplares: foi solicitado o agendamento da visita técnica aos monumentos Forte Santa Maria e Forte São Diogo, em Salvador. Programado para o período da tarde, do dia 13/09/2016; Pendências: sistematização de todo o material pesquisado.

Reunião 13/09/2016. Os GTs estabeleceram algumas metas, que foram discutidas em reunião para o seu efetivo cumprimento. Foram sinalizadas dificuldades enfrentadas em função do período eleitoral e a necessidade de superação dos desafios. Foi realizada reunião com a SPU e confirmada a participação da Coordenação de Turismo e Economia Criativa do SEBRAE.

Reunião 11/10/2016. Os GTs apresentaram as metas que conseguiram cumprir. Mais uma vez foram sinalizadas dificuldades enfrentadas em função do período eleitoral e a necessidade de superação dos desafios.

Reunião 25/10/2016. Foram realizadas atividades de campo com a equipe do IPAC, SEBRAE, Prefeitura de Cairu, ACEC e equipe do IDES, objetivando o alcance das metas pactuadas. Solicitação ao IDES para encaminhar a minuta da planilha de custo para a consultoria do SEBRAE; marcação de agenda, para reunião, com o Prefeito de Cairu, Fernando Brito; consultoria SEBRAE através da realização da oficina de Planejamento Estratégico, que deverá acontecer no dia 10/11/2016; encaminhar o material do Forte dos Reis Magos para Liliana Leite (IDES).

Reunião 10/11/2016. Foi solicitado o agendamento de reunião entre o IPAC, a casa noturna Pulsar e a pousada e restaurante Portalô, para o dia 22/11/2016. Essa reunião visava tratar sobre a Fortaleza, pois esses dois estabelecimentos funcionam na área interna do SFMSP; tratar, ainda, sobre Educação Patrimonial. Solicitação de *feedback* da consultoria do SEBRAE sobre a oficina de Planejamento Estratégico, realizada no dia 10/11/2016. Além disso, discutiu-se sobre os compromissos anteriores ainda não solucionados; a demolição da obra e a elaboração do novo projeto para ser apreciado do IPHAN; a lista com produtores culturais e

artesãos; e o início da mobilização dos empresários locais com o intuito de arrecadar fundos para a construção de banheiros e do quiosque.

Reunião 22/11/2016. Viabilização da demolição da obra e elaboração do novo projeto para apreciação do IPHAN; encaminhamento da lista com produtores culturais e artesãos; início da mobilização junto aos empresários locais para arrecadar fundos para construção de banheiros e quiosque.

Reunião 20/12/2016. Desmobilização/transição do espaço receptivo; preparação pelo IPAC dos conteúdos para a realização das oficinas com os professores (Jornada Pedagógica), artistas (conteúdos para Peça Teatral, que será desenvolvida por artistas da região/IDES) e produtores culturais (construção de agenda conjunta); levantamento das escolas e professores para incorporação da oficina de Educação Patrimonial do IPAC na Jornada Pedagógica; e solicitação de autorização para o resgate das peças.

Reunião 17/01/2017, Foi explicado sobre o planejamento Canvas e o Plano de Negócio para os membros do Comitê de Governança. Apresentou-se brevemente a construção do Plano Museológico, que será melhor detalhado na próxima reunião do Comitê (IPAC e IDES). Foi feita a entrega do Calendário de Eventos (Prefeitura de Cairu e ACEC).

Reunião 31/01/2017. A equipe da CONDER visitou a obra e definiu o período para o seu término. A SETUR informou os procedimentos efetivados com a Embasa e a Coelba. Foi feito contato com o INEMA para verificação da análise da água nas praias e rios do Arquipélago de Cairu. A Universidade Federal da Bahia-UFBA realizou o trabalho de coleta de água nos rios do Morro de São Paulo e os resultados foram críticos. Desenvolvimento do trabalho de Educação Patrimonial. Ajustes no calendário de eventos pela Prefeitura de Cairu.

Reunião 20/06/2017. Foram discutidos alguns pontos que merecem atenção, a saber: segurança, sistema de manutenção e limpeza da obra; manual de procedimentos/ações diárias para o funcionamento do equipamento; e definição dos valores a serem pagos pelas empresas localizadas dentro do equipamento e do ingresso para se ter acesso ao equipamento.

Como orientação para as próximas ações foram solicitados os agendamentos das seguintes reuniões: com artistas e produtores culturais; com o Balé do Teatro Castro Alves; entre o Comitê de Governança e a SETUR; com a Polícia Civil e Militar para estimar a necessidade de segurança; com o Secretário de Segurança Pública do Estado, a SPU e a Controladoria do Estado; com a DIREC e encontro para discutir o Plano de Negócio.

Reunião 04/07/2017. Parceria firmada com a Marinha Brasileira, para o Ato Inaugural do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, além da doação do Busto do Almirante Tamandaré, que ocupará um espaço dedicado à Marinha Brasileira no Núcleo Inicial Expositivo

do SFMSP; com o Teatro Castro Alves, para a apresentação gratuita do Balé do TCA e da OSBA na inauguração e nos Programas continuados da Fortaleza. Pactuado o compromisso da Prefeitura Municipal de Cairu com a readequação da rampa de acessibilidade ao Morro de São Paulo, e o acompanhamento dos aspectos de infraestrutura no contexto do monumento.

Foi apresentado o Plano Museológico, contendo 10 programas e seus respectivos projetos para implantação: Programa Institucional; Programa de Gestão de Pessoas; Programa de Acervo (Subprograma de aquisições, de documentação, de conservação e de restauração); Programa de \exposições (de longa duração e de curta duração e itinerantes; Musealização do Sítio Arqueológico — Sistema Fortificado do Morro de São Paulo); Programa educativo e cultural (Projeto de Educação Ambiental); Programa de Pesquisa; Programa Arquitetônico e Urbanístico; Programa de Segurança; Programa de Financiamento e Fomento; e Programa de Comunicação.

Reunião 18/07/2017. Foram relatados os resultados referentes ao Plano Museológico e a efetividade das ações de preservação desenvolvidas pelo IPAC. Realizada nova apresentação e discussão com a governança do Termo de Referência proposto pela SETUR. Os GTs em operação tiveram que paralisar suas as ações até que fosse dado posicionamento sobre o processo de gestão e encaminhamentos burocráticos. Sugestão que fosse redigido um documento com as premissas, princípios e conceitos regidos pela governança. Foram apresentados à Embasa e à Coelba o processo de construção dos sanitários do receptivo do SFMSP sob a responsabilidade da SETUR, apresentando um modelo alternativo de sanitários provisórios.

Como pontos de atenção, mencionou-se a questão da segurança do monumento após a entrega da obra e como seria definida a estrutura de gestão e respaldo legal do processo.

Reunião 01/08/2017. Atentou-se para as questões relacionadas com a resolução do processo junto à Coelba e a retirada dos postes pela Prefeitura; bem como a construção dos banheiros no receptivo; as questões da segurança do monumento após a entrega da obra e a definição da estrutura de gestão e respaldo legal do processo (itens também tratados na reunião anterior).

Novas reuniões foram marcadas e realizadas pelo Comitê de Governança até o término da obra, mas, lamentavelmente, não obtivemos acesso a todas as súmulas elaboradas nessas reuniões, o que impossibilitou se ter um apanhado geral dessas reuniões, bem como o acompanhamento e a efetividade das ações traçadas, apontando o êxito ou não das ações da Governança no SFMSP.

Nesse cenário, e a partir do entendimento de que governança consiste, conforme descreveu Santos (1997), no *modus operandi* das políticas governamentais, incluindo, dentre outros aspectos, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, à definição do mix apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas. O referido autor conceitua que: “[...] governança não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado (SANTOS, 1997, p. 341)”.

Dessa forma, pode se considerar que a governança refere-se a padrões de articulação e de cooperação entre atores sociais e políticos, com arranjos institucionais, que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como, também, redes sociais informais de hierarquias e associações de diversos tipos (SANTOS, 1997).

Todavia, para Rosenau (2000), o entendimento é de que a governabilidade com uma dimensão essencialmente estatal está vinculada ao sistema político-institucional, onde a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo. E, dentro desse contexto, a governança é um conceito suficientemente amplo para conter dentro de si também a dimensão governamental.

Diferentemente desse posicionamento, Brigagão e Rodrigues (1998) caracterizaram a governança como meio e processo capaz de produzir resultados eficazes, onde a totalidade de ações, incluindo os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, têm a possibilidade de administrar os problemas comuns, que, no caso específico, consiste em promover a governança do patrimônio, de modo que, para os autores, diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas, principalmente, aos acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições.

Tem-se, então, que a emergência da governança enquanto conceito e objetivo de governação das áreas históricas — leia-se patrimoniais —, têm, na assertiva trazida por Ascher (2010), que com mais da metade da população mundial vivendo em áreas urbanas, a sociedade contemporânea tem se transformado muito rapidamente, obrigando-nos a repensar, de forma constante, os novos modelos e estratégias de organização política, econômica e social.

Essa questão do repensar foi mencionada anteriormente nos estudos de Fox, Brakarz e Fano (2005), salientando que, com a ampliação do conceito de patrimônio, mais interessados se envolveram com sua gestão, de modo que o Estado deixou de ser o único responsável pelas

políticas, passando a ser um mediador de interesses dos diversos atores envolvidos — público, privado, sociedade civil e terceiro setor.

Os estudos de Ascher (2010) mostraram, dentro dessas novas dinâmicas, que planejar, criar ou gerir uma cidade implica considerar toda uma diversidade de situações, espaços e modos de vida, no contexto das políticas de patrimônio. Têm sido desenvolvidos, nas últimas décadas, vários documentos que visam estimular políticas urbanas baseadas em estratégias integradas. Neles o patrimônio já não é mais visto como um monumento isolado, sem nenhuma relação com as paisagens que os rodeia, e sim inserido em um conjunto, onde o ambiente é afetado e, por isso, deve ser reconhecido como parte de um todo.

Conforme Tavares *et al.* (2017, p. 03), de posse do entendimento de que a cidade não é estática, mas sujeita a forças dinâmicas em todas as esferas, o conceito moderno de gestão do patrimônio tem sido relacionado com a governança territorial, onde se reforça a integração setorial, que diz respeito à articulação entre os diferentes campos da política.

Entende-se, em conformidade com os estudos de Gonçalves (2006) ser inegável que o surgimento dos atores não-estatais é central para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança, sobretudo por conta da emergência e da necessidade da temática da governança no contexto do planejamento de áreas históricas — o patrimônio.

Assim, no contexto apresentado através das súmulas das reuniões (Quadro 2), buscou-se junto às Instituições (IDES, IPAC, IPHAN e Prefeitura de Cairu) e aos Especialistas (Restaurador Francês, Concreta e Tecnomuseu) pesquisados, conforme traçado metodológico anteriormente descrito, compreender a sua função, bem como o seu posicionamento, acerca da sua participação na restauração do SFMSP.

Em relação à Tecnomuseu, enviamos o questionário dia 10/12/2021 e, no dia 13/12/2021, obtivemos, infelizmente, uma negativa para responder aos questionamentos, com a informação de que não iriam responde-lo, por não terem participado do processo de restauro do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo.

A representante da Tecnomuseu salientou que a participação deles consistiu tão somente na realização do projeto museográfico, junto ao núcleo expositivo inicial do SFMSP. Dessa forma, a contribuição nas reuniões do Comitê de Governança se restringiu apenas à apresentação do referido projeto. Assim, por não fazer parte das ações deliberativas que discutiam a especificidade do processo de restauro e de gestão, tendo em vista estas já se encontrarem em trâmite, quando da entrada da Tecnomuseu, o trabalho desenvolvido foi em relação a resgatar a memória e as ações de educação patrimonial, e que, por isso, não podiam responder ao questionário.

Nesse contexto, tomamos como base para as respostas aos nossos questionamentos os especialistas — o restaurador francês e o representante da Concreta.

Observou-se que há unanimidade entre os respondentes (Instituições – Tab. 1; e, Especialistas – Tab. 2) em relação ao questionamento sobre a sua participação no processo de restauração do SFMSP, quando afirmaram que sim, bem como todos os respondentes foram categóricos em afirmar que houve atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP. Em relação ao estado de conservação do SFMSP, à época do início dos serviços, percebeu-se que 100% dos especialistas respondentes afirmaram que se encontrava em “péssimo estado de conservação, em ruínas”, fato esse observado por 50% das instituições respondentes, sendo que 25% destes salientaram se encontrar “ruim, precisando de reparos” e “péssimo, necessitando de reparos urgentes”, respectivamente.

Tabela 1 - Categoria: Função e participação das instituições.

	Instituições	
	N = 4	%
Participação restauração SFMSP		
Sim	4	100%
Estado de Conservação do SFMSP, à época início dos serviços		
Ruim, precisando de reparos	1	25%
Péssimo, necessitando de reparos urgentes	1	25%
Péssimo estado de conservação, em ruínas	2	50%
Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP?		
Sim	4	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir da pesquisa de campo em 2021.

Tabela 2 - Categoria: Função e participação dos especialistas.

	Especialistas	
	N = 2	%
Participação restauração SFMSP		
Sim	2	100%
Estado de Conservação do SFMSP, à época início dos serviços		
Péssimo estado de conservação, em ruínas	2	100%
Foi necessário o desenvolvimento de algumas técnicas específicas?		
Sim	2	100%
Foram dadas condições necessárias para efetivação das técnicas específicas na restauração do SFMSP?		
Sim	2	100%
Foram eficazes a proposta lançada pelo IDES para o restauro das ruínas identificadas no SFMSP, no processo de restauração, quando da intervenção e envolvimento dos especialistas no assunto?		
Sim	1	50%
Algumas vezes / É possível que Sim	1	50%
Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP?		
Sim	2	100%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir da pesquisa de campo em 2021.

Observa-se, também, junto aos especialistas, outros questionamentos sobre a necessidade de desenvolvimento de algumas técnicas específicas e se foram dadas condições para a sua efetivação, na restauração do SFMSP, ambas com 100% de efetividade. Estes mencionaram a necessidade de desenvolvimento de algumas técnicas específicas para a restauração do SFMSP como:

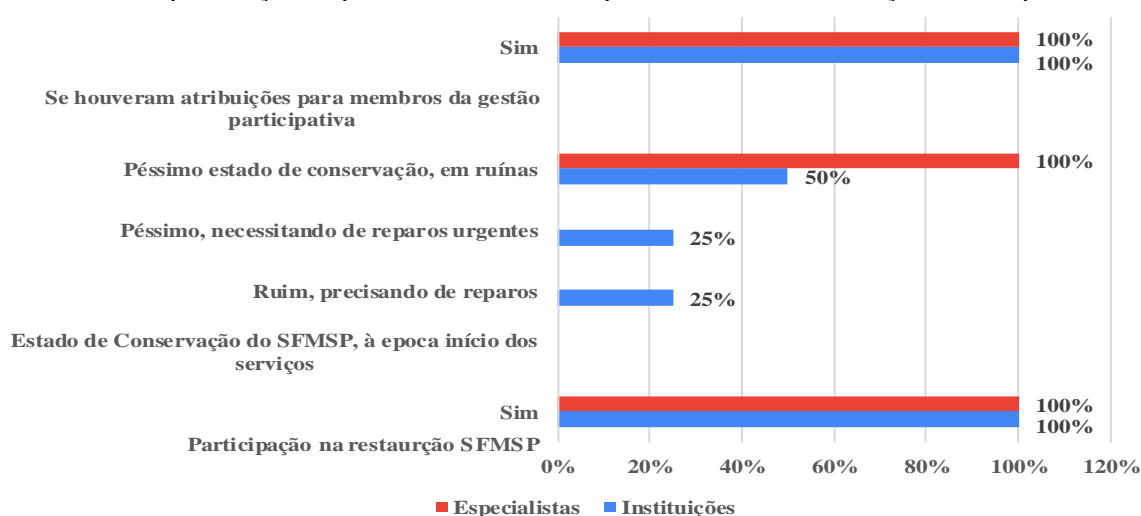
O telhado com uma integração de placas sintética para parar as águas da chuva, integração de ligaduras metálicas de concreto para reparar as trincas, confortar os adobados, elevar o piso para criar um nível vazio no chão, entre outros (ESPECIALISTA-RESTAURADOR FRANCÊS, 2021).

Consolidação: Atirantamento, cintamento e costuras em pedras. Em relação à restauração, foi necessário fazer a dessalinização das estruturas, a aplicação de argamassas em cal com diferentes traços, serviços de entalhe em pedras, moldagem e instalações de peças arquitetônicas em fibra de vidro e elevação de piso para garantia da circulação do ar nas pavimentações (ESPECIALISTA DA CONCRETA, 2021).

Complementando: em relação ao questionamento feito aos especialistas sobre a eficácia da proposta lançada pelo IDES para o processo de restauro das ruínas do SFMSP, a partir da intervenção e do seu envolvimento no assunto, a resposta foi de 50% com afirmação positiva; 50% ressaltaram que algumas vezes houve efetividade. Os especialistas ainda salientaram que foram dadas todas as condições necessárias para a efetivação das técnicas específicas usadas na restauração do SFMSP, visando a garantia da atuação correta nos serviços de restauração. Nesse período foi de fundamental relevância a contratação da equipe de arqueologia, responsável pela prospecção e cadastro das características anteriores, com a finalidade de mantê-las preservadas para o presente e o futuro.

É possível ver, na descrição do Gráfico 1, a representação gráfica dos mesmos questionamentos feitos às instituições, bem como aos especialistas.

Gráfico 1 - Representação em percentual dos mesmos questionamentos às instituições e aos especialistas.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Os especialistas salientaram que o péssimo estado de conservação das ruínas se justifica devido ao monumento e principalmente o Forte da Ponta se encontrarem abertos a todos os ventos, bem como às águas das chuvas e às marés, o que, por consequência, provoca muitas rachaduras e trincas nos muros — incluindo a alvenaria, com trincas confirmadas pelo corpo da guarda local —, além da ocorrência de vegetação dentro dos muros, tornando-se perigoso para os usuários do local. E, por tanto, como todo o SFMSP se encontrava em estado crítico de degradação, era necessário grande intervenção para a consolidação das estruturas, antes das aplicações arquitetônicas de restauração.

Quanto às justificativas das instituições, foi possível observar:

A primeira vez que tive contato com o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo foi em agosto de 2016, quando realizamos uma visita técnica na região do Baixo Sul. Naquele momento, as obras estavam adiantadas e poderíamos dizer que em fase de transição. Em alguns pontos ‘ruim, precisando de reparos’ a área do Corpo da Guarda e, por exemplo, o Forte da Ponta, a Muralha e o Portaló bom, necessitando de pequenos reparos (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021).

A Fortaleza do Morro de São Paulo encontrava-se em ruína e com uma mata que envolvia todo o contexto do patrimônio. Foi realizada uma limpeza da vegetação para realização do cadastro do patrimônio que estava envolto em uma mata (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Todas as estruturas que compõem o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo estavam, à época, em completo estado de abandono, entregues à própria sorte e à sanha destruidora dos homens e das intempéries. Todas as suas edificações e muralha apresentavam seríssimos problemas estruturais, com diversos trechos de alvenaria e todos os telhados desabados, com exceção dos trechos com cobertura abobadada. Em alguns locais, a força das marés havia derrubado os maciços de pedra e argamassada e já invadia o morro (REPRESENTANTE DO IPHAN, 2021).

A parte inicial do forte existia. Onde era a antiga cadeia não tinha como entrar e a parte final era praticamente ruína (REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE CAIRU).

Já em relação à justificativa dada pelos especialistas para a eficácia das propostas lançadas pelos IDES, no processo de restauração do SFMSP, quando do envolvimento e intervenção destes profissionais, a resposta obtida foi que:

A intervenção dos arqueólogos foi muito importante, pois pôde revelar muitas coisas que o projeto não percebeu no início, infelizmente, o projeto de restauro não estava de acordo com estas pesquisas e não manteve algumas coisas evidenciadas pela arqueologia (particularmente o chão de pedras e de tijolos que foi completamente destruído para integrar/receber um nível de concreto sobre eles, a restituição da praça de arma não mostra as inclinações e orientações peculiares das plataformas de canhões. Parte do sistema de origem para evacuar as águas da chuva todo o lado do forte, foi destruído [...]) (ESPECIALISTA-RESTAURADOR FRANCÊS, 2021).

A presença de especialistas foi fundamental para a garantia da execução fidedigna das boas práticas de restauro, pois garantiram o devido treinamento e acompanhamento das técnicas utilizadas (ESPECIALISTA DA CONCRETA, 2021).

Foi possível compreender que a eficácia esteve, de forma direta, relacionada com as pessoas que participaram da operacionalização do projeto. Todavia, é importante sinalizar que os resultados esperados das ações corretivas devem ser definidos e registrados de forma que se possa, ao final do processo, compará-los com o resultado efetivamente obtido e, se for o caso, promover os ajustes necessários. Ademais, entende-se que a eficácia das ações propostas pelo IDES consiste na análise que se deve realizar para a verificação se o efeito esperado da ação foi devidamente atingido (GARCIA, 2008). E, daí, a importância de se buscar parcerias com as instituições.

Sobre a questão de parcerias, foi questionado ao IDES a existência de critérios utilizados para se buscar parcerias com as instituições, os especialistas e a comunidade representada por suas associações, para a gestão participativa do SFMSP, quando a resposta evidenciada foi que sim, complementando que:

Foram mobilizados órgãos e profissionais que tinham trabalhos realizados na área de patrimônio e especialistas de acordo com o surgimento das demandas apresentadas. Sempre havia uma análise prévia do histórico dos atores envolvidos (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Observa-se que, considerando a definição dos critérios para as parcerias, foi realizada a seleção das instituições, dos especialistas e da comunidade, para atuarem na gestão participativa, quando complementando obteve-se o seguinte posicionamento do representante do IDES (2021):

Inicialmente foram identificados os especialistas operacionais na área de patrimônio. Buscamos a parceria com o IPHAN, SPU, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Turismo e Cultura, o IPAC, a UFBA, o SENAC e o Sebrae, que tinham especialidade em gestão de negócios. As lideranças comunitárias nas diversas representações existentes na municipalidade. O projeto foi aprovado via Lei Rouanet e o mecenas foi o BNDES (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Deve ser mencionado que, para o representante do IDES, as linhas de ação do banco orientou para as oportunidades de geração de renda, tendo o patrimônio como ativo econômico e social.

Quanto ao questionamento às instituições e aos especialistas sobre se houve atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP, obteve-se as seguintes respostas:

A Gestão Participativa tinha como objetivos 'zelar pelo monumento, a implementação e a fiscalização das ações que promovam o seu adequado funcionamento, manutenção e sustentabilidade'. Para alcance dos objetivos, grupos de trabalho foram estruturados conforme as competências de seus membros. A Secretaria de Cultura do Município e o IPAC estavam responsáveis pelas ações de Educação Patrimonial e Musealização da Fortaleza (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021).

Foram publicadas cartilhas de educação patrimonial e um livro ao final da obra, revelando toda a experiência (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Posso afirmar que sim, porém não tenho maiores detalhes acerca dessa questão. Sei que, inclusive, chegou a ser constituída uma espécie de diretoria que ficou encarregada dos primeiros passos após a entrega da obra (REPRESENTANTE DO IPHAN).

A divisão de atividades, como realização de oficinas com a comunidade local e do entorno do monumento, reuniões expositivas para atualização sobre o andamento da restauração, participação do Sebrae, para pensar sobre os custos deste patrimônio (REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE CAIRU).

Portanto, no contexto em que se insere a participação e as atribuições no processo de restauração do SFMSP, ficou claro que tanto as instituições quanto os especialistas participaram e tiveram atribuições diferenciadas, envolvendo a sua especialidade e capacitação.

3.2 Gestão Participativa no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo

Quando se trata da gestão do patrimônio público, deve-se considerar a complexidade de fatores em torno do objeto patrimonializado e a relação entre os agentes atuantes na sua preservação e gestão, o que significa entrar no campo das políticas públicas. Essas podem ser definidas como os direcionamentos pensados e organizados para a gestão dos chamados patrimônio cultural e patrimônio histórico (ETCHEVARNE; RIBEIRO, 2021, p. 1).

Nesse cenário, e dando continuidade aos questionamentos feitos às instituições e aos especialistas, num primeiro momento buscou-se identificar junto às instituições questões de ordem gerencial e estratégica. Para isso, foram feitas perguntas sobre o impacto da construção das relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local, na gestão participativa, e a existência da contribuição desta no processo de restauração do SFMSP, as quais todos os representantes das instituições foram categóricos em responder positivamente.

Esse também foi o posicionamento do Representante da Concreta (2021), especialista contratado para o processo de restauração do SFMSP, que se manifestou favorável ao questionamento. A justificativa de ambos para a assertiva advém do fato de que permite que diferentes áreas da região pudessem atuar de forma conjunta na utilização do monumento, seja a governança institucional — na gestão, a iniciativa privada — no empreendedorismo e a população local direta e/ou indiretamente – no fomento ao turismo e a cultura.

A perspectiva sobre essa afirmação, dada pelo especialista, o restaurador francês (2021), foi que a gestão buscou pensar uma forma de acesso ao SFMSP voltada não somente para a população local, mas para o entorno e, conseqüentemente, para os turistas. Ou seja, como afirmado pelo representante da Concreta (2021): “O projeto foi concebido levando em

consideração a melhor utilização por todos os envolvidos. Foi estudado o fluxo de acesso e utilização”.

No entanto, em relação ao posicionamento sobre a escolha da gestão participativa para a gestão do SFMSP ser a mais acertada, 75% dos representantes das instituições disseram que sim, enquanto que 25% salientaram que não era possível afirmar, conforme mostrado na Tabela 3. Este último, também, foi o posicionamento do representante da Concreta (*op.cit.*), que não se sentiu à vontade para afirmar e muito menos negar, por falta de conhecimento de causa de gestão do equipamento.

Tabela 3 - Categoria: Gestão Participativa no SFMSP, segundo as instituições.

	Instituições	
	N = 4	%
A construção das relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local, impactou na gestão participativa		
Sim	4	100%
Houve contribuição da gestão participativa, na restauração do SFMSP?		
Sim	4	100%
A escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?		
Sim	3	75%
Não posso afirmar	1	25%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir da pesquisa de campo em 2021.

Em relação ao primeiro questionamento, sobre as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local e impacto na gestão participativa do SFMSP, os representantes das instituições se posicionaram positivamente, justificando que:

Considero que o grande diferencial deste projeto de restauro seja o conceito de gestão participativa aplicada no projeto de restauro da Fortaleza, que tem como característica a participação efetiva de atores da sociedade civil (o setor privado de Morro de São Paulo, cujo *trade* é bastante atuante, associações de artesões e guias de turismo). Foi possível perceber a evolução do olhar para o patrimônio, nas primeiras reuniões o foco era o turismo externo e com os encontros e as oficinas a comunidade passou a apontar outros ‘lugares de memória’ que necessitam de uma ação, especialmente a visão de pertencimento da comunidade de Cairu e de todo o Território do Baixo Sul foi fortalecido (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021).

Pelo envolvimento dos três setores (REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE CAIRU, 2021), foi criada uma Associação dos Amigos da Fortaleza de Morro de São Paulo. Além de ter sido realizado um Plano de Negócios com o apoio do Sebrae e oficinas de educação patrimonial (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Considerando que a restauração do monumento buscava desde o início, como já observado, a integração com a comunidade e a transformação do monumento em uma das âncoras de desenvolvimento da região, todo o processo foi focado nessa gestão participativa que iria gerenciar — em última instância — o modelo e a ocupação do imóvel, envolvendo todos os segmentos de alguma forma interessados e existentes na região (REPRESENTANTE DO IPHAN, 2021).

Entende-se, pelas falas dos representantes das instituições questionadas, que essa gestão participativa e a escuta das demandas locais possibilitou a produção de documentos estruturantes como o Plano Museológico e o Plano de Negócios para o SFMSP.

Essas foram as justificativas para o segundo questionamento, sobre se houve contribuição da gestão participativa na restauração do SFMSP:

O processo envolveu muitos agentes e desde o início utilizou-se como metodologia a escuta das comunidades locais e do entorno do monumento, cujas falas evidenciavam a diversidade cultural local, o anseio pelo conhecimento, reconhecimento e preservação da história e das memórias locais. Importa registrar que esse olhar é que integrava o monumento ao todo (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021).

[...] foram envolvidos muitos agentes e foi dado às comunidades a chance de serem ouvidas, oportunidade em que demonstraram suas diversidades culturais (REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE CAIRU, 2021).

Envolveu-se uma grande governança nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal. A pessoas e órgãos tinham a disciplina das reuniões que foram registradas em súmulas (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Não resta a menor dúvida de que, apesar das dificuldades decorrentes de se trabalhar com um universo de pensamentos e opiniões muito grande, esse trabalho de “costurar” os ajustes é muito difícil, requer muita habilidade, boa vontade e paciência de todos, principalmente das pessoas mais diretamente envolvidas no gerenciamento, e a direção do IDES teve um papel fundamental (REPRESENTANTE DO IPHAN, 2021).

As ações realizadas para a implantação da gestão participativa no SFMSP ocorreram a partir da realização de oficinas de educação patrimonial, sendo constituído um Comitê de Monitoramento e Gestão Participativa, com a realização de reuniões que foram intensificadas nos dois últimos anos da obra, com periodicidade quinzenal (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

Corroborando com essa justificativa, o Representante do IPAC (2021) complementa que a contribuição da gestão participativa na restauração do SFMSP gerou diversas escutas, advindas das reuniões, quando foram produzidos dois projetos integrantes do Plano Museológico, a saber:

Diálogos com a Comunidade - atividade cujo principal objetivo consistia em promover a escuta junto à comunidade local e coletar subsídios para o plano museológico. **Conhecendo um pouco da nossa história** - trata-se de uma atividade complementar aos temas já trabalhados anteriormente no Diálogos com a Comunidade, voltada para professores do Município de Cairu, sendo esta etapa realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021, *grifos do autor*).

No primeiro projeto, Diálogos com a Comunidade, os encontros foram realizados em parceria com as Secretarias de Cultura e de Turismo do Município e tiveram como público prioritário a comunidade local, na qual estão inseridos: agentes culturais, associações, grupos

de terceira idade e o *trade* local. Já no segundo, Conhecendo um Pouco da Nossa História, destaca-se que foi possível realizar encontros com a rede de ensino do município em sua totalidade.

E, quanto ao último questionamento, sobre se a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada, a justificativa para os representantes das instituições que afirmaram que sim (75%), foi a seguinte:

Pessoalmente, não acredito na gestão do patrimônio sem o envolvimento da comunidade. A regularidade dos agentes locais nas reuniões é um dado que demonstra a efetividade da gestão participativa, pois mesmo com a mudança de representações nas instituições e representações locais pareceram à Gestão Participativa. Vale lembrar que a participação era voluntária e sem remuneração de qualquer espécie (REPRESENTANTE DO IPAC, 2021).

[...] a participação das comunidades locais e do entorno é fundamental para a manutenção do monumento (REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE CAIRU, 2021).

A gestão participativa foi fundamental no período da recuperação da obra. Contudo após a entrega do monumento que ficou sob a responsabilidade da SETUR juntamente com a Prefeitura Municipal a governança foi relativamente prejudicada em função das questões eleitorais e teve a sua efetividade plena afetada (REPRESENTANTE DO IDES, 2021).

É significativo mencionar que os referidos representantes das instituições entendem que ajustes deveriam ser aplicados para melhor aproveitamento das competências envolvidas.

Mas para o Representante do IPHAN (2021), que salientou não ser possível afirmar se a escolha da gestão participativa foi a mais acertada, sua justificativa foi pautada no seguinte contexto:

Infelizmente, o processo não chegou a ser efetivamente aplicado na gestão do imóvel, após a sua restauração total. As interferências e interesses pessoais e, principalmente, políticos, impediram a continuidade desse modelo de gestão, razão pela qual não ficamos sabendo se a escolha foi a mais acertada.

O Representante da Concreta (2021), especialista contratado, não justificou a afirmação.

A conclusão quanto às indagações envolvendo a gestão participativa e, reportando-se aos estudos de Rocha (2019, p. 17), no cenário brasileiro, a questão envolvendo a participação culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual: “se consagrou uma noção abrangente de patrimônio cultural, indicando as responsabilidades solidárias entre os vários entes estatais e a sociedade civil na defesa e promoção das ações preservacionistas”.

Tem-se, então, que no geral a abordagem da Constituição de 1988 possibilitou que a comunidade e demais entes se aproximassem das decisões. A Carta Magna aborda de forma clara a descentralização das administrações públicas, dando maior importância para a autonomia dos municípios, buscando incentivar a formação de conselhos locais e,

consequentemente, promover os processos democráticos no país (ROCHA; ROCHA, 2019, p. 17-18).

Entretanto, sobre essa questão, anteriormente os estudos de Salles e Azevedo (2013, p. 151) evidenciaram que

[...] a competência da política urbana transmitida ao município pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) fez com que a política de proteção do patrimônio cultural, além de uma política cultural, também se apresentasse como uma política urbana, portanto, necessariamente significativa para a função social da cidade e da propriedade urbana, devendo ser gerida segundo uma gestão democrática e órgãos colegiados.

No tratamento dispensado aos conselhos municipais, de forma específica, estes se voltam para as questões em torno da preservação do patrimônio (ROCHA; ROCHA, 2019, p. 18).

Nesse caso, os estudos de Salles e Azevedo (2013, p. 158) fazem considerações relevantes e muito pertinentes para a questão que envolve a preservação do patrimônio, trazendo o apontamento de questões tratadas como positivas, em relação à participação da comunidade nos conselhos municipais, da seguinte forma:

O levantamento das demandas e prioridades da população em relação ao seu local de vivência, deixando de ser uma atividade exclusivamente de técnicos (que podem não ser daquela cidade); **maior fiscalização pelo conselho** quanto às decisões tomadas pelo Poder Executivo e, com isso, também uma maior interação entre a sociedade e o poder público; e, a questão de que, dentre outros tantos pontos, se **estimulado pelo poder público e pela própria comunidade** que participa do conselho, este pode se revelar eficiente, com resultados a curto, médio e longo prazo para a gestão do patrimônio local (*grifos nossos*).

Assim, ao adotar como modelo de gestão para a restauração do patrimônio local a governança democrática ou participativa, percebe-se que o Comitê de Governança inovou no SFMSP, possibilitando que a comunidade, em conjunto com os entes públicos e privados, opinasse nas questões que envolveram o levantamento das demandas e suas prioridades, além de fiscalizar a implementação das decisões tomadas.

Justamente em relação ao modelo de gestão abordado por Starling (2012) como “governança deliberativa”, Salles e Azevedo (2013, p. 158) tratam os conselhos municipais como “governança democrática”, passando a existir uma relação entre Estado e sociedade civil nas tomadas de decisão, gerenciamento e acompanhamento das atividades de salvaguarda a serem realizadas, onde:

Os conselhos municipais focam a sua atuação na reivindicação da inclusão de novos atores no processo de participação e na demanda pela inserção de novos temas na agenda política. A democratização desse processo possibilita que temas como

proteção do Patrimônio Cultural, que não possui um grande apelo coletivo, como saúde e educação, possam dispor de um espaço de debate público.

Observe-se que os conselhos municipais são, em geral, compostos por representantes do poder público e da comunidade; e, não se pode negar, a existência de conflitos e problemas que tenham relação com a questão que envolve a representação de interesses comuns: a preservação do patrimônio, dentre outros aspectos, a partir de sua participação. E, considerando a participação da comunidade, para Rocha e Rocha (2019, p. 20):

A participação da comunidade nas decisões de preservação pode ser entendida também como um dos fatores que vêm ampliando as considerações no campo do patrimônio, ou seja, quando a própria população define o que considera importante para a identidade e memória do local.

Portanto, além de se atentar aos critérios estritamente técnicos, deve-se considerar a vivência e o valor afetivo, quando novos bens passam a ser valorizados e preservados, fazendo com que a ação preservacionista tenha efetividade, precisando se levar em conta a diversidade de culturas e, principalmente, a não dissociação entre patrimônio material e imaterial – entendidos como parte de um patrimônio cultural amplo (ROCHA; ROCHA, 2019, p. 23).

Os autores acima salientam, também, que a participação da sociedade civil na gestão da preservação do patrimônio tem sido considerada premissa fundamental para o sucesso da adoção de estratégias e ações, em longo prazo.

3.3 Comunidade Local X Execução da Obra no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo

No cenário brasileiro as políticas voltadas para a preservação do patrimônio sempre estiveram subordinadas às ações governamentais. No entanto, ao longo dos anos, com o intuito de melhorar a oferta dos serviços prestados, bem como promover uma melhor sensibilização da população local, vem-se buscando inserir a comunidade local nos processos que envolvem a restauração do patrimônio histórico-cultural e arqueológico, como foi o caso do processo de restauração do SFMSP.

Dando continuidade aos resultados da pesquisa, buscou-se identificar o posicionamento dos respondentes, representantes das instituições e dos especialistas, sobre alguns aspectos que envolveram a comunidade local na execução da obra do SFMSP. Junto aos representantes das instituições, 100% dos respondentes foram categóricos em afirmar que, para atender a restauração do SFMSP, foram construídas as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local (Tab.4).

O mesmo questionamento foi feito aos representantes dos especialistas, sendo que 50% disseram que sim, e os outros 50% não souberam responder, incluindo entre os que não souberam responder o restaurador francês, que se encontra fora do país, por ter retornado ao seu país desde agosto de 2016 (Tab.5).

Levando em conta o patrimônio, considera-se como fundamental o envolvimento da comunidade local, para que o bem seja valorizado e protegido, sendo necessário incluir nessas reflexões as ações de preservação do legado para as gerações futuras. No entanto, os estudos que envolvem a sociedade civil, para a sua sensibilização e conscientização, quanto às razões e os motivos de se preservar o patrimônio, comumente são realizados por intermédio de políticas públicas que devem inserir as comunidades e os agentes que se relacionam com os bens portadores da memória coletiva e da identidade cultural dos diversos grupos sociais (HORTA; MONTEIRO; GRUMBERG, 1999).

Isto posto, verifica-se que ao se envolver/inserir a sociedade civil em processos de restauração, como foi o caso do SFMSP, é preciso construir relações sociais laborais e, principalmente, institucionais, voltadas à coletividade, para que estes possam desenvolver o sentimento de pertencimento e compreender a relevância de se preservar um bem cultural.

Seguindo com os questionamentos, 75% dos respondentes, representantes das instituições afirmaram que foi pensada uma forma de acesso ao SFMSP, não somente para a população local, como para o entorno e os turistas. Porém, 25% disseram que o turista não foi contemplado com esse pensamento. Conseqüentemente, 75% afirmaram que o processo do restauro considerou a comunidade local e a incluiu no espaço do SFMSP; no entanto, 25% disseram que em parte isso ocorreu (Tab.4).

A natureza exuberante do Morro de São Paulo, representada pelas suas praias, pela diversidade de sua fauna e flora, pela sua geologia privilegiada, associada ao seu clima ameno, tornam a localidade um atrativo natural muito procurado pelos turistas, uma vez que são os atrativos naturais e culturais os grandes motivadores que levam as pessoas a saírem de suas localidades à procura de outras culturas e experiências distintas às vivenciadas em seu cotidiano, com intuito de lazer, descanso, enriquecimento cultural ou apenas contemplação (CORRÊA, 2006, p. 10).

Dessa maneira, compreende-se o significado de contemplar o turismo na localidade, tendo em vista ser um meio de fomento, emprego e renda para os integrantes da comunidade local. E, pensar nesse contexto, é refletir sobre a coletividade, pois reportando-se a Vinhas (2007, p. 17), é possível entender, também, a existência de uma relação entre cultura, localidade e turismo, numa combinação complexa de inter-relacionamentos que busca produzir os serviços, mas na observância de que:

[...] o turismo afasta-se do foco meramente economicista, e passa a ser abordado também através do foco de sociabilidade que envolve a comunidade visitada e os turistas, demonstrando que a atividade é, acima de tudo, relação humana, troca de vivências e experiências sociais e culturais, compartilhadas por todas as partes envolvidas nesse processo (VINHAS, 2007, p. 17).

Para Yáziği (2001, p. 23), o bem estar da coletividade no atendimento ao turismo é uma premissa que não deve ser deixada de lado, sobretudo, nos processos de restauração do patrimônio histórico, como o SFMSP. Assim, o autor menciona a questão que envolve a comunidade local, afirmando que:

[...] vale ressaltar que comunidade local está sendo entendida nesse estudo como o conjunto de pessoas que nasceram e viveram na localidade, bem como todos aqueles que se fixaram no território, mesmo sem ter esse vínculo original, mas mantêm uma relação afetiva com o espaço que escolherem para viver e trabalhar (YÁZIGI, 2001, p. 23).

A partir dessa afirmação, o autor acima sustenta a concepção em torno da defesa de que aos moradores da localidade, chamados de nativos, se associam todos os que têm sua vida fixa nesses lugares, mesmo que sem tanta antiguidade.

Tabela 4 - Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP, segundo as instituições.

	Instituições	
	N = 4	%
Para atender a restauração do SFMSP foram construídas as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a COLETIVIDADE LOCAL?		
Sim	4	100%
Foi pensada uma forma de acesso ao SFMSP, considerando a COLETIVIDADE LOCAL, para a população local, do entorno e turistas?		
Sim	3	75%
Para os turistas NÃO	1	25%
Com o restauro, considerando a COLETIVIDADE LOCAL, a população local foi incluída no espaço do SFMSP?		
Sim	3	75%
Não	1	25%
A história do SFMSP, com a restauração, foi preservada?		
Sim	2	50%
Em parte SIM	2	50%
Considerando a COLETIVIDADE LOCAL, houve benefícios advindos da restauração para a comunidade local e do entorno?		
Sim	3	75%
Em parte SIM	1	25%

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir da pesquisa de campo em 2021.

Inclusive, é interessante pensar qual a percepção dos moradores do Morro de São Paulo, em relação à execução das obras de restauro no SFMSP, tendo em vista se tratar de um patrimônio histórico arquitetônico da localidade. Além disso, deve ser considerado também a coletividade que envolve o entorno e os turistas, pois estes, do mesmo modo que os moradores

locais, constroem conexões, sendo que a vinculação tem relação direta com o suporte dado à identidade e memória (VINHAS, 2007, p. 17).

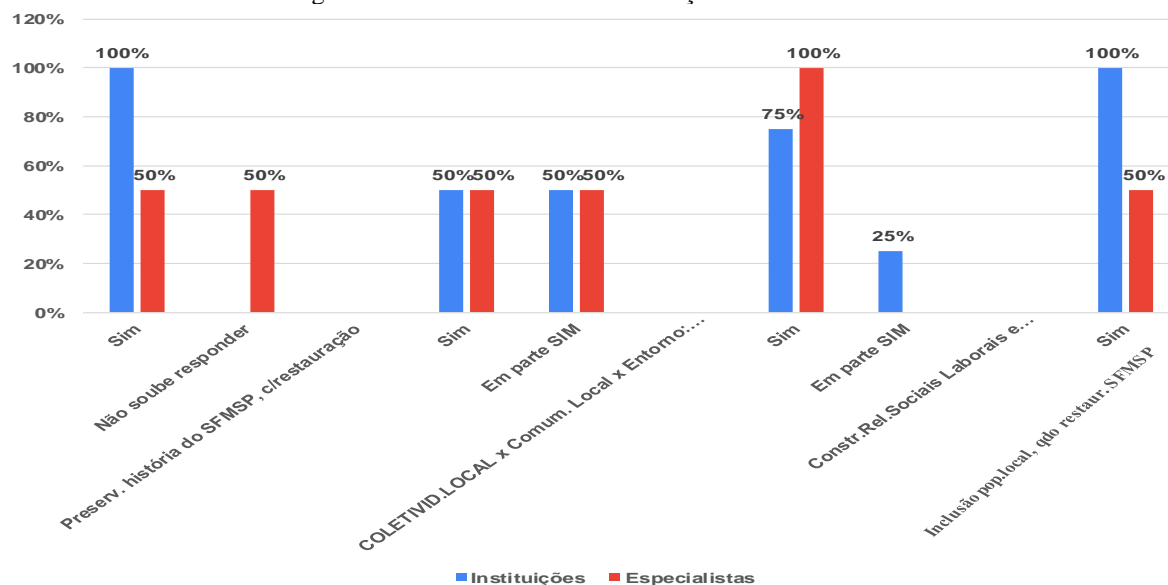
Tabela 5 - Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP, segundo os especialistas.

	Especialistas	
	N = 2	%
Com o restauro, considerando a COLETIVIDADE LOCAL, a população local foi incluída no espaço do SFMSP?		
Sim	1	50%
Não soube responder	1	50%
A história do SFMSP, com a restauração, foi preservada?		
Sim	1	50%
Em parte SIM	1	50%
Considerando a COLETIVIDADE LOCAL, houve benefícios advindos da restauração para a comunidade local e do entorno?		
Sim	2	100%
Para atender a restauração do SFMSP foram construídas as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a COLETIVIDADE LOCAL?		
Sim	1	50%
Um dos Especialista se encontra fora do país e não respondeu ao questionamento		

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir da pesquisa de campo, em 2021.

Considerando as Tabelas 4 e 5, a representação gráfica dos dados das respostas dos representantes das instituições e dos especialistas encontram-se descritos no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Representação em percentual das respostas dos Representantes das Instituições e dos Especialistas: Categoria: Comunidade Local X Execução da Obra no SFMSP.



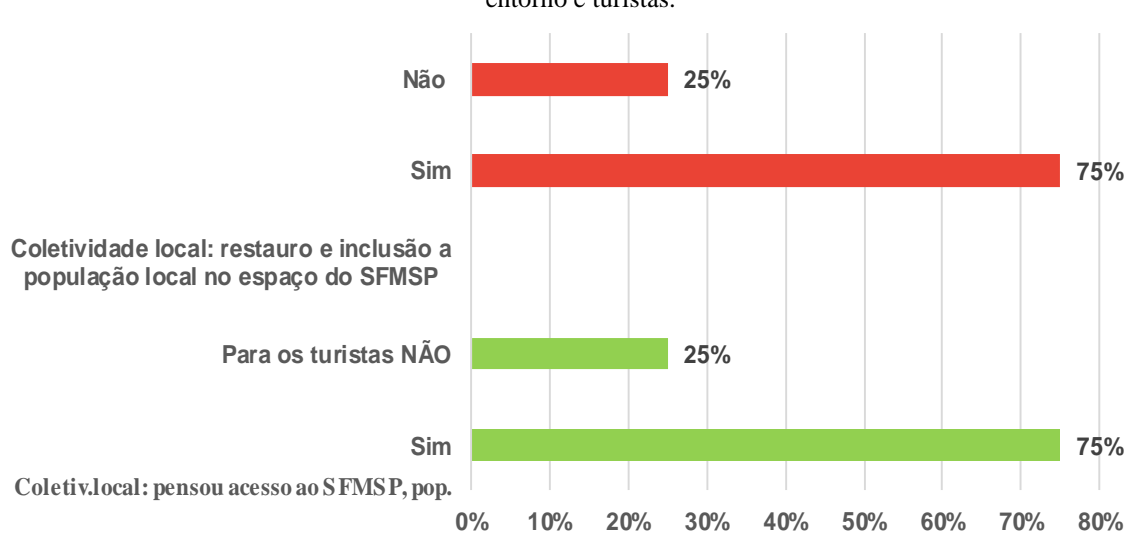
Fonte: Elaboração própria (2022).

Com as obras de restauração, foi possível observar que o antigo SFMSP se capacitou para a realização de ações que enriquecessem e evidenciassem a cultura local, estimulando o

interesse turístico, ou seja, sua estrutura, após o restauro, abriga um espaço multiuso, lúdico e educativo. A historicidade e o passado da região serão lembrados por meio de um memorial, onde serão expostos e comercializados produtos típicos, vindo dessa forma, impulsionar os empreendimentos da economia criativa: artesanato, culinária tradicional e apresentações de espetáculos artísticos. Um anfiteatro a céu aberto (desmontável) permite um calendário de eventos de música, dança e teatro, entre outras artes.

Assim, no contexto da restauração do SFMSP os benefícios culturais da localidade deveriam incluir a comunidade local e do entorno, além dos turistas. No entanto, observou-se junto às respostas dos representantes das instituições, a partir da pesquisa de campo, que isso não ocorreu na sua totalidade, conforme mostrado na Tabela 4 e representado graficamente, através do Gráfico 3.

Gráfico 3 - Representação em percentual das respostas dos representantes das instituições: Se a restauração do SFMSP pensou no acesso, considerando a coletividade local, para a população local (inclusão no espaço), do entorno e turistas.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Porém, com a restauração foram permitidas visitas guiadas de turistas ao sítio ampliado do SFMSP, compreendendo ruínas e achados arqueológicos, no Outeiro do Farol, possibilitando que os visitantes tenham acesso a conhecimentos referentes à história do monumento e ao contexto histórico da sua existência, bem como adquiram noções sobre educação patrimonial e ambiental, com a finalidade de incentivar a preservação do patrimônio histórico e arqueológico.

3.4 Trabalhos Arqueológicos no Sistema Fortificado do Morro de São Paulo

Em 19 de janeiro de 2018 as ruínas do SFMSP foram entregues restauradas à sociedade. O projeto de restauro do bem cultural teve como proposta promover o desenvolvimento de cadeias produtivas locais ligadas à cultura, ao turismo, à gastronomia e ao artesanato, sendo estabelecida uma ligação entre a preservação do patrimônio e sua utilização de maneira produtiva, objetivando o desenvolvimento sustentável local e dos municípios integrantes da microrregião Baixo Sul (LOPES e SANTANA, IDES, 2017, p.62).

No ano de 2016, antes de iniciar os trabalhos de restauração no SFMSP, a Sapiens Arqueologia, contratada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), conforme Processo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 01502.003236/2015-02 executou os trabalhos de resgate, monitoramento e educação patrimonial, objetivando identificar vestígios, artefatos e estruturas — fixas ou móveis — no local onde iriam ocorrer as obras de restauração do monumento (NOGUEIRA; JUNIOR; LABANCA, IDES, 2017, p.166).

De acordo com Nogueira, Junior e Labanca (IDES, 2017, p. 167), a investigação arqueológica na área do SFMSP evidenciou significativos contextos da ocupação do local, durante o período colonial, que foram submetidos a um minucioso processo de prospecção/escavação por causa do seu potencial arquitetônico, histórico e arqueológico. Esse processo de prospecção proporcionou uma visão abrangente sobre a Fortificação Militar Lusitana, edificada no Morro de São Paulo.

Segundo Bicho (2012, p. 85), a investigação arqueológica deve ser fundamentada a partir do trabalho de campo, o qual deve estar apoiado em um corpo teórico, pois a teoria só deve ser desenvolvida se puder ser aplicada sobre os dados arqueológicos empíricos resultantes das prospecções e/ou das escavações realizadas em campo, sendo a concepção metodológica da arqueologia e sua fundamentação teórica inseparáveis.

Boado (2012, p. 56), apresenta uma abordagem da arqueologia no período moderno, a partir do exercício da pesquisa, o que possibilitou ao autor a apresentação de metodologias científicas relevantes, citando o método hipotético-dedutivo, para aplicação na área da arqueologia. Dessa maneira, o autor reflete como as correntes teóricas foram absorvidas no âmbito da arqueologia e compreendidas como positivismo e funcionalismo, questionando como surgiram, quais as principais linhas de pensamento, pensadores e críticas.

Nesse contexto, tendo como base o conhecimento do objeto de estudo, e da matéria que o liga a um passado, o arqueólogo inicia um exercício analítico, classificando e interpretando o

artefato nas circunstâncias em que foi encontrado. São as suas conclusões, baseadas a partir do objeto analisado, que contribuem para a compreensão do tempo passado. (BOADO, 2012, P. 56)

Deste modo, a arqueologia se configura como uma ciência que contribui para a construção da memória coletiva, definida por Halbwachs (1990) como uma memória construída em conjunto, dentro do grupo comunitário em que nos inserimos. Essa memória pode ser construída a partir das nossas vivências em comunidade, sendo o primeiro grupo por excelência a família, ou podemos alcançar uma memória histórica cujo testemunho é produzido de forma indireta. Mas para que a cultura material possa contribuir como elemento mnemônico, é necessário construir um conjunto de normas que viabilizem a preservação das reservas arqueológicas existentes e, principalmente, tenham uma gestão que lhe permita no futuro compreender o passado.

E para dar conta das demandas que envolvem as diferentes facetas do patrimônio cultural de uma localidade é indispensável que os mesmos sejam contextualizados em termos das dimensões espaciais e temporais, considerando as características do patrimônio cultural, pois, reportando-se ao SFMSP, objeto desse estudo, é necessário atentar para as duas dimensões do patrimônio cultural — espaciais e temporais —, que requerem diferentes estratégias de preservação, adequadas às suas especificidades. Essa adequação tem implicações sociais, políticas e culturais, atendendo à demanda por reconhecimento das “formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver” como patrimônio cultural brasileiro.

Portanto, é preciso compreender o contexto do conjunto de normas, práticas e organizações formais de preservação e proteção, que se constituem a partir de conexões estabelecidas entre distintos atores e organizações formais (BOADO, 2012). Contingências, divergências, disputas, negociações, dissenso e consenso dão o tom dessas relações, sendo preciso lançar um novo olhar, voltado para o campo científico, mas que, de forma gerencial e crítica, conforme mostrado nos estudos de Lima (2011), vem a ser transparente à sociedade, valendo-se dos preceitos da gestão participativa do patrimônio, identificando na vida diária da localidade os processos sociais mais amplos e apropriados.

Para tanto, conforme descrito por Boado (2012), o ponto de partida consiste em entender as relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo, abrangendo a teoria do conhecimento, descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história.

Ainda de acordo com Boado (2012), a Arqueologia é uma ciência social que se ocupa em compreender ou obter informações sobre as sociedades e as formas antigas de organização

humana, por meio do estudo direto de evidências históricas. O mais comum é que os estudos sejam empreendidos por pesquisas sobre o solo e materiais arqueológicos móveis ou imóveis que foram soterrados ao longo do tempo.

Isto posto, os trabalhos arqueológicos no SFMSP, realizados pela Sapiens Arqueologia, se iniciaram a partir da observação dos processos de alteração da paisagem, relacionados ao uso e à ocupação do solo no local, bem como à disposição espacial da engenharia militar portuguesa, validando a adoção da divisão do sítio em setores, para o resgate arqueológico, prevendo a cobertura de domínio e o potencial informativo do espaço (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.30). De acordo com Fernandez Martínez (1989, p. 71):

O viés científico para uma escavação histórica nessa área, onde, evidentemente podemos observar suas cotas positivas, é também entender os vazios históricos através da arqueologia, entender as relações cronológicas culturais através dos vestígios móveis e imóveis que podem ser observadas na estratigrafia.

Em vista disso, a aplicação da metodologia para a elaboração dos resultados contemplou um significativo universo amostral nas unidades do sistema militar, através de intervenções verticais e horizontais (sondagens, trincheiras e ampliações) que foram classificados como ‘Setores’, objetivando, como mencionado, entender a dinâmica crono-estratigráfica das áreas de intervenção arqueológica (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.30 e 31).

Segundo Albuquerque (2007), o intuito dos trabalhos de resgate, de uma forma geral, não se referem apenas à retirada das evidências culturais do subsolo, mas pretendem entender o sistema fortificado, sendo este objeto de estudo um vestígio cultural, ou seja, um patrimônio nacional que se encontra em cotas positivas.

A compreensão do contexto arqueológico no SFMSP, ocorreu através da identificação dos processos pós-deposicionais que agiram sobre as evidências, e se relacionaram a períodos de fixação, reconstruções, ampliações, abandonos, reutilização em períodos que vão do colonial ao recente. Verificou-se que há uma associação direta entre a documentação oficial e os períodos de intervenção no sistema fortificado, que, neste caso, a arqueologia apresentou características como as superposições, antes e a partir do piso histórico, onde os artefatos apresentam uma sequência de deposição nos estratos do solo (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.31).

Assim, as ações de escavação e resgate nos sítios arqueológicos do SFMSP se concentraram nas áreas que iriam receber as obras de restauração programadas pelo Instituto

de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia – IDES. Essas localidades foram denominadas de setores, listados abaixo:

- Setor I, área interna do Corpo da Guarda;
- Setor II, área externa do Corpo da Guarda;
- Setor III, Bateria Nossa Senhora da Conceição;
- Setor IV, Praça das Armas do Forte da Ponta;
- Setor V, área externa do Forte da Ponta.

No que tange à delimitação da área de escavação, o pressuposto é preservar o patrimônio, onde, reportando-se ao que foi afirmado por Vinhas (2007, p. 25): “o patrimônio faz parte de um mecanismo ideológico de identificação, de reconhecimento e construção de uma identidade [...]”; sendo necessário que os elementos sejam concretos e que possam inscrever em si um tempo e uma estruturação social, a partir do contexto científico, ligando teoria e prática. Por isso, a relevância do trabalho arqueológico, nas obras de restauração do SFMSP.

Como já mencionado, o entendimento dos contextos ocorre através da identificação dos processos que agiram sobre as evidências. Acredita-se que exista uma associação direta entre a presença dos aterros com a disposição dos setores e bens móveis encontrados. Não são todos os locais do sistema fortificado que os aterros seguem um padrão, algo lógico do ponto de vista de tempo de duração da sua construção (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 32).

Portanto, nos setores escavados do SFMSP, os estratos apareceram em camadas, umas áreas com poucas e outras chegando até dezessete camadas, sendo que o interesse dessas observações foi analisar os pisos de ocupação e camadas de sobreposição, assim favorecendo datações relativas. Com frequência se pode observar os aterros históricos e os recentes. Como veremos adiante, nos trabalhos de cada setor, cada camada representa porções de terraplenagem com pedras, cascalhos, areia ou terra. A interpretação desses aterros ajudou no entendimento do uso da falésia e das rochas locais (área costeira) para a instalação do empreendimento militar português (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 31).

Conforme Relatório Final da Sapiens Arqueologia (2019, p. 32), em campo, os cinco setores listados acima e contemplados para os trabalhos arqueológicos receberam os seguintes procedimentos:

- Observação através de registros fotográficos aéreos realizados pelo uso de drone;

- Abertura de trincheiras e sondagens para verticalização e horizontalização, com larguras e comprimentos variáveis;
- Coleta de bens móveis nos estratos escavados por grupo seguido de Número de Proveniência – NP;
- Todo material recolhido, de forma individual ou em grupos, recebeu um Número de Proveniência (NP) registrado em ficha, onde consta também o nome do sítio, o setor, o nível, o tipo de material, a data e o responsável pela coleta;
- Realização de escavações amplas nos cinco setores do sistema fortificado para entendimento dos aterros, pisos e posicionamento dos artefatos arqueológicos;
- Escavações seguindo a deposição dos aterros, pisos e posicionamento dos artefatos arqueológicos;
- Todo material retirado foi peneirado em malhas de 3 mm ou 5 mm no local;
- A localização das peças mais significativas foi também, na medida do possível, registrada e desenhada em planta-baixa com a indicação das respectivas profundidades;
- Foram feitos desenhos dos perfis dos diferentes setores, onde também foram registradas, além da estratigrafia, a textura e a coloração do solo, de acordo com Tabela Munsell Soil-Color Charts;
- Todos os setores foram georreferenciados, promovendo a produção gráfica da planta de cada área (setor) estudado.

SETOR I (Corpo da Guarda – Área Interna)

A área apresentou três cômodos com características e funções distintas. A partir dos trabalhos de arqueologia foram revelados pisos, aterros e períodos de utilização dos cômodos, que vão desde a sua fundação até a atualidade. A planta e os cortes realizados pela obra, nesse Setor, precisaram de alguns ajustes, tendo como base as escavações arqueológicas, visto que possuíam incoerências pontuais no projeto arquitetônico apresentado para a restauração, pois os trabalhos arqueológicos apresentaram padrões que estavam em cota negativa, ou seja, abaixo dos sedimentos (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 33).

Para retratar adequadamente cada área evidenciada no Setor I, elas foram divididas em Sala I, II e III.

A Sala I, se encontrava dividida em dois níveis, contendo escoras para segurar o teto do cômodo dos oficiais, e que, por segurança, a escavação total não foi efetuada nessa área. Por isso, as intervenções foram realizadas em um pequeno espaço, localizado em um nível mais elevado, que possivelmente tenha sido o dormitório de quem detinha a maior patente dentro do

cômodo dos oficiais. A sondagem foi escavada com 1 m de largura, por 5,4 m de comprimento e 1,5 m de profundidade, viabilizando o entendimento da fundação, do piso e as funcionalidades do espaço (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.35).

Figura 37 - Escavação da Sala I, que se encontrava com escoras para sustentar o teto.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

A partir da estratigrafia exposta pela escavação, nessa sala, compreendeu-se os aterros e as reocupações do local. A 90 cm de profundidade, o piso histórico, tipo calçamento em seixos, foi evidenciado e, com as cotas produzidas pelo equipamento chamado estação total, constatou-se que os pisos estavam em um mesmo nível e que os reusos ou reocupações da sala subiram esse nível. Além disso, as cotas e a escavação evidenciaram que a última porta registrada no levantamento arquitetônico na realidade se tratava de uma janela (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.35).

O local utilizado para guardar a farinha da guarnição física do SFMSP, que se denominava Tulha de Farinha, foi nomeada Sala II.

Nessa sala, os estratos foram retirados em matrizes com a intenção de compreender as sobreposições e salvaguardar os registros considerados arqueológicos. A delimitação das quadrículas envolveram toda a metragem da sala e mediram 1 m x 1 m. O sedimento da primeira camada foi retirado em formato de tabuleiro para que facilitasse a observação dos níveis seguintes, onde as interferências relacionaram a sala em unidades estratigráficas, a partir de um esquema de fácil compreensão e que expõe a deposição e formação do registro arqueológico.

O piso tipo calçamento em seixos demonstrado no aposento tem relação com as cotas do piso histórico evidenciado na Sala I (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 36).

Figura 38 - Retirada da primeira camada do sedimento, em formato de tabuleiro.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 39 - Piso calçamento em seixos, evidenciado após as escavações na Sala II.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

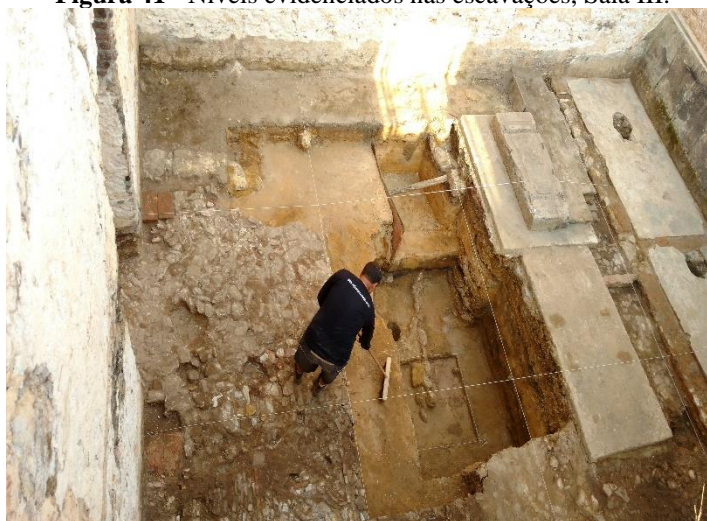
O local nomeado Armazém de Armamentos foi chamado Sala III. A intervenção arqueológica nessa sala foi total e no cômodo foi revelada a maior sequência deposicional de todo o sistema fortificado. Assim, a metodologia para iniciar as escavações não poderia ser a mesma das outras duas salas, pois no aposento já tínhamos as primeiras matrizes de ocupação, ou seja, unidades estratigráficas. Dessa forma, para identificar as sobreposições, a primeira camada de areia foi removida e toda a área da sala delimitada em quadrículas, que não pretendiam atender a padrões metodológicos, devido à sala ser o próprio demarcador do ambiente das intervenções. Diante disso, as intervenções objetivaram revelar as conexões possíveis, e não arbitrárias (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 42).

Figura 40 - Unidades estratigráficas evidenciadas na Sala III.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 41 - Níveis evidenciados nas escavações, Sala III.

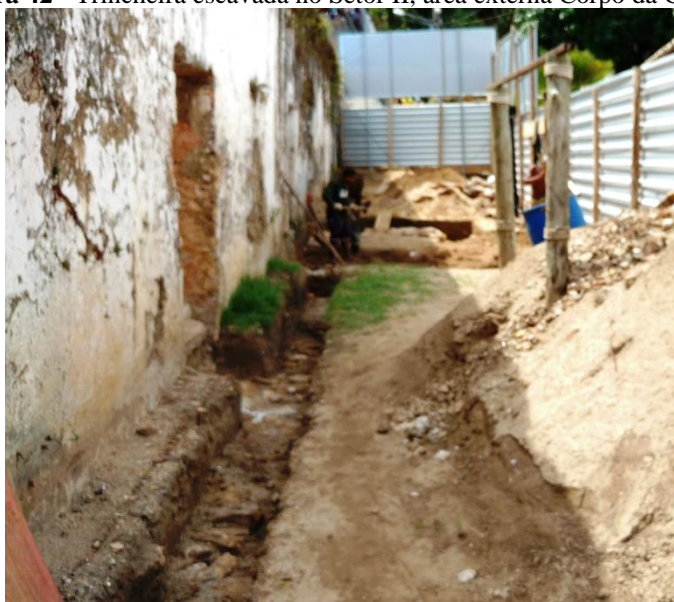


Fonte: Marcia Labanca, 2016.

SETOR II (Corpo da Guarda – Área Externa)

Na área externa do Setor II, próximo à edificação, foi realizada a escavação de uma trincheira, medindo 0,50 m x 27 m. Essa trincheira pretendeu interpretar de que modo os aterros e pisos se relacionavam com a construção. Para isso, foi preciso a ampliação da trincheira, que não seguiu a estrutura de quadrantes e evidenciou o piso histórico que se relaciona com a estrutura. A partir da estratigrafia verificou-se que a primeira camada de aterro histórico estava a 30 cm de profundidade e foi usado para a obra do corpo da guarda (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.50).

Figura 42 - Trincheira escavada no Setor II, área externa Corpo da Guarda.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

O piso de pedra, do tipo calçamento em seixos, evidenciado demonstrou ser apropriado para o transporte de tração animal e para a movimentação de aparelhagens bélicas. As pedras têm formatos irregulares e possuem até 30 cm de diâmetro. Além disso, as escavações da trincheira revelaram a janela feita com detalhes de cantaria, o batente das portas, e chegaram até as fundações da estrutura do corpo da guarda (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 51).

A ampliação da trincheira ocorreu em duas direções, uma bem próxima à edificação do corpo da guarda, para que fosse possível interpretar como as entradas das portas se comunicavam com o piso da área externa, e a outra em direção à muralha. A expansão para o lado do mar (muralha) revelou o piso tipo calçamento em seixos circundando a construção e prosseguindo pela trilha da muralha. Além disso, durante a abertura da trincheira foi

evidenciada uma estrutura, em frente à porta de entrada do corpo da guarda, que, após a ampliação da escavação, verificou-se ser essa estrutura mais alta que o piso existente em suas laterais, sendo, provavelmente, um tipo de varanda que deveria indicar a entrada da edificação (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 51).

Figura 42 - Ampliação da trincheira Setor II, área externa Corpo da Guarda.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

SETOR III (Bateria Nossa Senhora da Conceição ou Forte Velho)

O Setor III se localiza entre o Corpo da Guarda e o Forte da Ponta, estando conectados pela Trilha da Muralha. As atividades realizadas nessa área puderam evidenciar que o piso tipo calçamento em seixos cobre todo o espaço da muralha e é mais antigo que a plataforma de canhões, visível nessa bateria (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.56).

As intervenções arqueológicas nesse setor optaram pelo mesmo sistema utilizado no Setor I, Sala III, onde a totalidade da bateria foi evidenciada horizontalmente em seus níveis, observando as unidades estratigráficas, sem a utilização de quadrículas, pois todos os registros foram executados pela equipe da topografia que acompanhou cada nível escavado. A intervenção arqueológica escavou a área em sua superfície ampla (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 56).

Figura 43 - Escavações horizontais, evidenciando as unidades estratigráficas da Bateria da Conceição.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

SETOR IV (Praça das Armas - Forte da Ponta)

A Praça das Armas integra o Forte da Ponta, que também é nomeado de Forte do Facho ou Forte São Paulo. As intervenções arqueológicas foram realizadas no piso localizado na área externa do forte, denominada pelo levantamento arquitetônico de Praça das Armas (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 68).

Nessa área utilizou-se o mesmo procedimento aplicado nas intervenções arqueológicas do Setor I - Sala III e Setor III, nos quais toda a praça foi evidenciada horizontalmente em seus níveis deposicionais, contemplando as unidades estratigráficas. Porém, foram feitas quadrículas e a equipe da topografia realizou os registros e acompanhou a escavação de cada nível. A intervenção arqueológica escavou a área em sua superfície ampla, ou seja, toda a praça foi escavada (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 69).

A demarcação contemplou 50 quadrantes, com medida de 2 m x 2 m cada, abrangendo 200 m² da área total. Fora da área demarcada, efetuou-se ampliações na continuidade dos pisos, até atingir as laterais da praça, deixando sempre pequenas paredes de testemunho estratigráfico vertical, para que fosse possível a comparação com os outros cantos da praça, após as intervenções (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 69).

Figura 44 - Área da Praça das Armas, evidenciada horizontalmente, contemplando as unidades estratigráficas.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

As pedras em arenito evidenciadas no calçamento da praça é um padrão construtivo de piso histórico chamado calçamento em laje, bem diferente do calçamento em seixos encontrado nos outros setores e na trilha. A justificativa para a utilização desse novo modelo, segundo os relatos historiográficos, é que o Forte da Ponta provavelmente tenha sido um dos últimos empreendimentos militares construídos no Morro de São Paulo, no século XVIII (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p.71).

SETOR V (Terrapleno – Área Externa do Forte da Ponta)

O Setor V compreende a área externa da edificação do Forte da Ponta. Possui grande dimensão e faz limite com a encosta. Ademais, nesse Setor percebe-se o intenso desempenho militar português no Brasil colonial (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 82).

No período das escavações no local, foi possível observar que o Setor V não se configura como entrada ao forte, mas sim como um terrapleno construído para o combate, ou seja, é parte contígua à Praça das Armas, em que terrapleno é semelhante ao aterro, utilizando-se de sedimentos para preencher uma porção de terreno e nivelar o solo, formando um terraço, que, na arquitetura militar, se denomina Praça das Armas. Porém, no Forte da Ponta essa área externa

possivelmente tenha sido usada para a mobilização de soldados ou algo parecido (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 82).

Nesse Setor, durante a execução, foi verificada a ineficiência da metodologia sugerida ao IPHAN-BA, em que seriam escavadas trincheiras e feitas ampliações a partir delas. Em seguida, buscou-se encontrar o piso, evidenciando as fundações da estrutura, ação que permitiu revelar o piso externo do terrapleno, possibilitando as intervenções arqueológicas de forma segura (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 85).

Conforme os trabalhos executados nos demais setores, no Setor V as escavações horizontais priorizaram os níveis deposicionais. Não foram utilizadas quadrículas e a unidade de pesquisa foi delimitada com marcações em barbantes.

Apesar de a metodologia ter identificado outros recursos, deve-se reconhecer que as cronologias arquitetônicas necessitam de avaliações múltiplas e conectadas, pois as ações aprovadas em projetos de resgate arqueológico não são infalíveis. Portanto, um método que objetivava encontrar a cultura móvel precisou driblar os imprevistos e buscar novas formas de consolidar o conjunto construtivo que serviu de base para as tropas militares da colônia (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 85).

Assim, as novas sondagens foram realizadas considerando superfícies amplas, em que os pisos apareceram, proporcionando algum entendimento sobre a área. A primeira intervenção, medindo 2,5 m x 10 m, evidenciou a drenagem junto às paredes; as pedras do piso (calçamento em laje, mesmo piso do Setor IV), dispostas para formarem uma rampa com acabamento em argamassa vermelha; a presença de rochas calcárias naturais, que faziam o acabamento do piso; a argamassa vermelha, distribuída a 6 m, mais à frente das paredes e acima do aterro, feita com sedimentos da encosta, sem evidência de pedras. Quanto ao uso da argamassa em cima do aterro, pode-se pensar que futuramente as pedras seriam instaladas acima da massa friável, com o intuito de expandir o piso, ou que essa argamassa seria usada junto com areia para nivelar o piso (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 86).

A segunda sondagem foi executada na parede leste do forte, próximo a uma seteira ou balestreiro, que é uma abertura vertical utilizada na arquitetura militar como um vão de tiro, guarda e observação do pátio. Essa escavação pretendeu observar as fundações, as cotas de altura em relação à parede sul, se o piso tinha outras conexões no terrapleno e, principalmente, se existia alguma drenagem entre o suporte de bacia e o vão, algo que de fato tinha. Assim, o piso evidenciado na sondagem mostrou a preocupação com a drenagem e com a formação de canaletas que conduziam a água para outro ponto do terrapleno (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 88).

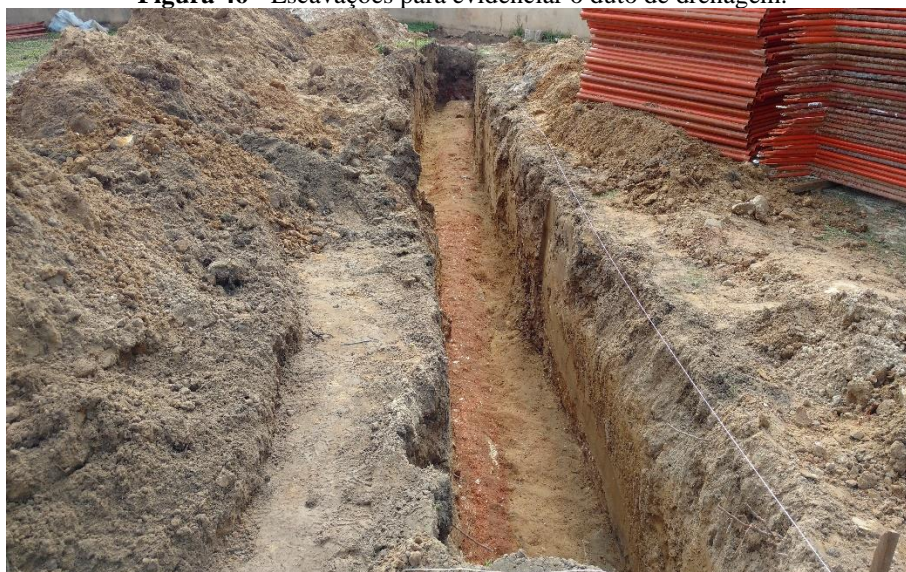
Verificamos que nas duas sondagens acima as cotas tendiam para uma drenagem no sentido leste. Assim, o piso teria que drenar a água para algum lugar dentro ou fora do pátio. A única saída de água se localizava no final da muralha, junto à encosta, por isso foi feita uma sondagem na direção dessa saída, onde foi encontrado um duto, até então sem nenhum registro arquitetônico antigo ou atual. Os trabalhos arqueológicos evidenciaram todo o duto e seus cortes verticais, que apresentaram em sua extensão 4 camadas deposicionais, 3 naturais e uma histórica. O duto tem início a partir de uma Caixa ou Poço de Visita (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 92).

Figura 45 - Caixa ou poço de visita, evidenciado nas escavações do terrapleno do Setor V, onde o duto de drenagem tem início.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 46 - Escavações para evidenciar o duto de drenagem.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 47 - Saída do duto de drenagem na praia, Setor V.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

As escavações do Setor V não seguiram o rigor dos níveis artificiais, pois o propósito era chegar no nível da estrutura, ou seja, as intervenções chegaram no duto e o acompanharam até o Poço de Visita, cuja função é possibilitar o acesso de volumes hídricos e canalizá-los, além de compreender sua conexão com o piso (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 98).

Dessa forma, as análises propostas foram atendidas em todas as áreas do SFMSP, sendo acatado também a obrigatoriedade do monitoramento arqueológico para salvaguardar todos os vestígios culturais que por ventura estivessem nas áreas de implantação da obra de restauro, e que não foram detectados pelos métodos de amostragem implementados no resgate arqueológico. Os arqueólogos envolvidos no trabalho de restauração do SFMSP entendem que, para proteger e compartilhar o patrimônio, é necessário adotar estratégias de gestão que possam definir e monitorar as fronteiras do monumento, além de cuidar do ambiente que o cerca.

Todavia, na teoria brandiana é possível compreender que a restauração consiste na intervenção com função de reativar a eficiência de um produto feito pelo homem, configurando-se como seu primeiro corolário, na afirmativa de que somente se restaura o que é obra de arte e, dessa forma, somente é vista como tal a partir do seu reconhecimento como uma. O pressuposto da abordagem de Brandi é que as obras de arte são todos os objetos e produtos de testemunho da atuação humana em um certo tempo e lugar, incluindo a historicidade — testemunho histórico —, a estética — seu estilo artístico — e por ser uma obra de arte (BRANDI, 2008). Não diferente, Dvorák (2008) apresenta seu olhar crítico acerca do

patrimônio enquanto bem coletivo, tendo em vista carregar em si não somente a expressão dos valores, mas de sentimentos, resultado direto do “espírito” de uma nação.

Face ao exposto, a partir dos serviços arqueológicos realizados no SFMSP, nas áreas descritas acima, foi possível entender que os trabalhos de pesquisas científicas mostraram um quadro arqueológico de alto potencial informativo nas camadas evidenciadas nos setores.

O conhecimento produzido remeteu às estruturas, pisos presentes e vestígios recuperados, os quais trouxeram novas perspectivas, hipóteses, informações e reflexões sobre os modos de produção, pensamentos sociais de época, paisagens circundantes, modelos construtivos, usos militares, interesses econômicos e culturais observados nos setores, enfim, novas possibilidades de pesquisa com as descobertas realizadas no SFMSP.

Portanto, a restauração deve ser entendida como um processo coletivo, sustentado por profundos conhecimentos, considerando o ponto de vista da técnica a ser empregada, e o aspecto humanístico, além de dominar a história, estética, filosofia e dimensão sociocultural, pois sem estes fatores torna-se impossível assegurar a legitimidade das escolhas efetuadas nos procedimentos de restauro (BRANDI, 2008).

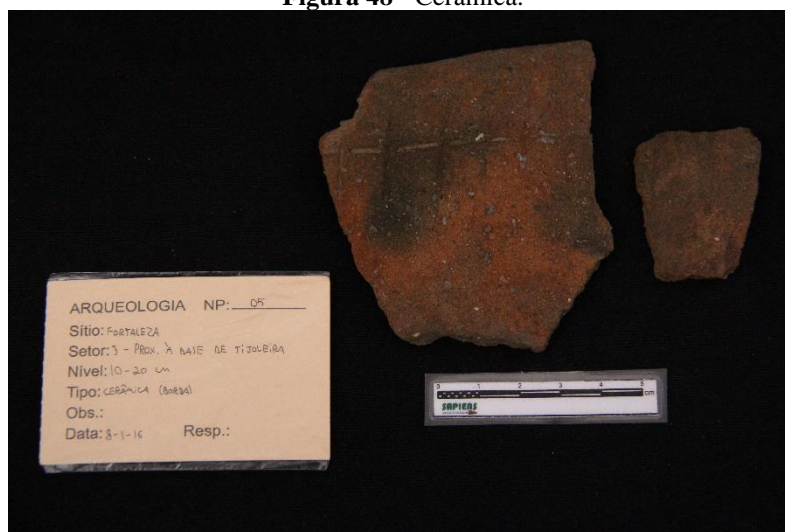
De acordo com Costa (2019, p. 108), para o entendimento sobre a preservação do patrimônio arqueológico, a partir da perspectiva sociocultural, é preciso considerá-lo fundamental à humanidade, pois abrevia de forma física e simbólica a própria diversidade da existência humana, em que o patrimônio é responsável por criar um elo constante entre o passado, o presente e o futuro. Sendo entendido por sua autêntica missão de herança social, devendo estar sua preservação e uso sempre voltados para a sociedade.

Assim, reportando-se aos estudos feitos por Brandi (2008) tem-se que a restauração é um ato crítico-cultural do presente e, nesse contexto, se condiciona pelas normas do presente, as quais não devem ser esquecidas ou deixar de lado a responsabilidade que o ato de restauro traz em si, tanto para sua própria geração quanto para as seguintes, fato que deve ser fortalecido com as escavações arqueológicas.

Para Azevedo Netto e Souza (2010), a arqueologia pode ser considerada como a disciplina que tem por objeto de estudo os artefatos produzidos e utilizados pelo homem no passado. Todavia, de um ângulo mais tradicional, essa relação era vista somente como uma aproximação entre a arqueologia e a ciência da informação, principalmente no que diz respeito aos aspectos de registro e recuperação da informação. Ou seja, a informação passa a ser vista como um fenômeno inerente à prática humana, ligando-a aos aspectos socioculturais em que essa informação é produzida, como no SFMSP. E o pensar na coletividade e no local é de fundamental importância, para que a comunidade se sinta incluída no espaço.

Os bens móveis, descritos pela pesquisa arqueológica, revelaram possíveis costumes da sociedade da vila. Nos cinco setores analisados, foram encontrados cerâmicas neobrasileiras e cerâmicas vidradas, cachimbos (barro), louças de esmalte branco, faianças finas, pintadas com faixas, frisos e motivos florais. Entre as peças de uso militar destacam-se as balas de canhão, pois foram os vestígios evidenciados em maior quantidade, os balins/balas pequenas de chumbo, os botões de fardas, e registrados os canhões. Além de pregos e cravos, vidros, correntes com elos, entre outros (RELATÓRIO FINAL, SAPIENS ARQUEOLOGIA, 2019, p. 209).

Figura 48 - Cerâmica.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 49 - Cerâmica vidrada.



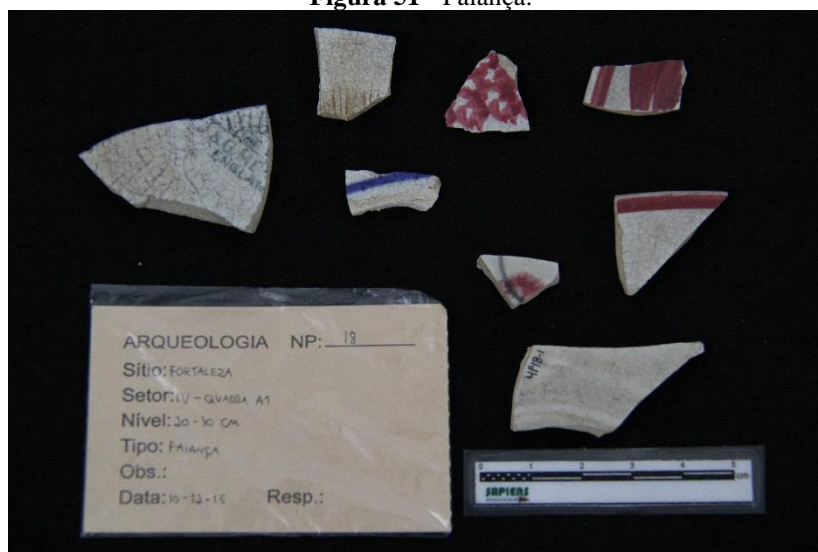
Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 50 - Louça.



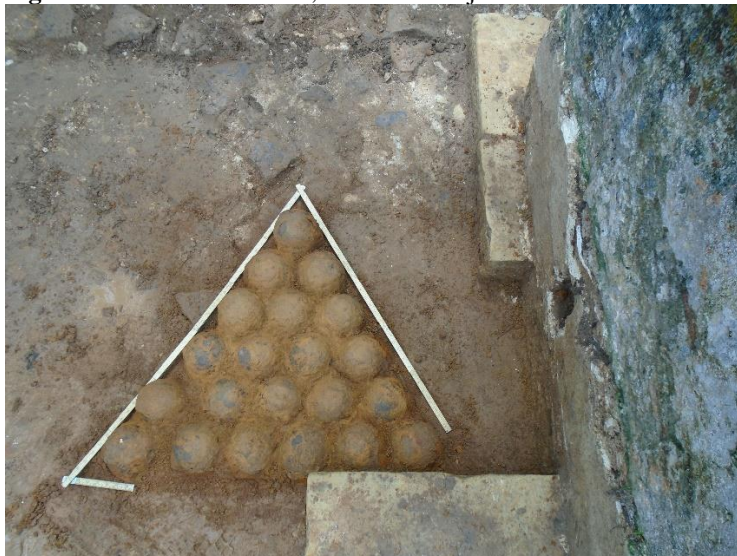
Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 51 - Faiança.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 52 - Balas de canhão, evidenciadas juntas em forma de bilhar.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 53 - Balins (balas pequenas de chumbo).



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 54 - Balas de canhão em diversos tamanhos.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 55 - Botão de farda.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 56 - Canhão e bala de canhão.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 57 - Pregos e cravos.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

Figura 58 - Correntes com elos.



Fonte: Marcia Labanca, 2016.

Figura 59 - Peça de jogo elaborada a partir de fragmento de faiança.



Fonte: Arquivo Sapiens Arqueologia, 2016.

3.5 Resultado da Restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Bahia

Ao considerar a pesquisa de campo, observamos que o Estado, ao assumir a função de gerenciador do patrimônio cultural, tem realizado uma atuação deficiente, em que uma parcela dos monumentos históricos sob sua tutela se encontra em ruínas ou desabaram, muitas vezes por falta de manutenção, o que ocasiona a destruição de nossos bens patrimoniais. Isso tem como causas o desconhecimento, a carência de especialistas, a falta de verbas e a própria burocracia imposta, especialmente no que se refere à preservação da cultura material. Dessa maneira, pode-se perceber que falta ao Brasil incentivar a participação da sociedade no processo de gerenciamento e preservação do patrimônio. (ETCHEVARNE; RIBEIRO, 2021, p. 123).

Assim, devido a esse cenário, que segue na contramão de outros países, a iniciativa privada raramente investe em áreas culturais, fazendo com que o Estado seja o principal mantenedor de nossa “cultura material” (ETCHEVARNE; RIBEIRO, 2021, p. 124).

Portanto, a formação cultural brasileira tem sido matéria de discussão em vários campos de estudo, como da história, da filosofia, da sociologia, da antropologia, da arqueologia, entre outros (FRONER,1995), principalmente, nas questões relacionadas com o patrimônio público e, sobretudo, no que diz respeito à fiscalização, que deve ocorrer através da transparência: a governança. No que concerne à gestão do patrimônio arqueológico, o pressuposto consiste na sua área de atuação, no papel dos diferentes segmentos e instâncias, na sua estrutura e vertentes, considerando as ações desenvolvidas e fatos expressivos que pontuam o histórico recente desta área emergente (HARVEY, 2005).

No entanto, em muitas áreas históricas, depois de ações de preservação isoladas, seguiu-se um período orientado essencialmente para a conservação e revitalização, cujos resultados evidenciavam um protagonismo das políticas urbanas para a recuperação do patrimônio edificado e a valorização do espaço público, focada, sobretudo, em reforçar a atratividade econômica, integrando os espaços antigos com as funções da “nova” cidade, gerando, conseqüentemente, um novo modelo de gestão do tipo empresarial (HARVEY, 2005).

Nesse contexto, e mesmo com algumas discordâncias por parte dos representantes das instituições que atuaram na restauração do projeto arquitetônico do SFMSP, o objetivo geral elaborado para restaurar e adequar o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, visando à preservação do patrimônio e sua utilização de forma produtiva, com a implantação de espaços para a disseminação da cultura e tradição regional, foi atingido.

Figura 60 - Forte da Ponta, em ruínas.

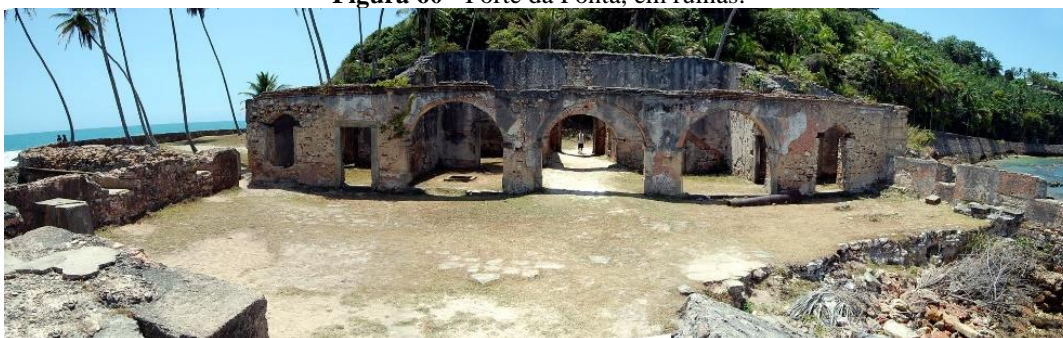
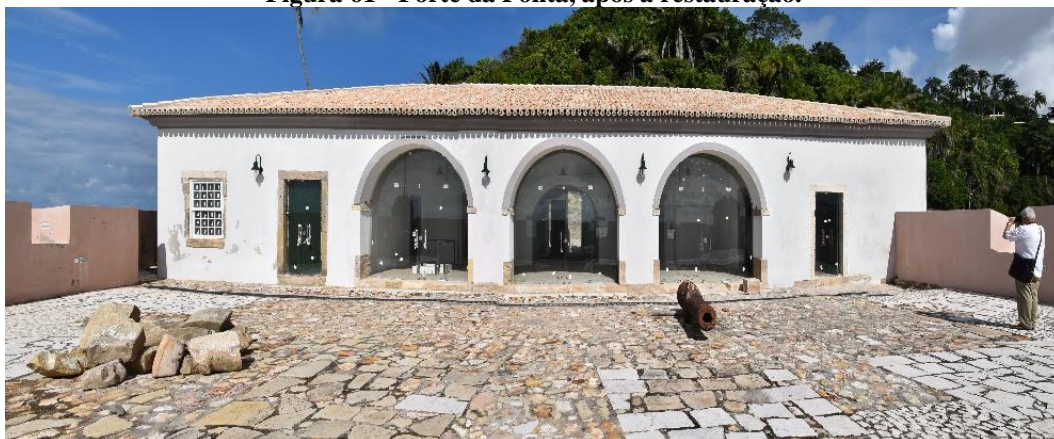
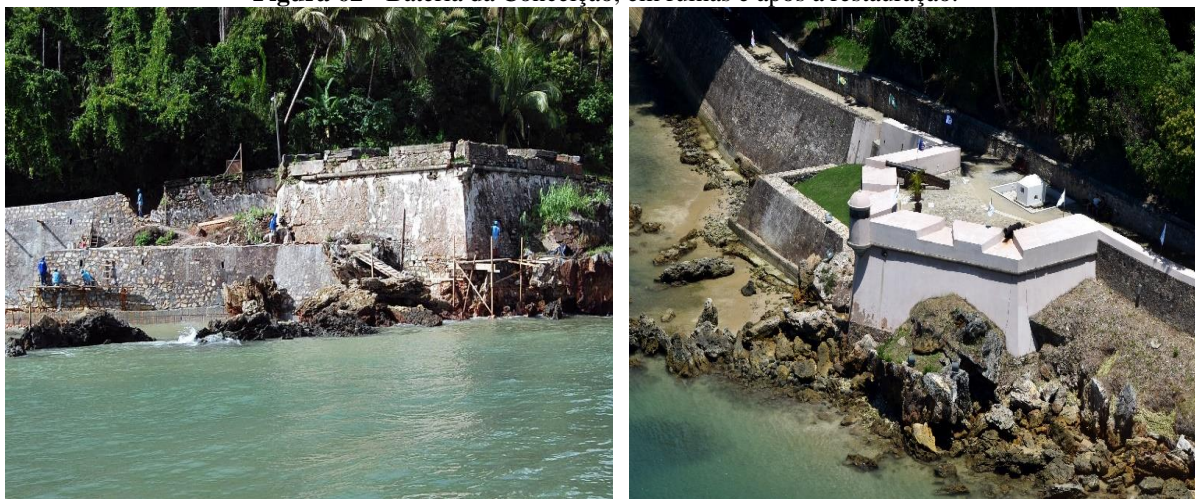


Figura 61 - Forte da Ponta, após a restauração.



Fonte: Francisco Santana, 2008; 2017.

Figura 62 - Bateria da Conceição, em ruínas e após a restauração.



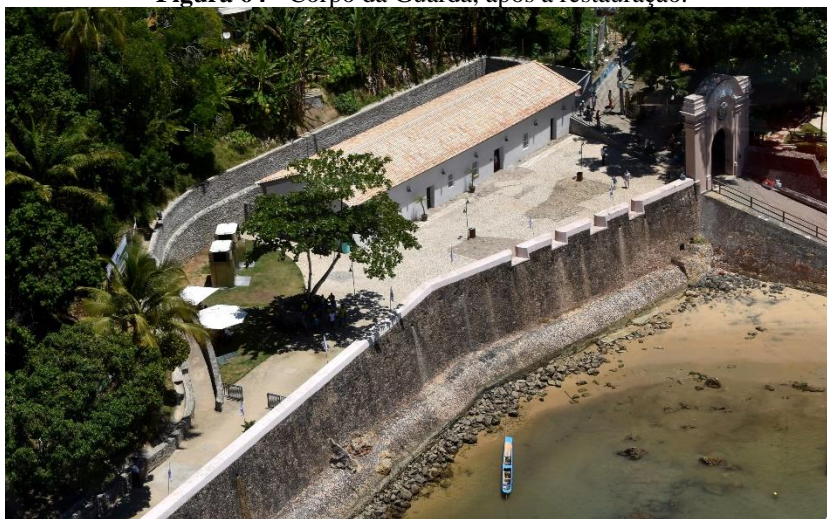
Fonte: Francisco Santana, 2010; 2018.

Figura 63 - Corpo da Guarda, antes da restauração.



Fonte: Francisco Santana, 2010; 2018.

Figura 64 - Corpo da Guarda, após a restauração.



Fonte: Francisco Santana, 2010; 2018.

Atentando que, para a recuperação da muralha, foram aplicados procedimentos complexos, em caráter emergencial, como a instalação, na água, das fundações em trechos críticos da muralha, contenção de talude/declive, reconstrução das guaritas e caminhos da Fortaleza, que foram realizados sem a ocorrência de acidente de trabalho e em plena temporada de verão, não atrapalhando a comunidade nem os turistas, de modo que sempre a melhor solução foi buscada para a execução do restauro no SFMSP, sendo inclusive este um dos objetivos específicos delimitado pelo IDES.

Assim, com a efetividade do objetivo específico imposto pelo IDES, foi possível recuperar o patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, que é um monumento representativo da história colonial brasileira e, segundo o Quadro 2, a partir da constituição do Conselho de Governança, na Etapa 1 do projeto, foi possível o surgimento de novas ideias que orientaram as perspectivas da recuperação, cujo diferencial foi o estabelecimento da escuta ativa e recíproca para solucionar os desafios encontrados ao longo do processo de restauração do SFMSP, considerando, para tanto, a pluralidade de opiniões.

Da mesma forma, a troca de saberes populares e técnico-científicos possibilitaram ressignificar o potencial do SFMSP, vindo, por consequência, a colaborar com a autoestima da população local, que anteriormente convivia com o monumento marginalizado, degradado e em ruínas.

Considerando as perspectivas do plano de uso, voltado a dinamizar esse patrimônio e torná-lo um ativo do desenvolvimento, através do processo de restauro, foi necessário potencializar a memória regional, com a finalidade de promoção do turismo cultural, bem como a viabilização de novas atividades econômicas no local, o que fomentou a inclusão da

comunidade local e do entorno no acesso ao SFMSP e atendeu ao objetivo de desenvolver um produto turístico qualificado em torno do patrimônio histórico-cultural, agregando valor ao destino Morro de São Paulo.

Observou-se que a pretensão do projeto de restauração do SFMSP foi possibilitar um novo ciclo que envolvesse a comunidade local e do seu entorno, para viabilizar o empoderamento, criando oportunidades, entre o tradicional, o histórico, a novidade e a criatividade, além de tornar viável a sustentabilidade local, bem como consolidar a implantação do modelo de gestão participativa integrando verdadeiramente a comunidade local.

Em conformidade com as reuniões planejadas e elaboradas, foi possível traçar as linhas de planejamento para o uso do espaço, estabelecidas pelo Conselho de Governança, com o propósito de promover a qualidade de vida da população local e do entorno, além de oportunizar o respeito à sociodiversidade das comunidades do Baixo Sul, conservando a herança cultural, os recursos naturais e paisagísticos, e assim tornar-se um atrativo para o turista, voltado para conscientização de todos sobre a relevância da preservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico.

Dessa forma, atendeu-se ao objetivo específico de preservar as tradições e ampliar o acesso da população da região e dos turistas à cultura, através da abertura do espaço, para receber apresentações de espetáculos de música, dança, teatros ao ar livre e manifestações folclóricas regionais, principalmente porque à época do trabalho de restauração as perspectivas de futuro idealizadas foram múltiplas e cativantes, visto que o projeto de restauração e conservação do SFMSP incluía a criação de um salão receptivo para informação e formação dos visitantes, localizado em uma das salas do Corpo da Guarda, e o Centro de Memória Viva do Futuro, com um anfiteatro, no Forte da Ponta. As propostas de construções e restauro arqueológico do SFMSP visaram conservar a harmonia com a paisagem natural e com elementos da fortificação expressos ao longo da muralha.

Nesses espaços, serão permitidas visitas guiadas, passeios às ruínas e aos achados arqueológicos, com explicações sobre a história do monumento e dos povoamentos que formaram o amálgama étnico do nosso País e particularmente da Região do Baixo Sul. A programação de eventos culturais prioriza a conscientização e sensibilização ambiental, estímulo e preservação das tradições regionais, incentivo à economia criativa, e valorização dos bens materiais e imateriais, com a preservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico.

À vista disso, nota-se que o SFMSP possui uma significativa demanda de público ansioso para contemplar e desfrutar dos benefícios disponibilizados pela restauração a esse patrimônio, tendo a gestão participativa papel fundamental, pois atuou como propulsora na

execução das obras e no envolvimento da comunidade local e do seu entorno, cativando os turistas. No entanto, o detalhe primordial de qualquer processo de restauração, como o que foi realizado no SFMSP, deve estar pautado em políticas educacionais que envolvam a comunidade, incluindo, principalmente, os visitantes. A metáfora da Fortaleza, como esteio e afirmação dos povos da região, guia as novas perspectivas do IDES, que revitalizou este patrimônio cultural, histórico e arqueológico, com o apoio das instituições, dos especialistas e da comunidade local, todos seguindo as recomendações embasadas na gestão participativa.

Com a restauração próxima de ser concluída, verificou-se que o Morro de São Paulo se encontrava em um momento propício para que as comunidades se organizassem e mostrassem, na Fortaleza, seus saberes e fazeres, abrindo espaço para que também se apropriassem do monumento, estimulando o sentimento de pertencimento na comunidade, a fim de que as novas gerações reafirmem suas identidades, fortalecendo o presente e possibilitando a preservação desse bem tão significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa analisou e avaliou a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do SFMSP, no período de 2016 a 2018, provando a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, quando foi criada uma gestão participativa.

Esse entendimento foi possível por meio do conhecimento básico sinalizado pela literatura, no que se refere aos processos de preservação, restauração e gestão participativa do patrimônio cultural, histórico e arqueológico, no momento em que se discutiu, brevemente, a arqueologia histórica e as fortificações no Brasil, sobretudo o SFMSP.

Com isso, foi feita uma breve descrição da história do SFMSP, elencando a cronologia de construção dos conjuntos arquitetônicos do monumento, salientando como ocorreu o surgimento e o desenvolvimento da população do seu entorno e, conseqüentemente, sua consolidação, desde a década de 1970, como destino turístico, que sem sombra de dúvidas tem sido o diferencial de sustentabilidade da comunidade local e do seu entorno.

Observou-se na pesquisa de campo que, devido ao processo de degradação e ruínas em que se encontrava o SFMSP, foi necessária uma restauração visando à preservação do patrimônio arquitetônico. Com isso, através de uma gestão participativa, envolvendo as instituições (IDES, IPAC, IPHAN, Prefeitura de Cairu, ACEC, AME, AMOSP), bem como os especialistas (restaurador francês, Concreta e Tecnomuseu) e representantes da comunidade local, organizados em associações, foi possível entender o papel de cada um no processo de restauração, sobretudo a partir da instauração do Comitê de Governança, que organizou reuniões sistemáticas, deliberando sobre os problemas existentes na comunidade e atribuindo metas e ações aos participantes.

A interação entre as instituições envolvidas no processo de restauração do SFMSP possibilitou uma ação efetiva junto aos problemas identificados, como, por exemplo, o péssimo estado de conservação em que se encontrava o bem. Com os problemas identificados foi necessário incorporar os especialistas à obra, para atuarem com sua *expertise* na restauração desse patrimônio. A comunidade local levou para as discussões questões relevantes, que abordaram os impactos causados pela conservação inadequada, a falta de conhecimento sobre a relevância da preservação e as repercussões no monumento e na própria comunidade.

Buscou-se compreender o interesse da comunidade em participar do processo de restauração do SFMSP, para isso deve ser mencionado que em todas as etapas do programa de restauração do SFMSP as associações, que representavam a comunidade local, junto com o

IPAC, realizaram reuniões com a comunidade para que esta pudesse ter ciência, opinar e aprovar as decisões que seriam tomadas.

Assim, através da participação nessas reuniões, pode ser verificado que a comunidade não queria que as ruínas fossem mantidas, pois desejavam que o SFMSP fosse reconstruído para fomentar a economia local. Dentro desse cenário, com as edificações reconstruídas existia a possibilidade dessa área dispor de pontos comerciais, para a venda de artesanatos, comidas típicas, espaço para apresentações dos artistas locais e etc., gerando renda e conseqüentemente movimentando a economia local.

Além disso, e considerando as ações desenvolvidas pela equipe da Sapiens Arqueologia para a restauração do SFMSP, compreendeu-se, através da análise dos cinco setores pesquisados, que a partir dos vestígios arqueológicos foram evidenciadas as práticas cotidianas dos grupos sociais que ocuparam esses sítios históricos ao longo dos séculos, revelando os usos e/ou significados que a fortificação teve para a comunidade local no decorrer dos anos.

Sendo priorizadas as escavações nesses cinco setores, o que permitiu a identificação, no sítio arqueológico, de conjuntos de artefatos e estruturas históricas relevantes para o reconhecimento de atributos da identidade, os quais, a partir da metodologia aplicada para as intervenções arqueológicas, foram documentados através de registro fotográfico, desenhos e levantamento topográfico, visando à sua preservação.

Assim, para responder ao questionamento feito sobre qual o papel das instituições e a participação dos especialistas envolvidos para conseguir a eficácia do programa de restauração do SFMSP, foi preciso compreender a inclusão das instituições, apoiando o processo de gestão participativa, com vistas à recuperação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico, a história e o acesso da comunidade local, do seu entorno e dos turistas ao SFMSP.

O papel desenvolvido pelas instituições foi justamente o de preservar, através de registros, como fotos, desenhos, croquis, publicações etc., a cultura local. Além disso foram feitas inúmeras oficinas para disseminar os conteúdos produzidos, como forma de conscientizar a todos sobre a importância de salvaguardar um patrimônio tão significativo como o SFMSP, sobretudo porque, com a restauração executada pelos especialistas, fundamentais nesse processo, foi possível mostrar à comunidade o valor do local, fazendo com que aflorasse neles o sentimento de pertencimento e o desejo de preservação do bem para ser utilizado no presente e resguardado para as futuras gerações.

Dessa maneira, pôde ser verificado que o objetivo dos que se envolveram na restauração foi zelar pelo monumento, implementar e fiscalizar ações que promovam o seu adequado funcionamento, manutenção e sustentabilidade, onde a participação das comunidades locais e

do seu entorno foi fundamental para promover a manutenção do bem. A restauração de um patrimônio tão significativo, que se encontrava em ruínas e que mobilizou tantos esforços, certamente despertou o interesse pela história do SFMSP. Porém, é preciso que ações de educação continuada façam parte da formação da comunidade local, para que a história do SFMSP seja apropriada e transmitida às gerações futuras, sobretudo para a preservação do patrimônio arquitetônico.

Portanto, foi possível entender que todos os respondentes — instituições, especialistas e representantes da comunidade local — foram unânimes em afirmar que a situação em que o SFMSP se encontrava era de risco iminente, inclusive com ameaça de perda total.

A gestão participativa foi um exemplo pioneiro, pois na Bahia não tínhamos experiência semelhante. Nesse contexto, verificamos que a iniciativa do IDES foi inovadora e exitosa, pois agregou valores e saberes diversos para consolidar a restauração do SFMSP e assim fomentar o desenvolvimento da região, fortalecendo esse espaço turístico no cenário nacional e internacional.

Após as análises e avaliações realizadas durante o desenvolvimento dessa pesquisa, concluímos que a participação das instituições e dos especialistas foi eficaz, para o êxito da proposta de restauração do SFMSP. Foi através das parcerias firmadas que se tornou possível concretizar o projeto.

Em janeiro de 2018, o Sistema Fortificado do Morro de São Paulo foi entregue ao público, ficando sob a responsabilidade da SETUR (Secretaria de Turismo) e da Prefeitura Municipal de Cairu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. ANA. **Governança, Comunicação e Participação Social: Introdução à Gestão Participativa**. Disponível em <https://capacitacao.ana.gov.br/bitstream/ana>. Acesso em 23 jun. 2021, às 11:30h.

ALBUQUERQUE, Marcos. O Forte do Brum. In: **Revista DaCultura**, ano VII, nº 13, dez. 2007, p. 43-50.

ALBUQUERQUE, M.A.G.M. Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá. Rio de Janeiro, **Revista da Cultura**, ano VIII, nº 14, jun. 2008, p. 40-46.

ALBUQUERQUE, M.A.G.M. Fernando de Noronha: uma ilha de defesa e defesa da ilha. **Revista DaCultura**, ano XI, nº 21, jun. 2017, p. 34-48.

ALBUQUERQUE, M.A.G.M. The Rei Magos Fortress. Brazil. – An Archaeological Study of a Sixteenth Century Fortification. In: PURIFICAÇÃO, M.M.; PESSOA, M.T.; AMORIM, I.B. (Orgs.). **Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira 3**. Ponta Grossa: Atena, 2020. Cap. 15, p. 133-167.

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco: Imagens do Passado e do Presente**. Recife: Grafftorre, 1999.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. A práxis Arqueológica em cotas positivas e negativas do conjunto do Carmo - Olinda. Suporte para implantação de um programa de restauração e conservação. IPHAN-PE. Recife: jun. 2007.

ALOISE, Júlia Miranda. O restauro na atualidade e a atualidade dos restauradores. IPHAN, 2015.

ASCHER, F. **Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos um léxico**. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 2010.

AZEVEDO NETTO, C.X.; SOUZA, A.J. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010.

BAHIA. **Portaria nº 33**, de 01 de setembro de 2016, dispõe sobre a designação dos membros do COMITÊ DE GOVERNANÇA da Fortaleza de Morro de São Paulo. Bahia: **Secretaria de Turismo**, 2016.

BAHIATURSA. Obras de recuperação da Fortaleza de Morro de São Paulo entram em fase final. 29 mar. 2017. Salvador: **Governo do Estado da Bahia/Ministério do Turismo**, 2017.

BAHIATURSA. **30 anos: 1968-1998**. Salvador: **Secretaria de Cultura da Bahia**, 1998.

BAHIATURSA. **30 anos: 1968-1998**. Salvador: **Secretaria de Cultura da Bahia**, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis; NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 418 p. il.

BARRETO, Aníbal (Cel.) **Fortificações no Brasil** (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BARTHEL, S.G.A. **Arqueologia de uma Fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BARTHOLO, R. As fortificações como sítios simbólicos de pertencimento. In: BARTHOLO, R.; MATTOS, F.F.; SANTOS JÚNIOR, J.C. (Org.). **Patrimônio cultural de origem militar**: contribuições do ICOFORT RIO 2017. Rio de Janeiro: Florescer, 2019.

BASTOS, R.L. Representações Sociais, Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Pública: In: OLIVEIRA, A. P.P.L. **Arqueologia e Patrimônio**. Juiz de Fora: Editar, 2004.

BASTOS, R.L. Registro arqueológico como instrumento de memória social. **Arqueologia Pública**, Campinas, nº 4, p.53-60, 2011.

BAYLÃO, A.L.S.; SCHETTINO, E.M.O.; CHERRINE, L. Gestão Participativa nas Organizações: uma Via de Transformação e Aprendizagem. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **SEGeT**, 22-24 out., 2014.

BERNDT, A.; BASTOS, R.L.; **De Velásquez a Goya**: uma viagem nas representações sociais. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2012.

BOADO, Felipe Criado. **Arqueológicas. La Razón Perdida** – La Construcción de La Inteligencia Arqueologica. Capítulo 1: La Tradición Arqueologica: arqueologia y modernidade. **Bellaterra Arqueologia**. Barcelona, 2012.

BOGÉA, K. Fortalecendo o patrimônio cultural. In: Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia. IDES. **Fortaleza do Morro de São Paulo**. Ituberá: IDES, 2017.

BOITO, C. **Os restauradores**. Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2008.

BRANDI, C. **Arcadio o della scultura**. Eliante o della architettura. Torino: Einaudi, 1956.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: Senado Federal, 1961.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.759**, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: Senado Federal: 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.906**, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.809**, de 20 de setembro de 2012, Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

BRIGAGÃO, C.; RODRIGUES, G. **Globalização a Olho Nu**. O mundo conectado. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

BRUNO, M.C.O. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, L.; BITTERN COURT, J.N. (Orgs.). **Cadernos de diretrizes museológicas 2**: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

BRUNO, M.C.O. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v.26, n.2, p.4-15; 2013.

BUENO, E. **Capitães do Brasil**: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro. Objetiva. 1999.

CALDAS, M. C. **História militar da Ilha de Santa Catarina**. Notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

CAMARA, Pedro Silveira; PAIVA, Gabriela dos Santos; SILVA, Sofia Carderelli Rosa e. Camillo Boito, o teórico moderado do restauro. **Resenhasonline**, 218.02 livro, a.19, fev. 2020.

CAMPOS, S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC, 1980.

CARBONARA, G. **Avvicinamento al restauro**. Nápoles: Liguori, 1997.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro**: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.

CASTRO, Carlos Eduardo de. História de Bertioga. In: **VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e I Encontro Técnico de Gestores de Fortificações**, 31 de março a 2 de abril de 2010. Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

CCSM. Marinha do Brasil celebra os 180 anos da atual torre do Farol da Barra. (6 de dezembro de 2019). **Marinha do Brasil**. Acesso em 20 mai. 2021.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

CHUVA, M. Por uma história de noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. n.34, p. 147-165. 2012.

CONDER. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Acervo de fotos centro histórico de Salvador**. Assessoria de Comunicação – ASCOM maio, 2019. Disponível em <http://www.sedur.ba.gov.br/2019/05/1470/Conder-conclui-a-reforma-do-Cruzeiro-do-Sao-Francisco-no-Centro-Historico.html>. Acesso em 06 jul. 2021.

CORRÊA, M.F.P.F. **Turismo em Morro de São Paulo: uma análise dos impactos**. Brasília: UnB, 2006.

COSTA, C.A.S. **Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos**. *Habitus*. Goiânia, v. 17, n.1, p. 101-124, jan./jun. 2019.

CUNHA, D. F. S. **Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2018.

DAVALLON, J. **Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização**. Tradução de Germana Henriques Pereira de Sousa. E-Book, OpenEdition Press, 12 fev. 2015.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chaves de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Paris: Armand Colin et ICOM, 2013.

DIAS, L; GUIMARÃES, P. Fortes do Brasil. TV Brasil-EBC. 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/fortes-do-brasil/2022/04/forte-de-nossa-senhora-de-monte-serrat-salvador-ba>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DVORÁK, M. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução Valéria Alves Esteves Lima. Apresentação Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgarten, Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ETCHEVARNE, C.A.; COSTA, C. Relatório de atividades do Plano de Intervenção Arqueológica na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas de Salvador. Salvador: **UFBA, Museu de Arqueologia e Etnologia**, 2001. Digitado.

ETCHEVARNE, C. A reciclagem da faiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização. Recife: UFPE, **CLIO**, n.16, vol 01, 2003: 103-118.

ETCHEVARNE, C.; COSTA, C.; FERNANDES, L. Patrimônio Arqueológico. Definições no Campo Jurídico Brasileiro e sua Aplicabilidade no Âmbito da Pesquisa Acadêmica e da Arqueologia de Contrato. In: ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, C. (Orgs.). **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011.

ETCHEVARNE, C.A.; RIBEIRO, M.C.L. Governança e gestão pública do patrimônio. Cachoeira: **Revista da UFRB**, junho de 2021.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da Bahia (Brasil)**. São Paulo: Of. Gráficas Romili e Lanzara, 1940.

FERNANDES, Cláudio. O forte de Orange. **Brasil Escola**. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/o-forte-orange.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. Teoría y método de la Arqueología. Madrid. Síntesis. 1989.

FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. Memória sobre as Fortificações de Mato Grosso. **Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FRONER, Y.- A. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5: 291-301, 1995.

FUNARI, P.P. O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 163-168, dez. 1996.

FUNARI, P.P. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. In: _____. (Org.). **Arqueologia Histórica e cultura material**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

FUNARI, P.P. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X.(Orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002. p. 107-115.

FUNARI, P.P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P.P. Teorias e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme Revista de Humanidades**, Caicó, v. 6, n. 13, p. 1-5, dez. 2005.

FUNARI, P.P. A Teoria e a Arqueologia Histórica: a América Latina e o mundo. In: **Vestígios, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Vol. 1, n.1, p. 51-58, 2007.

FUNARI, P. P. A Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.

GARCIA, R. L. M. **Eficiência em órgãos públicos: uma proposta de indicadores.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos **Subsídios para a História Marítima do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GHENO, D.A.; MACHADO, N.T.G. Arqueologia Histórica – abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013.

GHETTI, N.C.; OLIVEIRA, C.A. Conservação e preservação do patrimônio arqueológico no Engenho Jaguaribe. V Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico. **MAST. Conservação do Patrimônio Arqueológico.** p. 308-319, 2019.

GIOVANNONI, G. **Textos Escolhidos I.** Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. p. 91-23.

GONÇALVES, A. A Legitimidade na Governança Global. **Encontro do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, 15. 2006.

GONÇALVES, W.J. **Turismo (In)Sustentável em Morro de São Paulo, Bahia.** Existe Turismo Sustentável em Morro de São Paulo? Distrito Federal: UnB, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HERBERTS, A.L. **Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC.** 2009. 538 f. Tese (Doutorado) – Santa Catarina: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós- Graduação em História, 2009.

HORTA, M.L.P.; MONTEIRO, A.Q.; GRUMBERG, E. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** BRASÍLIA: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Dados Demográficos. **Cairu. Morro de São Paulo. 2022. Cidades.** Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em: 15 jun.2022.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SUL DA BAHIA IDES. **Fortaleza do Morro de São Paulo.** Ebook, 2006. Disponível em [http:// IDES. org.br/](http://IDES.org.br/). Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SUL DA BAHIA. IDES. **Fortaleza do Morro de São Paulo.** Ituberá: IDES, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. IPAC. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul.** Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia, 1988.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. IPAC. **Legislação para proteção do patrimônio cultural na Bahia:** guia de orientação aos municípios. Salvador: IPAC, out. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Carta de Lausanne. 1990.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta/20de/20Lausanne/01990.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Fortificações brasileiras.** Brasília, 14 set. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Portarias ...** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=319>. Acesso em: 17 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Seminário Internacional discute modelo de gestão das Fortificações Brasileiras.** 02 dez. 2019. Rio de Janeiro. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/rj/noticias/detalhes/5483/seminario-internacional-discute-modelo-de-gestao-das-fortificacoes-brasileiras>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Itamaracá: Forte Orange.** 2020. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/5_rota_patrimonio_forte_orange_itamaraca_pe.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

IPATRIMÔNIO. **Cairu** – Fortaleza do Morro de São Paulo. 2021. Disponível em <http://www.ipatrimonio.org/cairu-fortaleza-do-morro-de-sao-paulo/#!/map=38329&loc=-13.374165000000014,-38.915963000000005,17>. Acesso em: 18 jun. 2021.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity.** constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997.

KÜHL, B.M. Cesari Brandi e a teoria da restauração. **Pós n.21. Eventos.** São Paulo, 198-243; jun., 2007.

LEAL FILHO. J.G. **Gestão Estratégica Participativa:** teoria e prática para criação de organizações que aprendem. Curitiba: Editora Juruá. 2007.

LEITE, L. **A Governança:** Uma Âncora Para o Desenvolvimento. In: **Ides.** Fortaleza do Morro de São Paulo. Ituberá (BA): Ides, 2017.

LIMA, Felipe Borborema Cunha; GUSSO, Luana de Carvalho Silva; OLIVEIRA, Alessandro Pereira de. Um estudo sobre o modelo de gestão do patrimônio fortificado de Florianópolis (SC): seus usos turísticos como uma forma de efetivação de direitos humanos. **Pol. Cult. Rev.,** Salvador, v. 12, n. 1, p. 307-328, jan./jun. 2019.

LIMA, T.A. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2002.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

LINO, J.F.; FUNARI, P.P.A. (Org.). **Arqueologia da guerra e do conflito**. Erechim: Editora Habilis, 2013.

LOPES, M.G.P.; SANTANA, F.A.S. de. O Projeto e as Etapas de Obras de Restauração da Fortaleza do Morro de São Paulo. In: **Ides**. Fortaleza do Morro de São Paulo. Ituberá (BA): Ides, 2017.

LITORALHOJE. **Programe-se! Bertioga tem muitos shows**. 2022. Disponível em <https://litoralhoje.com.br/noticias-do-litoral-de-sp/bertioga/programe-se-bertioga-tem-grandes-shows-roteiros-de-compras-e-trilhas-ecologicas-esta-semana>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MACHADO, R. **Conder conclui a reforma do Cruzeiro do São Francisco, no Centro Histórico**. 31/05/2019. Disponível em <http://www.sedur.ba.gov.br/2019/05/1470/Conder-conclui-a-reforma-do-Cruzeiro-do-Sao-Francisco-no-Centro-Historico.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MAGALHÃES, M.P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Ciênc. hum.** 1 (3); Dez, 2006.

MATHIAS, M. **Conder recupera monumento do Cruzeiro do São Francisco, no Centro Histórico de Salvador**. 2019. Disponível em <http://www.conder.ba.gov.br/noticias/2019-04-15/conder-recupera-monumento-do-cruzeiro-do-sao-francisco-no-centro-historico-de>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MELO NETO, Ulisses Pernambuco de. **O Forte das Cinco Pontas** - um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento. Recife: Fundação de Cultura da Cidade, 1983.

MELLO, Raul Silveira de (Gen.). Ricardo Franco de Almeida Serra na expansão e delimitação de nossas fronteiras. **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, Ano L, nos. 1 e 2, v. LXXV, p. 25-28, jan.-jun. 1963.

MENDONÇA DE OLIVEIRA, M. Robert Smith e a Engenharia Militar Brasileira. In: SMITH, R.C. **A Investigação na História de Arte**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, p. 260.

MENDONÇA DE SOUZA, A. A. C.; SOUZA, J.C. **O patrimônio arqueológico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISCB, 1983.

MOTA, Alexandre. Destruído pelo abandono, Forte São Marcelo será reformado; licitação sairá semana que vem. (1 de agosto de 2014). **Correio24horas**. Acesso em 20 jun. 2022.

MORI, Victor Hugo. **Arquitetura Militar**: um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

MOURA, Carlos Francisco. **O Forte de Coimbra**: sentinela avançada da fronteira. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.

MOUTINHO, A. C. M. **A Bahia na guerra**: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. Salvador: Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

MUSEU NÁUTICO DA BAHIA. **Farol da Barra**. 2022. Disponível em: <https://www.museunauticodabahia.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

NAJJAR, R. **Arqueologia Histórica**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

NAKAMUTA, A.S. **Forte São João E Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande**: Guardiões da Nossa Identidade Cultural: Encontro de História da Arte, 01 – IFCH / UNICAMP, 2005.

NEOENERGIA. **Forte das Cinco Pontas abriga história e cultura em Recife**. Disponível em <https://www.neoenergia.com/pt-br/te-interessa/cultura/Paginas/forte-das-cinco-pontas.aspx#:~:text=Constru/C3/ADdo/20em/201630/2C/20 durante/20a,s/C3/A9culo/20XVII/20aos/20dias/20atuais>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NOGUEIRA, R; JUNIOR, M; LABANCA, M. Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial no Sistema Fortificado de Morro de São Paulo. In: **Ides**. Fortaleza do Morro de São Paulo. Ituberá (BA): Ides, 2017.

NOGUEIRA, R; JUNIOR, M; LABANCA, M. Processo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 01502.003236/2015-02. **Programa Arqueológico de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial, para as Obras de Restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, Estado da Bahia**. Relatório Final, Sapiens Arqueologia, 2019.

OLIVEIRA, A.P. **A Candidatura do Conjunto de Fortificações Brasileiras a Patrimônio Mundial da Unesco**: Análise do Discurso Patrimonial Militar no Brasil. Joinville: Universidade da Região de Joinville (Univille), 2019.

OLIVEIRA, M.A.S.; RAMOS, A.C.P.T.; GHETTI, N.C. Conservação e proteção do patrimônio na arqueologia histórica: tijolos do Recife, PE, Brasil. **Revista Noctua**, 2,2: 30-52, 2017.

OLIVEIRA, E. O. da S. **Valença**: dos primórdios a contemporaneidade. Valença: Editora FACE, 2008.

OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). Fortificações da Amazônia. In: ROCQUE, Carlos (org.). **Grande Enciclopédia da Amazônia**. Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda, 1968.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. Morfologia dos Fortes do Mar da Defesa de Salvador. In: Anais do Congresso de História da Bahia. Salvador, 04: **IGHB/Fundação Gregório de Mattos**, 2001, v.1.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador: Omar G., 2004.

OLIVEIRA, R.P.D. de. O idealismo de Viollet-le-Duc. Resenhasonline, **Revistas Vitruvius**, ano 08, mar. 2009. Patrimônio. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. **O patrimônio mundial**. Unesco, 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/stat>. Acesso em: 25 set. 2021.

ORSER Jr., C. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PARDI, M. L. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro; nº 34, p.305-337, 2006.

PARELLADA, C.I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: USP, 2006.

PEIXOTO, Eduardo Marques. **Ilha da Trindade**: memória histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932.

PEIXOTO Jr., J.A. Fortalecendo o turismo cultural. In: Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia. Ides. **Fortaleza do Morro de São Paulo**. Ituberá: Ides, 2017. p. 20-21.

PIMENTEL, P. Forte de Fernando de Noronha será restaurado. **Diário de Pernambuco** [online], Pernambuco, 24 jan. 2018. Patrimônio. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/01/forte-de-fernando-de-noronha-sera-restaurado.html>. Acesso em: 04 jul. 2022.

PIQUET, R. IDG diz como será a gestão do Forte de Nossa Senhora dos Remédios, em Noronha. **JC**, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2021/11/13625056-idg-diz-como-sera-a-gestao-do-forte-de-nossa-senhora-dos-remedios-em-noronha.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA. **Forte São João pode se tornar patrimônio da humanidade**. Disponível em <http://www.bertioga.sp.gov.br/forte-sao-joao-pode-se-tornar-patrimonio-da-humanidade/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

QUEIROZ, L. A. de. **Turismo na Bahia**: estratégias para o desenvolvimento. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002.

REIS, Ernesto. **Piratas no Atlântico Sul**. São Paulo: Editora Giostri, 2012.

RIEGL, A. **O Culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006. 120 p.

RIEGL, A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 7.809** de 20 de setembro de 2012, sede do Centro de Capacitação Física do Exército/Fortaleza de São João. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Guia do Rio**. Edição Especial Rio+20. Rio de Janeiro: **RioTur**. XXXVI (241). 2012.

ROCHA, B.A.G.; ROCHA, C.R. A ampliação dos modelos de gestão do patrimônio: a importância da participação comunitária para as cidades de pequeno porte e com exemplares arquitetônicos modestos. **Rev. CPC**, São Paulo, nº 28, p.8-36, ago./dez. 2019.

ROCHA, Leduar de Assis. **Forte do Brum: patrimônio histórico nacional**. Recife: [s.n., s.d].

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatório do Estado das Fortalezas da Bahia**, pelo Coronel de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, ao Presidente da Província da Bahia, Cons. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 ago. 1863. RIGHB. Bahia: Vol. III, nr. 7, mar/1896. p. 51-63.

ROSENAU, J.N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, J.N.; CZEMPIEL, E.O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUSCHMANN, D. van M. **Turismo Planejamento Sustentável**. A Proteção ao Meio Ambiente. Campinas: Papirus, 2009.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALES, F. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1996.

SALLES, H.M.; AZEVEDO, N.L. Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural: o caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora. In: AZEVEDO, P.O. D.; CORRÊA, E.L.(Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: Edufba, 2013. v. 2, p. 151-175.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-58.

SANTOS, A.C.; LOPES, L.F.; GRAÇA, R.M.; ALBERTO, S.G.; NUNES, T.C. Gestão participativa: uma alternativa viável para o século XXI. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CURITIBA, 22., PR, 23-25 out. 2002.

SANTOS, M.H.de C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SANTOS, M. A. dos. **O Papel das Fortificações no Espaço Urbano de Salvador**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS JÚNIOR, J.C. As fortificações brasileiras como ícones de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento social. **CEAMA**, nº 11. ACTAS do Seminário 2013.

SENATORE, M.X.; ZARANKIN, A. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X.(Orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002. p. 5-18.

SILVA, C.L.R. **A Arte Escultórica no Contexto Urbano de Salvador**: Simbologia, Memória e Preservação. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: UFBA, 2014. 257p.

SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, J.A. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, R. **Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina**: uma ação universitária. 2015. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SIQUEIRA, R. **Fortes e Faróis**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/João Fortes Engenharia, 1997.

SOUSA, A.F.de. **Fortificações no Brazil**. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

STARLING, M. Entre a lógica de mercado e a cidadania: modelos de gestão do patrimônio cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, n. 1, p. 91-108, 2012.

SYMANSKI, L.C.P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W.F.; MOI, F.P.(Orgs.). **Cenários regionais em Arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: Acervo, 2009. p. 279-310.

TAVARES, F. M. *et al.* Patrimônio e governança: novos desafios na gestão das políticas urbanas para as áreas históricas. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS, 2017, Natal/RN. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortes Santo Antônio da Barra, Santa Maria, São Diogo. In: **Revista DaCultura**, ano V, nº 8, junho de 2005, p. 65-76.

TEIXEIRA, P.R.R. Fortaleza de São José de Macapá. **Revista DaCultura**, ano VI, nº 11, dez., 2006, p. 55-65.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. Fortaleza de São José da Ponta Grossa: um dos vértices do triângulo de segurança da baía de Santa Catarina. **Revista DaCultura**, Florianópolis, n. 16, p. 52-63, abr. 2010.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Forte de São João da Bertioga. **Revista DaCultura**, ano XI, nº 18, jul. 2011, p. 56-67.

TENÓRIO, F.G. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Editora Unijuí. 2007.

THOMASI, D. I. **Arqueologia Histórica: os metais da Estância Velha do Jarau**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

TOCCHETTO, F. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2004. 334 f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

VINHAS, T. S. **O patrimônio histórico em Morro de São Paulo, Cairu-Bahia**: lugar de memória, espaço de cultura, opção de turismo. Ilhéus: UESC, 2007.

VIOLLET-LE-DUC, E.E. **Restauração**. Apres. e Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Revisão de Renata Maria Parreira Cordeiro Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

VIRGENS, D.A. **Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu-Bahia**. Salvador: UFBA, 2010.

YÁZIGI, E. A. **A alma do lugar: turismo, cotidiano e planejamento**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ZANETTINI, P.E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. 2005. 424 f. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

ZANIRATO, S. H; TOMAZZONI, E. L. **A sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha (PE-Brasil)**. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 17, 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/noronha.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

ZAOUAL, H. Convenções e territórios: que conjugações? (81-110). In: BARTHOLO, R. As fortificações como sítios simbólicos de pertencimento. In: BARTHOLO, R.; MATTOS, F.F.; SANTOS JÚNIOR, J.C. (Org.). **Patrimônio cultural de origem militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017**. Rio de Janeiro: Florescer, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (Restaurador francês, contratado à época pelo IDES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CahL

**Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap
Mestrado**

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO
(Restaurador francês, contratado à época pelo IDES)

Prezado:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – CahL, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr. participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMSM)?
 Sim Não

- 2) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMSM à época do início dos seus serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

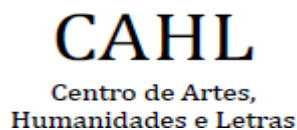
- 3) Para atender a restauração do SFMSM foi necessário desenvolver algumas técnicas específica?
 Sim Não Algumas
 Quais?

- 4) Foram dadas as condições necessárias para a efetivação das técnicas específicas na restauração do SFMSM?
 Sim Não Algumas
 Quais?

-
- 5) O Sr. considera que a proposta lançada pelo IDES para o restauro das ruínas identificadas no SFMSP, quando do processo de restauração, foram eficazes, sobretudo, quando do envolvimento e intervenção de especialistas no assunto de restauro?
 Sim Não Algumas vezes/É possível que sim
 Justifique sua resposta:
- 6) Sabe informar se o processo de restauração tinha a finalidade e pretensão de transferir a coordenação da execução da obra do projeto para as mãos de uma entidade privada?
 Sim Não Desconheço em parte
 Se Sim, justifique sua resposta:
- 7) O Sr. acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
 População local População do entorno Turistas
 Justifique sua resposta:
- 8) O Sr. acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
 Sim Não Algumas vezes/Em parte sim
 Justifique sua resposta:
- 9) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
 Sim Não Em parte sim
 Justifique sua resposta:
- 10) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
 Sim Não Em parte sim
 Justifique sua resposta:
- 11) Qual a opinião do Sr. referente à restauração do SFMSP?

Muito obrigada por sua participação.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (IPHAN e IPAC)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGapMestrado

**QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO
(IPHAN e IPAC)**

Prezados:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr(a) participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMS)?
 Sim Não

- 2) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMS à época do início dos seus serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

- 3) Para atender a restauração do SFMS foi construída as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 4) Considerando a questão 3, essa construção impactou na gestão participativa?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 5) Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMS?
 Sim Não
 Quais?:

- 6) O Sr(a) acha que de fato, houve contribuição da gestão participativa, na restauração do SFMS?

Sim Não Algumas vezes/É possível que sim

Justifique sua resposta:

7) O Sr(a) acha que a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?

Sim Não Algumas vezes/Em parte sim

Justifique sua resposta:

8) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:

População local População do entorno Turistas

Justifique sua resposta:

9) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?

Sim Não Algumas vezes/Em parte sim

Justifique sua resposta:

10) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?

Sim Não Em parte sim

Justifique sua resposta:

11) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?

Sim Não Em parte sim

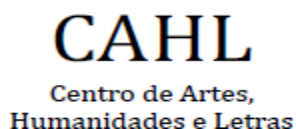
Justifique sua resposta:

12) Qual a opinião do Sr. referente as obras de restauração realizadas no SFMSP?

.....

Muito obrigada por sua participação.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (IDES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - Cahl

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (IDES)

Prezados:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr(a) participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMS)?
 Sim Não

- 2) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMS à época do início dos seus serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

- 3) Para atender a restauração do SFMS foi construída as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 4) Considerando a questão 3, essa construção impactou na gestão participativa?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

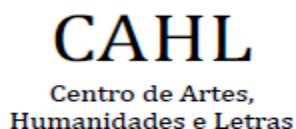
- 5) Houveram critérios utilizados para se buscar parcerias com as instituições, os especialistas e a comunidade representada por suas associações, para a gestão participativa do SFMS?
 Sim Não Algumas vezes
 Quais?

-
- 6) Considerando a definição dos critérios para as parcerias, foi realizada a seleção das instituições, dos especialistas e da comunidade para participarem da gestão participativa?
 Sim Não
 Como ocorreu?
-
- 7) Foram realizadas ações para se implantar a gestão participativa no SFMSP?
 Sim Não
 Como ocorreu/Quais?
-
- 8) Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP?
 Sim Não
 Quais?:
-
- 9) O Sr(a) acha que de fato, houve contribuição da gestão participativa, na restauração do SFMSP?
 Sim Não Algumas vezes/É possível que sim
 Justifique sua resposta:
-
- 10) O Sr(a) acha que a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?
 Sim Não Algumas vezes/Em parte sim
 Justifique sua resposta:
-
- 11) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
 População local População do entorno Turistas
 Justifique sua resposta:
-
- 12) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
 Sim Não Algumas vezes/Em parte sim
 Justifique sua resposta:
-
- 13) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
 Sim Não Em parte sim
 Justifique sua resposta:
-
- 14) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
 Sim Não Em parte sim
 Justifique sua resposta:
-
- 15) Qual a opinião do Sr. referente as obras de restauração realizadas no SFMSP?

-

Muito obrigada por sua participação.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (Prefeitura Municipal de Cairu)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - Cahl

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO
(Prefeitura Municipal de Cairu)

Prezados:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr(a) participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMS)?
 Sim Não

- 2) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMS à época do início dos serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

- 3) Para atender a restauração do SFMS foi construída as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 4) Considerando a questão 3, essa construção impactou na gestão participativa?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 5) Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMS?
 Sim Não
 Quais?:

- 6) O Sr(a) acha que de fato, houve contribuição da gestão participativa, na restauração do SFMSP?
() Sim () Não () Algumas vezes/É possível que sim
Justifique sua resposta:
- 7) O Sr(a) acha que a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 8) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
() População local () População do entorno () Turistas
Justifique sua resposta:
- 9) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 10) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 11) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 12) Qual a opinião do Sr. referente as obras de restauração realizadas no SFMSP?
.....
.....
.....

Muito obrigada por sua participação.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (Representantes da Comunidade Local: ACEC, AME e Amosp)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - Cahl

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

(Representantes da Comunidade Local – ACEC, AME e Amosp)

Prezados:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr(a) conhece a história do Morro de São Paulo?
 Sim Não Pouco

- 2) O Sr(a) participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMS)?
 Sim Não

- 3) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMS à época do início dos serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

- 4) O Sr(a) foi consultado (participou na) sobre a implantação da gestão participativa no SFMS, quando da restauração?
 Sim Não

- 5) Para atender a restauração do SFMS foi construída as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local?
 Sim Não Algumas vezes
 De que forma?

- 6) Considerando a questão 5, essa construção impactou na gestão participativa do SFMS?

- () Sim () Não () Algumas vezes
De que forma?
- 7) O Sr(a) acha que a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 8) O Sr(a) acredita que haverá expectativa no recebimento de um monumento aparelhado e sob um modelo de gestão participativa, onde a sociedade civil é atuante?
() Sim () Não
Justifique sua resposta:
- 9) Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP?
() Sim () Não
Quais?:
- 10) O Sr(a) acha que de fato, houve contribuição da gestão participativa, na restauração do SFMSP?
() Sim () Não () Algumas vezes/É possível que sim
Justifique sua resposta:
- 11) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
() População local () População do entorno () Turistas
Justifique sua resposta:
- 12) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 13) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 14) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 15) Qual a opinião do Sr. referente as obras de restauração realizadas no SFMSP?
.....
.....

Muito obrigada por sua participação.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO (Responsável Técnico/Engenheiro da Concreta e da Tecnomuseu)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - Cahl

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

(Responsável Técnico/Engenheiro da Concreta e Tecnomuseu)

Prezados:

Este instrumento de coleta de dados faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural - PPGap Mestrado, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Artes, Humanidades e Letras – Cahl, cujo tema de pesquisa escolhido para a dissertação foi: “SISTEMA FORTIFICADO DO MORRO DE SÃO PAULO, BAHIA, EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA RESTAURAÇÃO”, pela pesquisadora MARCIA CRISTINA LABANCA RIBEIRO, que tem por objetivo analisar e avaliar a eficácia das instituições e dos especialistas envolvidos na restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo, no período de 2016 a 2018, que provaria a transferência da coordenação da execução de um projeto desse tipo para as mãos de uma entidade privada, criando-se uma gestão participativa.

Segue abaixo os nossos questionamentos. Ficaremos muito felizes em poder contar com sua resposta. Asseguro que apenas dados agregados (tabelas, gráficos) serão publicados. Nenhuma informação que permita identificar o respondente será divulgada.

QUESTÕES

- 1) O Sr(a) participou da restauração do Sistema Fortificado do Morro de São Paulo (SFMS)?
 Sim Não

- 2) Poderia assinalar o estado de conservação do SFMS à época do início dos serviços?
 Bom, necessitando de pequenos reparos Ruim, precisando de reparos
 Péssimo, necessitando de reparos urgentes Em péssimo estado de conservação/ruínas
 Justifique sua resposta:

- 3) Para atender a restauração do SFMS foi necessário desenvolver alguma técnica específica?
 Sim Não Algumas
 Quais?

- 4) Foram dadas as condições necessárias para a efetivação das técnicas específicas na restauração do SFMS?
 Sim Não Algumas
 Quais?

- 5) O Sr(a) considera que a proposta lançada pelo IDES para o restauro das ruínas identificadas no SFMS, quando do processo de restauração, foram eficazes, sobretudo, quando do envolvimento e intervenção de especialistas no assunto de restauro?

- () Sim () Não () Algumas vezes/É possível que sim
Justifique sua resposta:
- 6) Sabe informar se o processo de restauração tinha a finalidade e pretensão de transferir a coordenação da execução da obra do projeto para as mãos de uma entidade privada?
() Sim () Não () Desconheço em parte
Se Sim, Justifique sua resposta:
- 7) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
() População local () População do entorno () Turistas
Justifique sua resposta:
- 8) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 9) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 10) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 11) O Sr(a) sabe dizer algo sobre a implantação da gestão participativa no SFMSP, quando da restauração?
() Sim () Não
- 12) A restauração do SFMSP foi construída para atender as relações sociais laborais e institucionais, voltadas para a coletividade local?
() Sim () Não () Algumas vezes
De que forma?
- 13) Considerando a questão 12, essa construção impactou na gestão participativa do SFMSP?
() Sim () Não () Algumas vezes
De que forma?
- 14) O Sr(a) acha que a escolha da gestão participativa para gerir o SFMSP foi a mais acertada?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
- 15) O Sr(a) acredita que haverá expectativa no recebimento de um monumento aparelhado e sob um modelo de gestão participativa, onde a sociedade civil é atuante?
() Sim () Não
Justifique sua resposta:
- 16) Houveram atribuições para os membros que integraram a gestão participativa na restauração do SFMSP?
() Sim () Não
Quais?:

- 17) O Sr(a) acha que se pensou em uma forma de acesso ao SFMSP (Marque com S para “sim” e N para “não” para os seguintes questionamentos), para:
() População local () População do entorno () Turistas
Justifique sua resposta:
.....
- 18) O Sr(a) acha que com o restauro a população local foi incluída nesse espaço (SFMSP)?
() Sim () Não () Algumas vezes/Em parte sim
Justifique sua resposta:
.....
- 19) A história do SFMSP com a restauração foi preservada?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
.....
- 20) Houve benefícios advindos da restauração do SFMSP para a comunidade local e do entorno?
() Sim () Não () Em parte sim
Justifique sua resposta:
.....
- 21) Qual a opinião do Sr(a) referente as obras de restauração realizadas no SFMSP?
.....
.....
.....

Muito obrigada por sua participação.